

MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL DO PARÁ 2023



FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE
AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zaluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA)

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Jurandir Sebastião Tavares Sidrim
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

EXPEDIENTE

Publicação Oficial:

© 2023 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Elaboração, edição e distribuição:
FAPESPA

Endereço:
Av. Presidente Vargas, 670.
Bairro: Campina – Belém – PA.

Diretor-Presidente
Marcel do Nascimento Botelho

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural
Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Coordenadora de Estudos Sociais
Alana Maria Ferreira Borges

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural
Marcelo Santos Chaves

Normalização ABNT
Andrea C. S. Corrêa

EQUIPE TÉCNICA

Alana Maria Ferreira Borges
Ana Cláudia Guedes Fernandes
Denize Rafaela Alfaia de Oliveira
Elisandro Ribeiro da Costa
Gabriela da Costa Araújo
Gabrielly Camile de Oliveira Venancio
Gilson Pereira Prata
John Assunção de Souza
Marcelo Santos Chaves
Marcílio da Silva Matos
Raimundo Victor Oliveira Santos
Raymundo Nonnato da Frota Costa Júnior
Walenda Tostes do Mar Pimentel

ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA

Rudilea Ramos Cavalcante da Silva

CAPA

Assessoria de Comunicação (ASCOM)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

ÓRGÃOS COLABORADORES

Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD

Secretaria de Estado de Segurança Pública – SEGUP

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

F981m Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA)
Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará 2023 / Diretoria de Estudos e
Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. – Belém, 2023
108 f.: il.

Inclui referências

1. Exclusão social - Pará. 2. Políticas públicas - Indicadores. I. FAPESPA. II. Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. III. Título.

CDD: 23 ed. 305.5

Elaboração:
Andréa C. S. Corrêa
CRB-2/1148



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

APRESENTAÇÃO

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) disponibiliza a edição 2023 do Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará, instituído pela Lei nº 6.836/2006, alterada pela Lei nº 8.327/2015, que o estabeleceu como um diagnóstico anual e regionalizado a ser encaminhado anualmente pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual, e ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), como uma análise da realidade social e da situação de exclusão social no estado do Pará.

O Mapa da Exclusão Social apresenta análises das temáticas expectativa de vida, renda, emprego, educação, saúde, saneamento, habitação e segurança, definidas em consonância com o conjunto de indicadores preconizados na lei que o instituiu. Todo esse encadeamento de dados procura fornecer à governança de estado uma visão das realidades vividas pela maior parte da população e, assim, possibilitar o estabelecimento de prioridades de políticas públicas a fim de alterar o que, no conceito, chama-se de exclusão social.

Cabe mencionar ainda que, para atender a todos os eixos determinados por lei na elaboração do Mapa da Exclusão Social do Pará, a

FAPESPA, responsável pela elaboração deste documento, contou com a colaboração direta e indireta das Secretarias de Planejamento e Administração, Saúde, Administração Penitenciária e Segurança Pública, assim como da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará.

Por fim, tal ferramenta configura-se como uma bússola poderosa que pode conduzir a sociedade paraense a um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico com justiça social, de maneira que qualquer tipo de ação governamental que precede de um diagnóstico tenha a finalidade de atacar os problemas em suas raízes, e não somente seus efeitos perversos.

Este documento, em linhas gerais, tem o interesse de manifestar os segmentos que conduzem uma sociedade em seus aspectos favoráveis e/ou contraproducentes em um determinado período, por uma determinada causa (como foi o caso da pandemia de COVID-19), considerando-se que as estatísticas oficiais permitem um olhar estratégico do governo, com ações em conjunto de seus órgãos constituintes, visando às tão sonhadas inclusão e justiça sociais.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Expectativa de Vida ao Nascer (em Anos), no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2021–2022.....	18
Tabela 2: População Economicamente Ativa Ocupada e Taxa de Ocupação no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2021 – 2022.....	23
Tabela 3: Participação da População Ocupada por Posição na Ocupação no Trabalho Principal no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2021-2022.....	26
Tabela 4: Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais). Pará, 2021-2022.. ..	30
Tabela 5: Índice de Gini da Renda do Emprego Formal por Região de Integração, 2021–2022.....	31
Tabela 6: Proporção de Pessoas no CADUNICO em Famílias em Situação de Pobreza ¹ (Proxy da Taxa de Pobreza), por Região de Integração do estado do Pará 2021-2022.....	37
Tabela 7: Taxas de Aprovação (%) no Ensino Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2021–2022.....	43
Tabela 8: Taxas de Reprovação (%) no Ensino Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2021–2022.....	47
Tabela 9: Taxas de Abandono (%) do Ensino Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2021–2022.....	50
Tabela 10: Taxa de Alfabetização de Adultos com 18 anos o mais para Brasil, Região Norte e Estado, 2021– 2022.....	53
Tabela 11: Taxa de Distorção Idade-Série (%) do Ensino do Fundamental e Médio para o Estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 – 2022.....	54
Tabela 12: Taxa de Cobertura Populacional da Atenção Primária à Saúde (APS), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 – 2022.....	63
Tabela 13: Leitos de internação Hospitalares (por mil habitantes) do SUS, no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 – 2022.....	65
Tabela 14: Taxa de Mortalidade Infantil (menores de 01 ano por mil nascidos vivos), no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 – 2022.....	68
Tabela 15: Taxa de Mortalidade Materna (por 100 mil nascidos vivos), no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 – 2022.....	71
Tabela 16: Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 - 2022.....	75
Tabela 17: Valores percentuais de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém e Fora da RMB, Nos ano de 2018 a 2022.....	80
Tabela 18: Percentual de Domicílios Improvisados e Densidade Excessiva de Moradores, por Dormitório, no Pará, RMB e Fora da RMB, 2018-2022.....	85



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 19: Percentual de Domicílios Sem Banheiro ou Sanitário Exclusivo, com Paredes de Material Não Durável e Sem Energia Elétrica no Pará, RMB e Fora da RMB, 2018-2022.....	87
Tabela 20: Taxa de Roubo, por 100 Mil Habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2021 a 2022.....	91
Tabela 21: Taxa de Homicídio, por 100 Mil Habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2022.....	93
Tabela 22: Taxa de Homicídio no Trânsito, por 100 mil habitantes, para o estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2021 a 2022.....	96
Tabela 23: Percentual de detentos reincidentes e não reincidentes, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2021-2022.....	98
Tabela 24: Taxa de Reintegração Social de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2021-2022.....	101



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Expectativa de Vida ao Nascer nas Regiões de Integração, 2021-2022.....	17
Gráfico 2: Comparação da Expectativa de Vida ao Nascer entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	19
Gráfico 3: Participação da População Ocupada por Sexo, no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2021 a 2022.....	24
Gráfico 4: Participação da População Ocupada por Faixa Etária, no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2021 – 2022.....	25
Gráfico 5: Rendimento Médio Real (R\$) de Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas. Brasil, Região Norte e Pará, 2021–2022.....	28
Gráfico 6: Comparação do Índice de Gini da Renda do Emprego Formal entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	34
Gráfico 7: Proporção de Pessoas no CADUNICO em Famílias em Situação de Pobreza ¹ (Proxy da Taxa de Pobreza). Brasil, Região Norte e Pará, 2019-2022.....	36
Gráfico 8: Comparação da Taxa de Pobreza entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	39
Gráfico 9: Comparação da Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	45
Gráfico 10: Comparação da Taxa de Aprovação do Ensino Médio Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	45
Gráfico 11: Comparação da Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	48
Gráfico 12: Comparação da Taxa de Reprovação do Ensino Médio Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	49
Gráfico 13: Comparação da Taxa de Abandono do Ensino Fundamental Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	52
Gráfico 14: Comparação da Taxa de Abandono do Ensino Médio Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	52
Gráfico 15: Comparação da Distorção Idade-série Total do Ensino Fundamental Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	56
Gráfico 16: Comparação da Distorção Idade-série Total do Ensino Médio Total entre as Regiões de Integração 2021-2022.....	56
Gráfico 17: Incremento (%) de Estudantes do Ensino Superior para o Brasil, Região Norte e Pará – 2021* a 2022.....	57
Gráfico 18: Comparação da Taxa de Cobertura Populacional da Atenção Primária à Saúde (APS) entre as Regiões de Integração 2021-2022.....	64
Gráfico 19: Comparação dos Leitos de Internação Hospitalares SUS (Mil Hab.) entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	66
Gráfico 20: Comparação Taxa de Mortalidade Infantil entre as Regiões de Integração 2021-2022.....	69
Gráfico 21: Comparação da Taxa de Mortalidade Materna entre as Regiões de Integração 2021-2022*.....	73



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 22: Comparação da Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal entre as Regiões de Integração 2021-2022*.....	76
Gráfico 23 – Comparação da Taxa de Roubo (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	92
Gráfico 24: Comparação da Taxa de Homicídio (por 100 Mil hab.) entre as Regiões de Integração 2021-2022.....	94
Gráfico 25: Comparação da Taxa de Homicídio no Trânsito (por 100 Mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2021-2022.....	97
Gráfico 26: Taxa de Reincidência de egressos assistidos no estado do Pará, 2021-2022.	99
Gráfico 27: Comparação do Percentual de Detentos Reincidentes entre as Regiões de Integração 2021-2022.....	100
Gráfico 28: Comparação Taxa de Reintegração Social de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, por Região de Integração do Estado do Pará, 2021-2022.....	103



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da Expectativa de Vida ao Nascer por Região de Integração, 2021–2022.....	18
Figura 2: Evolução do Índice de Gini da Renda do Emprego Formal por Região de Integração, 2021–2022.....	33
Figura 3: Evolução da Proporção de Pessoas abaixo da Linha da Pobreza, por Região de Integração, 2021–2022.....	38
Figura 4: Evolução da Taxa de Aprovação Total do Ensino Fundamental e Médio por Região de Integração, 2021–2022.....	44
Figura 5: Evolução da Taxa de Reprovação Total do Ensino Fundamental e Médio por Região de Integração, 2021–2022.....	48
Figura 6: Evolução da Taxa de Abandono Total do Ensino Fundamental e Médio por Região de Integração, 2021–2022.....	51
Figura 7: Evolução da Taxa de Distorção Idade-Série Total do Ensino Fundamental e Médio por Região de Integração, 2021–2022.....	55
Figura 8: Evolução da Taxa de Cobertura Populacional da Atenção Primária à Saúde (APS) entre as Regiões de Integração 2021-2022.....	63
Figura 9: Evolução dos Leitos de Internação Hospitalar SUS (Mil Hab.) por Região de Integração, 2021–2022.....	66
Figura 10: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (por Mil Nascidos Vivos) por Região de Integração, 2021–2022.....	69
Figura 11: Evolução da Taxa de Mortalidade Materna por Região de Integração, 2021–2022.....	73
Figura 12: Evolução de Nascidos Vivos de Mães com Sete ou mais Consultas de Pré-natal (%) por Região de Integração, 2021–2022.....	75
Figura 13: Evolução da Taxa de Roubo (100 Mil Habitantes) por Região de Integração, 2021–2022.....	92
Figura 14: Evolução da Taxa de Homicídio (100 Mil Habitantes) por Região de Integração, 2021–2022.....	94
Figura 15: Evolução da Taxa de Homicídio no Trânsito (100 Mil Habitantes) por Região de Integração, 2021–2022.....	96
Figura 16: Evolução da Taxa de Reincidência de Presos por Região de Integração, 2021–2022.....	99
Figura 17: Evolução da Taxa de Reintegração Social de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, por Região de Integração, 2021–2022.....	102



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER.....	16
2 EMPREGO.....	21
3 RENDA	28
4 EDUCAÇÃO	41
5 SAÚDE	60
6 SANEAMENTO BÁSICO.....	79
7 HABITAÇÃO	83
8 SEGURANÇA PÚBLICA	89
REFERÊNCIAS	106



INTRODUÇÃO

O Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará foi instituído pela Lei nº 6.836, de 13 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Ordinária nº 8.327, de 22 de dezembro de 2015. É de responsabilidade do Poder Executivo, devendo ser entregue anualmente ao Poder Legislativo, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) e, no mesmo prazo, ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).

Trata-se de um diagnóstico analítico produzido anualmente sobre a realidade socioeconômica do estado do Pará a partir de indicadores previstos na legislação que o institui, fazendo referência primordial aos dois últimos anos anteriores ao de sua elaboração.

A Fapespa, a partir de 2015, assumiu a responsabilidade de executora do diagnóstico, contando com a parceria de outros órgãos governamentais para a compilação de dados oficiais que contribuem para a análise proposta. Para o ano de 2023, as parcerias engendradas contaram com a participação da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), da

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP) e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

A estruturação do Mapa da Exclusão Social consiste em 8 (oito) capítulos em concordância com as temáticas expectativa de vida, renda, emprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação e segurança, abordados a partir de 31 (trinta e um) indicadores, todos previstos na Lei nº 8.327/2015.

Além de considerar essa relação de indicadores, o Mapa da Exclusão Social possui na metodologia a desagregação geográfica dos dados de acordo com suas 12 Regiões de Integração (RI), com a Região Metropolitana de Belém (RM de Belém) e Fora da RMB; onde a definição das áreas depende da disponibilidade dos dados.

No aspecto temporal, ademais os anos imediatamente anteriores ao da execução do Mapa, alguns indicadores são apresentados em série



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

histórica, preferencialmente aqueles que tendem à menor variação em curto período de tempo.

Para cada categoria temática, são registradas as principais ações e políticas realizadas ou em andamento no estado nos anos em análise (2020–2021), bem como as perspectivas da programação governamental da atual gestão para os próximos anos, que se direcionam à mudança dos cenários visualizados nos indicadores, ou que os impactam direta e/ou indiretamente. Deve-se considerar que o resultado das ações de governo não é, necessariamente, observado imediatamente ao fim da implementação das políticas, uma vez que os impactos resultantes dessas ações são especialmente as transformações sociais desencadeadas que, no geral, não são observadas em análises de curto prazo.

O conjunto de indicadores temáticos do Mapa da Exclusão 2023 possui uma correlação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em agenda a ser cumprida no mundo até 2030. Os ODS são organizados a partir das 3 (três) dimensões à sustentabilidade (econômica, social e ambiental), consistindo em metas de melhoria voltadas à saúde, educação, trabalho,

pobreza, alimentação, desigualdades sociais, clima, uso dos oceanos, produção e consumo, cidades, promoção da paz, dentre outras. Dessa maneira, este diagnóstico também se constitui como ferramenta capaz de transparecer o alcance de melhorias no estado, que contribuem para a erradicação da pobreza e das desigualdades, conforme objetiva a Agenda 2030 da ONU.

Os dados foram fornecidos por fontes oficiais do Estado (SESPA, SEPLAD, SEAP, FASEPA e SEGUP); bem como coletados nas principais fontes oficiais brasileiras: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC), Anual e Trimestral; Ministério da Saúde (MS), por meio do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), Painel de Monitoramento da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Ministério do



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), com dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Para tanto, houve a necessidade de estimar os dados e/ou usar uma variável proxy, com base em critérios estatísticos, para algumas situações em que os indicadores não foram divulgados ou disponibilizados por suas fontes oficiais até o prazo de entrega do referido diagnóstico ou para os casos em que ocorreu descontinuidade da série devido a mudanças na formulação do indicador. Sobre a disponibilidade de algumas informações, em função da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), algumas pesquisas não foram realizadas para os anos de 2020 e 2021, conforme esclarecimento feito pela equipe da PNADC do IBGE, o que levou a FAPESPA a ter que estimar alguns indicadores para o referido ano.

Dos 31 indicadores previstos na Lei 8.327/2015, cerca de 19 (dezenove) foram oficialmente produzidos pelo IBGE até 2015 por meio da PNAD Anual, substituída a partir de 2016 pela PNAD Contínua Anual (Módulos) e trimestral. Mediante a inevitabilidade da substituição das pesquisas, faz-se necessária a harmonização metodológica, de acordo com as novas diretrizes da PNAD Contínua, para uniformizar os conceitos e

classificações dos indicadores produzidos pelo IBGE com os que estão descritos na Lei nº 8.327/2015, que instituiu o Mapa da Exclusão Social.

As informações sobre ações políticas/governamentais foram obtidas especialmente na Mensagem do Governador do Pará à Assembleia Legislativa (2022 e 2023), publicação anual disponível no sítio *online* da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará (SEPLAD).

Além desse diagnóstico, o Mapa da Exclusão Social ganha relevância por seus indicadores sociais estarem dispostos na lei que aprovará o Plano Plurianual de Ação Governamental a partir de suas metas de melhorias, as chamadas Metas Sociais, que também integrarão, em anexo, o projeto de lei orçamentária anual, contendo as metas a serem atingidas no próximo ano e a discriminação das ações a serem desenvolvidas para a realização dessas metas.

O estado do Pará, pela dimensão territorial e especificidades geográficas, históricas e socioeconômicas que configuram suas regiões, suscita a necessidade de observação detalhada de aspectos das realidades sociais mais vulneráveis para mensurar a eficácia de ações e políticas voltadas ao seu contexto populacional. Como contribuição a esse desafio, o



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Mapa da Exclusão Social foi introduzido como um documento de gestão e de acompanhamento da sociedade que possibilita melhor arbitrar sobre as temáticas nele investigadas.

1 EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER

A expectativa de vida ao nascer diz respeito à esperança de vida ao nascimento, assim se verifica a longevidade dos indivíduos, com um foco na perspectiva de possibilitar melhoria da condição de vida das pessoas.

O indicador expectativa de vida ao nascer representa o número médio de anos que se espera que um recém-nascido viva se mantidas constantes as taxas de mortalidades observadas no ano em análise. Para a composição desse indicador são consideradas a população residente e os óbitos registrados no período analisado.

Este capítulo, portanto, apresenta as informações sobre expectativa de vida ao nascer, em anos, referentes ao período 2021-2022, para o

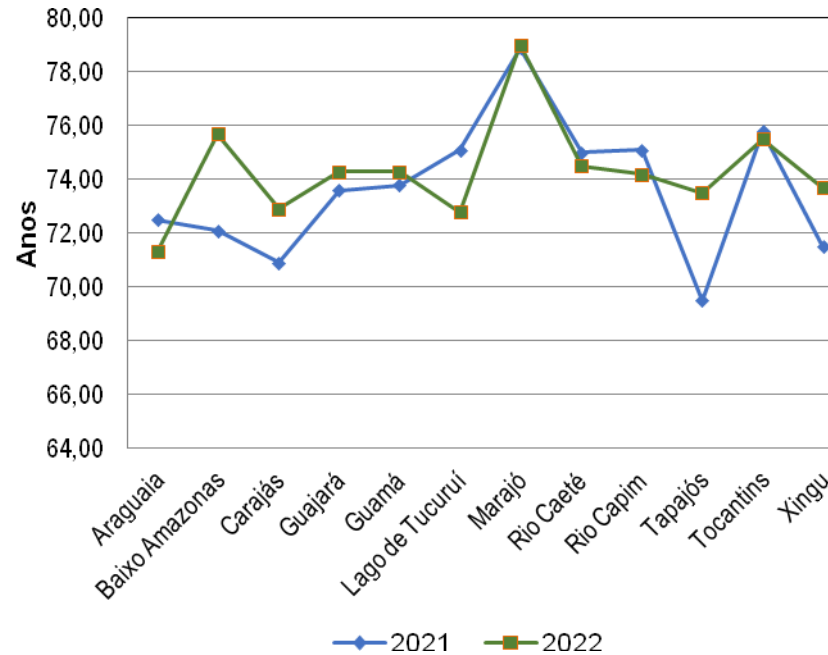
estado do Pará e suas Regiões de Integração.

O Gráfico 1 demonstra o comportamento do indicador ao longo do período citado, revelando que as RI Araguaia (- 1,20%), Lago de Tucuruí (- 2,30%), Rio Caeté (- 0,50), Rio Capim (- 0,90%) e Tocantins (0,30%) sofreram diminuição relativamente acentuada no indicador.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 1 - Expectativa de Vida ao Nascer nas Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: SESP/FAPESPA, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

Nas demais RIs foram registrados aumentos de variação de um

ano para o outro, destacam-se as RIs Baixo Amazonas (3,60%), Carajás (2%), Guajará (0,70%), Guamá (0,50%), Xingu (2,20%) e Tapajós (4%).

Estes resultados estão diretamente relacionados ao fato de que os dados sobre óbitos colhidos no Ministério da Saúde, até o fechamento do mapa, ainda não eram dados conclusivos, e sim preliminares.

A tabela 1 exhibe a expectativa de vida ao nascer, expressada em anos, para o Pará e suas RIs, nos anos de 2021 e 2022. A esperança de vida ao nascer do paraense apresentou crescimento, passando de 73,60 para 74,40 anos, uma variação de 0,80%.

A RI Tapajós foi a que apresentou maior variação positiva, passando de 69,50 anos, em 2021, para 73,50 em 2022. Todavia, apresentou a menor expectativa de vida no ano de 2021.

A maior variação negativa esteve na RI Lago de Tucuruí, que apresentou média de 75,10 de expectativa de vida em 2021, diminuindo para 72,80 no ano de 2022, com variação de -2,30%.

Salienta-se que a RI Marajó no biênio em análise esteve em destaque em virtude de manifestar as maiores médias de expectativa de vida ao nascer do estado, com 78,90 (2021) e 79 anos (2022).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 1 - Expectativa de Vida ao Nascer (em Anos), no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2021–2022.

Estado/RI	2021	2022
Pará	73,60	74,40
Araguaia	72,50	71,30
Baixo Amazonas	72,10	75,70
Carajás	70,90	72,90
Guajará	73,60	74,30
Guamá	73,80	74,30
Lago de Tucuruí	75,10	72,80
Marajó	78,90	79,00
Rio Caeté	75,00	74,50
Rio Capim	75,10	74,20
Tapajós	69,50	73,50
Tocantins	75,80	75,50
Xingu	71,50	73,70

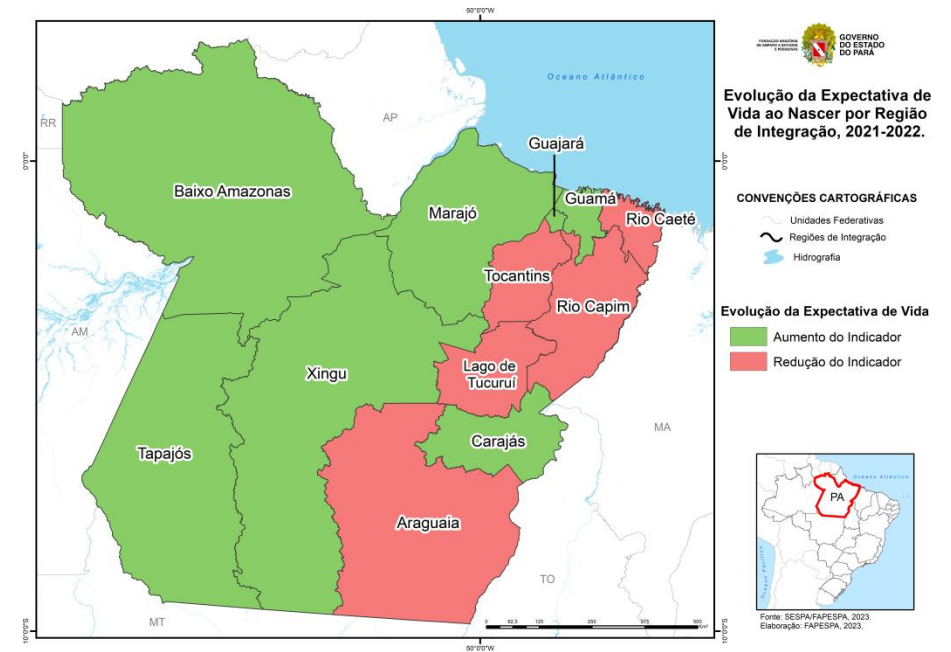
Fonte: SESP/FAPESPA, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

Nota 1: os dados de 2021 são provenientes de estimativas elaboradas pelo Ministério da Saúde. Os de 2022 são da Prévia do Censo.

Nota 2: o IBGE ainda não disponibilizou a população desagregada por faixa etária no Censo 2022, apenas para o total do estado e municípios. Por esta razão, a FAPESPA estimou estas faixas com base nesta população total.

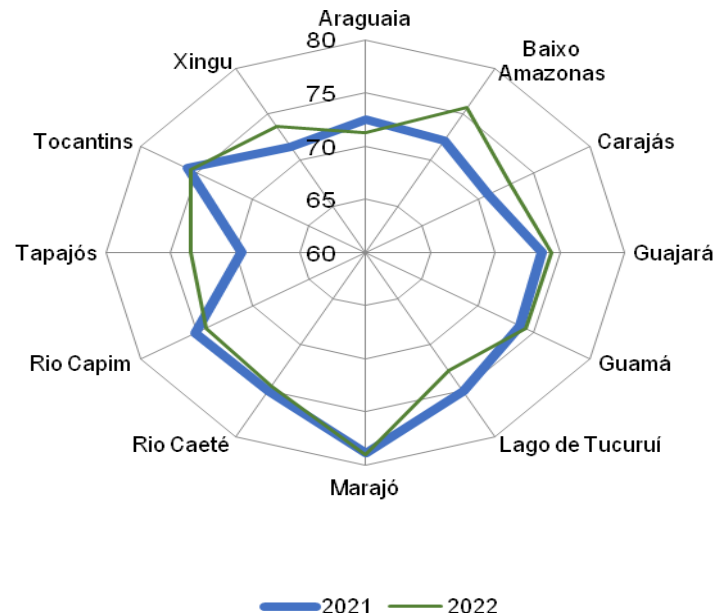
Figura 1: Evolução da Expectativa de Vida ao Nascer por Região de Integração, 2021–2022.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 2: Comparação da Expectativa de Vida ao Nascer entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: SESPA/FAPESPA, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

AÇÕES DO GOVERNO – Expectativa de vida ao nascer

O indicador expectativa de vida relaciona-se de forma transversal com diferentes políticas públicas, em áreas como educação, assistência social, segurança pública e saúde, que reverberam em várias dimensões na sociedade, inclusive na longevidade das pessoas de uma determinada sociedade. Dessa forma, os movimentos de mudanças relacionadas à urbanização, escolarização, renda, mortalidade e saúde, de modo geral, afetam diretamente esse indicador.

A efetividade das políticas sociais são manifestadas como prioridade, fundamentalmente, a partir da proporção do investimento orçamentário que o estado disponibiliza assim entrar na pauta do estado deve ser demonstrado pela garantia de investimentos efetivos.

Em vista disso, a dinâmica de investimento do estado paraense, no marco dos direitos fundamentais, contribuinte da qualidade de vida, no ano de 2022, estiveram explicitados em recursos financeiros aplicados nos serviços públicos como a saúde que chegaram na casa de R\$ 5 bilhões para aumento da capacidade de leitos, com a criação de 617 leitos de UTI Adulto, 153 de UTI Pediátrica, 184 de UTI Neonatal e 235 de Pediátricos



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Cirúrgicos. Outra política fundamental no marco dos investimentos foi a educação, com orçamento ampliado em R\$ 4 bilhões na educação básica, R\$ 3,3 bilhões em pessoal e encargos sociais, R\$ 644 milhões, outras despesas correntes e R\$ 105 milhões em investimentos. Ressalta-se a política destinada à atualização salarial dos profissionais da educação.

No âmbito das políticas socioassistenciais, os investimentos foram executados mediante a estratégia de ações integradas de Políticas como a Assistência Social, Segurança Alimentar, Nutricional e de Socioeducação, com a finalidade de mitigar as situações de vulnerabilidade e risco social de famílias paraenses. Como explicitação desse processo, no ano de 2021, foram alocados R\$ 324,4 milhões nos sistemas integrados de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e de Socioeducação, alinhados com oito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que repercutiu em um aprimoramento das ações dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e Unidades de Acolhimento Institucional para crianças, idosos, mulheres, adultos e famílias.



2 EMPREGO

A estruturação do Mapa de Exclusão Social 2023, acerca da tônica do item Emprego, incorpora os indicadores: a) Taxa de Ocupação e b) Participação da População Ocupada por Sexo, Faixa Etária e Posição na Ocupação; que se encontra relacionada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na proporção de vislumbrar a posição da população no mercado do trabalho e, por conseguinte, sua capacidade de exercer um determinado padrão de vida ou buscar melhorias através da acessibilidade a novos mercados de trabalho, da forma que preconiza o ODS nº 8, revertido para a promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

No presente relatório, podem-se detectar referências a pelo menos três metas do ODS nº 8: a) 8.3 - “promoção de políticas voltadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, ...”; b) 8.5 - “emprego pleno e produtivo e trabalho decente a todos os homens e

mulheres, jovens e pessoas com deficiência...”; e c) 8.6 – “reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, ...”.

POPULAÇÃO OCUPADA

O indicador “Taxa de Ocupação”, em conformidade com a Organização das Nações Unidas (ONU), proporciona o monitoramento do emprego e das distorções no mercado de trabalho, no que concerne à relação entre a população em idade para trabalhar, a ocupada e a desocupada. No Pará, a taxa de crescimento populacional de mão de obra para o setor produtivo da economia segue a tendência de elevação, caracterizando aumento da população em idade para trabalhar e, como resultado, a pressão sobre o mercado de trabalho medido pela PEA (População Economicamente Ativa).

A população do estado em idade considerada apropriada ao trabalho, entre os anos de 2021 a 2022, conforme a Tabela 2 apresentou diminuição de -1,4%, passando de 6,916 milhões, em 2021, para 6,819



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

milhões, em 2022. Nesse mesmo período, a Região Norte também registrou redução desse indicador (-1%). Ambos os casos ficaram na contramão do resultado do Brasil, que registrou crescimento de 0,9%.

A redução da PEA no período em evidência, para o Pará e Região Norte, destoou da elevação da população ocupada, apreciada a partir do indicador “Taxa de Ocupação”, que entre 2021 e 2022, a qual se permite inferir que obteve variação positiva de 4,8 p.p. para o Pará; crescimento de 6 p.p. na Região Norte e acréscimo acentuado de 4 p.p. quando se considera o Brasil. Ou seja, o estado do Pará manteve-se à frente da realidade nacional neste quesito, porém atrás da situação regional.

Quanto a “Taxa de Desocupação”, no Pará registrou queda de -4,8 p.p; a Região Norte inscreveu redução de -6 p.p e, no contexto nacional, o Brasil apresentou redução de -3,9 p.p., valores praticamente correspondentes ao aumento verificado no indicador anteriormente abordado (taxa de ocupação), como ilustra a tabela 2.

Os dados também evidenciam que o quantitativo das pessoas “Fora da Força de Trabalho” diminuiu em todos os cenários de estudo, o que corrobora a capacidade de absorção do mercado de trabalho paraense em relação à população entrante, implicando em melhores ajustes sociais. Em 2022, para este indicador o Pará registrou redução de -14,5%; a Região Norte, diminuição de -10,5% e o Brasil, queda de -2% (Tabela 2).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 2: População Economicamente Ativa Ocupada e Taxa de Ocupação no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2021 – 2022.

Indicadores	2021			2022		
	Brasil	Região Norte	Pará	Brasil	Região Norte	Pará
População em idade a trabalhar (Mil Pessoas)	171.685	14.616	6.916	173.262	14.470	6.819
Força de trabalho (Mil Pessoas)	105.186	8.334	3.818	108.061	8.845	4.170
Força de trabalho - ocupada (Mil Pessoas)	91.297	7.136	3.301	98.046	8.103	3.806
Força de trabalho - desocupada (Mil Pessoas)	13.888	1.199	517	10.015	742	364
Fora da força de trabalho (Mil Pessoas)	66.499	6.283	3.099	65.201	5.625	2.650
Taxa de Ocupação (%)	86,8	85,6	86,5	90,8	91,6	91,3
Taxa de Desocupação (%)	13,2	14,4	13,5	9,3	8,4	8,7

Fonte: IBGE-PNADC/T, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

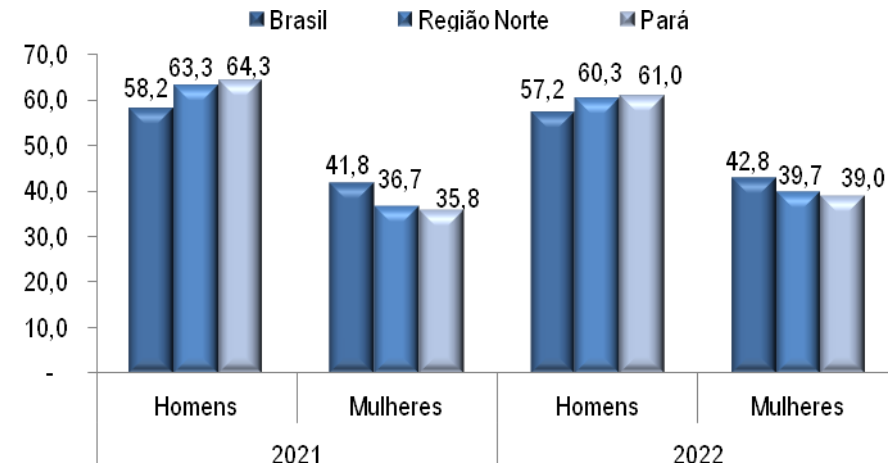
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA.

A participação da População Ocupada, representada conforme o gráfico 3, considerando os anos 2021 e 2022, condiciona a predominância do sexo masculino em todos os recortes das conjunturas ilustradas, compreendendo 61% no estado do Pará no último ano. No extrato regional, verifica-se a latência desta desigualdade, onde 60,3% correspondem à ocupação masculina enquanto a feminina representa 39,7%. Em termos nacionais há uma maior proximidade, porém ainda há prevalência masculina, com 57,2%, em contrapartida feminina de 42,8%.

Dentre os fatores que propiciam este cenário, pode-se atribuir que o rendimento médio do trabalhador do sexo feminino apresenta-se menor do que o rendimento masculino, em virtude da estrutura conjectural do emprego, onde a preferência se concentra no sexo masculino. Por consequência, o indicador apresentará maior oscilação neste sentido, deste modo, um conceito geral. Não obstante, cabe salientar que na

administração pública a maior parcela de representação é de trabalhadores do sexo feminino, espaço onde as mulheres possuem maior inserção, assim por este lado, apresentam maior volume e maior rendimento médio salarial.

Gráfico 3: Participação da População Ocupada por Sexo, no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2021 a 2022.



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

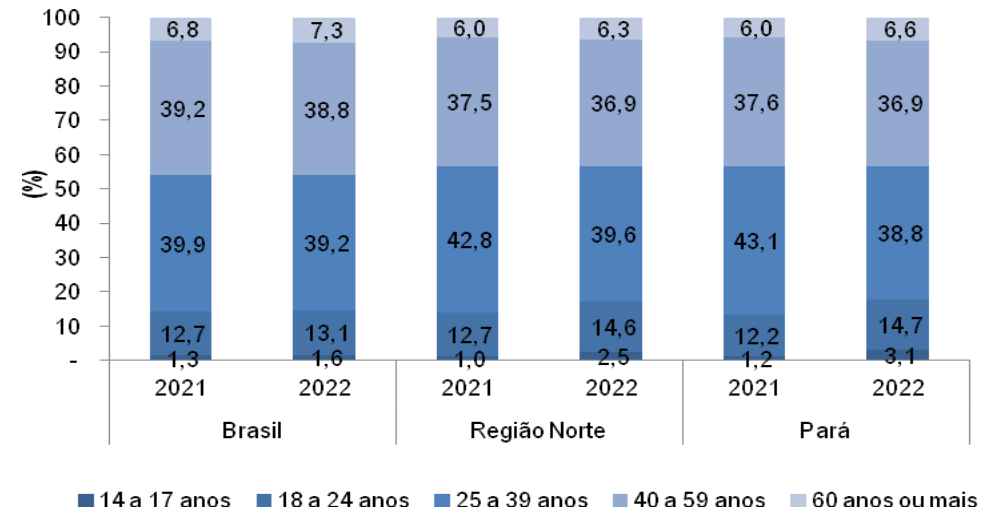
Quanto à participação da população ocupada por faixa etária, apresentada no gráfico 4, verifica-se que as maiores participações encontram-se nas faixas de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, em todos os recortes esquemáticos, isto revela que há um grau elevado de maturidade da população ocupada. No Pará, essas faixas etárias representam 38,8% e 36,9%, respectivamente. A população na faixa de 18 a 24 anos se apresenta como a terceira de maior percentual na participação da população ocupada, para todas as regiões; e a faixa com menor participação na ocupação foi de 14 a 17 anos.

Na Região Norte, a maior Participação Ocupada concentrou-se na faixa de 25 a 39 anos, tanto em 2021 (42,8%) quanto em 2022 (39,6%), registrando assim uma queda de -3,2 p.p. No Contexto nacional, a faixa com maior predominância também foi de 25 a 39 anos, em 2021 (39,9%) e 2022 (39,2%), dessa forma registrando uma redução de -0,7 p.p.

Os grupos de idade de 14 a 17 anos, no Pará e Região Norte apresentaram comportamento de atuação de 3,1% e 2,5%, respectivamente, demonstrando crescimento em relação ao ano de 2021. Quanto às idades 18 e 24 anos, em 2022, o Brasil registrou 13,1%; a

Região Norte, 14,6%; e o estado do Pará, 14,7%. É importante destacar que nestas apurações registraram-se crescimentos de 0,4 p.p.; 1,9 p.p.; e 2,5 p.p., respectivamente (Gráfico 4).

Gráfico 4: Participação da População Ocupada por Faixa Etária, no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2021 – 2022.



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Na tabela 3 se informa participação da população ocupada de acordo com a posição da ocupação, ou seja, Empregado, Empregador, Conta Própria e Trabalhador Familiar Auxiliar, considerando os anos de 2021 e 2022. A posição com maior destaque no Pará, em 2022, foi de Empregado (57,6%), seguido de Conta Própria (32,7%); enquanto as de menor percentual foram, Empregador (4,4%) e Trabalhador Familiar Auxiliar (5,3%). As posições que alcançaram crescimento, em relação a 2021, foram: Empregado (0,7 p.p); Trabalhador Auxiliar (0,4 p.p) e Empregador (0,9 p.p), ao passo que Conta Própria acusou declínio de -1,9 p.p.

Tabela 3: Participação da População Ocupada por Posição na Ocupação no Trabalho Principal no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2021-2022.

Posição na Ocupação		Brasil	Região Norte	Pará
2021	Empregado	66,5	57,5	56,9
	Empregador	4,1	3,3	3,5
	Conta própria	27,3	33,7	34,6
	Trabalhador Familiar Auxiliar	2,1	5,5	4,9
2022	Empregado	67,8	59,0	57,6
	Empregador	4,3	3,7	4,4
	Conta própria	26,0	32,1	32,7
	Trabalhador Familiar Auxiliar	1,8	5,1	5,3

Fonte: IBGE- PNADC/T, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

Em relação às outras amplitudes geográficas, de acordo com a tabela 3, a Região Norte teve realce em 2022 em Empregado (59%) e Conta Própria (32,1%); em contrapartida as posições que tiveram menor percentual foram Empregador (3,7%) e Trabalhador Familiar Auxiliar (5,1%). As disposições que conquistaram desenvolvimento foram Empregador (0,4 p.p.) e Empregado (1,5 p.p.), não obstante as quedas em Trabalhador familiar auxiliar (-0,4 p.p.) e Conta Própria (-1,6 p.p.).

No que diz respeito às capilaridades nacionais para o Brasil, em 2022, registros evidenciam ênfases nas posições Empregado (67,8%) e Conta própria (26%), com menor peso apresentado por Trabalhador Familiar Auxiliar (1,8%) e Empregador (4,3%). O relevo de acréscimo se concentrou em Empregado (1,3 p.p.) e Empregador (0,2 p.p), à proporção que Trabalhador Familiar Auxiliar (-0,3 p.p) e Conta própria (- 1,3p.p.) apresentaram diminuições.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Emprego

As políticas do Estado direcionadas ao emprego estão vinculadas à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER/PA) e permitiram uma redução de -3,1 p.p. na taxa de desocupação no estado, caindo de 11,9% no 3º trimestre de 2021 para 8,8 no 3º trimestre de 2022, acarretando, entre janeiro e novembro de 2022, o maior saldo de empregos da Região Norte, com 47.925 novos postos de trabalho. Nos setores de Agropecuária e de Construção, o Pará destacou-se como 7º estado com maior saldo de empregos do país.

Programas de qualificação como o Primeiro Ofício e o Qualifica Pará beneficiaram, respectivamente, 2 mil jovens aprendizes em 20 municípios e outras 20 mil pessoas em todo o estado. O fomento às micro e pequenas empresas possuiu, em 2022, um aporte de R\$ 14 milhões em financiamentos via microcrédito, atingindo mais de 3.500 empreendimentos e 11 mil pessoas, em 65 municípios.

Através do Sistema Nacional de Emprego (SINE), 6.600 trabalhadores foram inseridos no mercado de trabalho paraense em 2022, dentre os quais 328 pessoas com deficiência (PcD). Cerca de 500 jovens,

entre 14 e 24 anos em situação de vulnerabilidade social foram incorporados ao programa Primeiro Ofício, através da adesão de 24 empresas, intensificando a política de inserção socioproductiva do estado. Também em 2022, mais de 2.300 micro e pequenos empreendedores foram direcionados à promoção de seus produtos em feiras e eventos, de caráter local e nacional, atingindo um faturamento de aproximadamente R\$ 200 mil, induzindo o potencial de desenvolvimento da economia solidária no Pará.



3 RENDA

O Mapa da Exclusão Social do Pará emprega três variáveis para analisar a temática de renda: Renda Média de todas as fontes, Índice de Gini da Renda do emprego formal e Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza. As informações foram obtidas a partir de dados do IBGE e da RAIS para os anos de 2021 e 2022. Este recorte temporal e metodológico está de acordo com o que disciplina a Lei nº 8.327/2015.

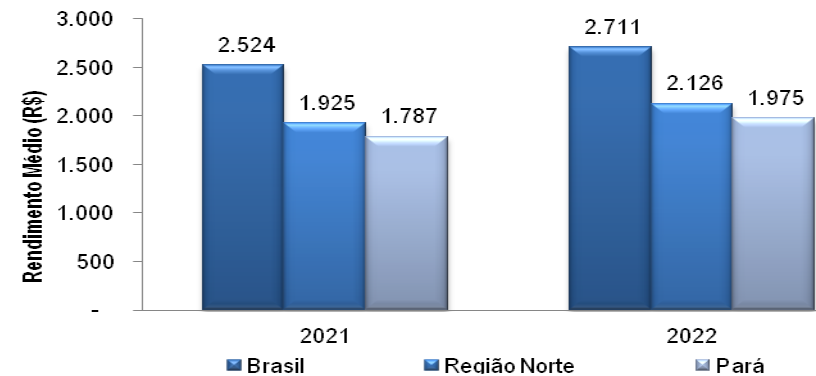
A temática da renda está diretamente associada ao Objetivo 1 dos chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que tem como diretriz “acabar com todas as formas de pobreza, em todos os lugares do mundo”, e por isso também é objeto de análise deste mapa.

RENDA MÉDIA DE TODAS AS FONTES

De acordo com os dados expostos no gráfico 5, é possível observar que houve uma melhora no rendimento médio do trabalhador paraense entre 2021 e 2022. No último ano, a pessoa que trabalhou no estado

recebeu em média o total de R\$ 1.975,00, o que significou um aumento de 10,5% em relação ao ano anterior (R\$ 1.787,00). Porém, o rendimento no estado continuou abaixo da Região Norte e do país que também cresceram em relação ao ano anterior, 10,5% e 7,4%, respectivamente.

Gráfico 5: Rendimento Médio Real (R\$) de Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas. Brasil, Região Norte e Pará, 2021–2022.



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Nota: para o cálculo do rendimento foi utilizada a média dos trimestres.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Vale salientar que nem todos os trabalhadores paraenses receberam mais em 2022. Os rendimentos médios do empregado do setor público e do empregador reduziram em relação ao ano anterior, conforme a tabela 4. O rendimento do trabalhador do setor público caiu 4,3% ao passar de R\$ 3.915,00 para R\$ 3.747,00 entre 2021 e 2022. Mas nem todos os trabalhadores do setor público perderam renda. Os servidores com carteira de trabalho assinada, exclusive militar e funcionário público estatutário, obtiveram aumento no rendimento médio.

Para o empregador, a retração do rendimento médio foi mais acentuada (-11,9%). A sua renda passou de R\$ 5.388,00 para R\$ 4.749,00, o que significou uma perda real de R\$ 638,50 entre 2021 e 2022.

Entre as ocupações de trabalho que registraram acréscimos de renda real destacam-se os empregados do setor privado, tanto com carteira de trabalho assinada como os que não tinham carteira assinada, os quais juntos totalizaram um rendimento médio de R\$ 1.725,00 em 2022, aumento de 4,6% em relação ao ano anterior. O rendimento médio dos trabalhadores domésticos apresentou aumento anualizado de 6,7% ao atingir a renda de R\$ 806,00 em 2022. Já os que trabalham por conta

própria auferiram incremento anual na renda de 4,5% ao atingir a receita de R\$ 1.231,00 em 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 4: Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais). Pará, 2021-2022.

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	2021	2022
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	1.649	1.725
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	2.066	2.210
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	1.180	1.225
Trabalhador doméstico	756	806
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	1.280	1.286
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	680	743
Empregado no setor público	3.915	3.747
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - com carteira de trabalho assinada	5.249	5.357
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - sem carteira de trabalho assinada	2.151	2.038
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	4.638	4.517
Empregador	5.388	4.749
Conta própria	1.178	1.231

Fonte: IBGE-PNADC/T, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

ÍNDICE DE GINI

Um dos aspectos fundamentais de se analisar a dimensão renda, em qualquer estudo econômico, é não somente observar a sua quantidade fixa ou crescimento/decrescimento ao longo do tempo, mas também observar a forma como ela é distribuída entre os participantes que a obtém. Um dos indicadores comumente utilizado para avaliar distribuição de renda é o Índice de Gini.

Este índice mede o grau de concentração da variável renda no intervalo entre 0 e 1. Valores de Índice de Gini próximos a zero indicam uma distribuição mais igualitária da renda; observada através dos dados, no limite, índice igual a zero demonstra a igualdade perfeita, ou seja, todos os indivíduos detêm a mesma quantidade de renda. O caso oposto seria o Índice de Gini com valores próximos a 1, neste caso haveria maior concentração da renda em poucos indivíduos; e, no caso extremo, com o Índice de Gini igual 1, significa que toda a renda disponível estaria concentrada em somente 1 único indivíduo.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Os presentes resultados mostram o Coeficiente de Gini, calculado a partir da relação entre as variáveis: proporção acumulada da população com vínculo formal de trabalho e proporção acumulada da renda do emprego formal, cujas variações foram analisadas no período de 2021 a 2022 (Tabela 5).

Tabela 5: Índice de Gini da Renda do Emprego Formal por Região de Integração, 2021–2022.

Estado/RI	2021	2022
Pará	0,2630	0,2632
Araguaia	0,1644	0,1664
Baixo Amazonas	0,2118	0,2176
Carajás	0,2324	0,2699
Guajará	0,3271	0,3480
Guamá	0,1141	0,1297
Lago de Tucuruí	0,1912	0,2010
Marajó	0,1654	0,1740
Rio Caeté	0,1469	0,1531
Rio Capim	0,1717	0,1781
Tapajós	0,1601	0,1760
Tocantins	0,1831	0,1939
Xingu	0,1904	0,1756

Fonte: ME (RAIS)/FAPESPA, 2023.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Nota 1: para o cálculo do Índice de Gini usado neste trabalho utilizou-se a proporção de salários (renda) pela proporção de vínculos empregatícios (população).

Nota 2: o cálculo não levou em consideração vínculos empregatícios que não se enquadravam em nenhuma faixa salarial constituída pela RAIS.

*Valores estimados pela FAPESPA, em função da plataforma de extração de dados do "Novo CAGED" não disponibilizar informações sobre o saldo do emprego por faixa de salários mínimos.

Os resultados do Índice de Gini mostram que, no estado do Pará,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

houve um leve aumento na concentração de renda entre 2021 e 2022, visto que no referido período o índice passou de 0,2630 para 0,2632.

De modo geral, as desigualdades entre os rendimentos dos trabalhadores paraenses não são altas, já que em todas as RIs o índice de Gini encontra-se abaixo de 0,4. Logo, a concentração de renda não é constituída por grandes disparidades dos rendimentos entre a população de empregados formais, e os salários desses trabalhadores que, em geral, variam relativamente dentro do mesmo patamar.

Em 2022 a RI Guajará apresentou o maior índice (0,3480) e a RI Guamá, o menor (0,1297). Essa diferença é favorecida pelo maior contingente populacional e pelos níveis de salários da região metropolitana de Belém, que conta com importantes atividades econômicas em cadeias dinâmicas, Indústria e Serviços. Também são relevantes as atividades típicas do setor público, com órgãos da esfera estadual e federal que, em média, remuneram melhor os seus trabalhadores do que a iniciativa privada. A RI com o menor Índice de Gini (Rio Guamá) possui como característica econômica o setor de Comércio, Serviços e Agropecuária,

segmentos que tradicionalmente empregam grande quantidade de mão de obra, mas que, de modo geral, pagam baixos salários.

A evolução do índice de Gini nas RIs entre 2021 e 2022 também pode ser visualizada na Figura 2. Nela fica evidente que, dentre as 12 RIs, 11 apresentaram aumento nos níveis de desigualdade, e somente a RI Xingu apresentou retração no indicador.

No gráfico 6 também é possível analisar a evolução dos Índices de Gini das Regiões de Integrações, assim como comparar o movimento do indicador entre as RIs nos dois últimos anos. Nele, observa-se que as RIs Guajará, Carajás e Baixo Amazonas mantiveram a classificação dos maiores índices do emprego formal. Trata-se, portanto, de regiões possuidoras de grandes centros dinâmicos economicamente, tendo as cidades de Belém, Marabá e Santarém como importantes vetores da atividade econômica regional.

Ressalta-se que o índice de concentração de renda de Carajás foi o que mais se afastou do centro do gráfico, ou seja, a renda na região se concentrou em proporção maior comparado ao aumento das outras regiões. Além disso, o Índice de Gini da RI Lago de Tucuruí



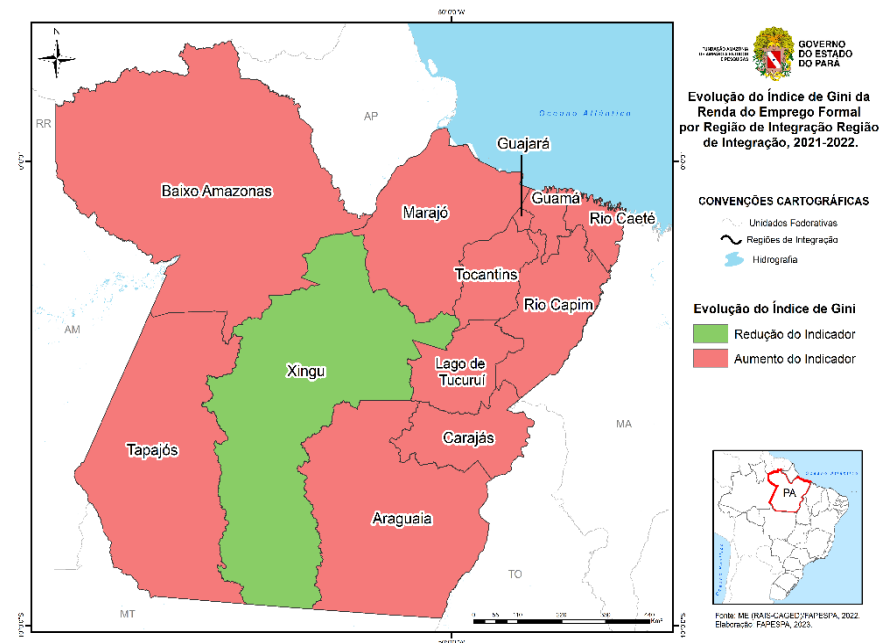
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

chegou à faixa de 0,2, tornando-se a quarta região a ter uma concentração de renda nesse patamar.

O aumento de desigualdade de renda do emprego formal no Pará pode ser reflexo da criação de novos postos de trabalho após a recuperação econômica que foi assolada com o advento pandêmico do novo coronavírus, o que levou a muitas demissões ou férias coletivas, com vistas à adoção de medidas sanitárias objetivando a não aglomeração de pessoas.

É importante salientar que as oportunidades de criação de postos de trabalho no Pará estão assentadas em bases frágeis de sustentação do emprego e da renda, consolidadas, sobretudo, em segmentos de baixa agregação de valor.

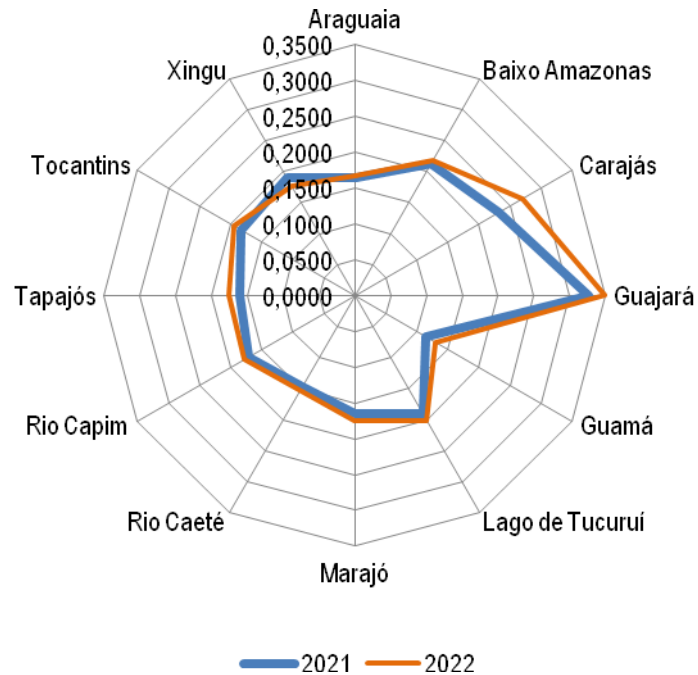
Figura 2: Evolução do Índice de Gini da Renda do Emprego Formal por Região de Integração, 2021–2022.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 6: Comparação do Índice de Gini da Renda do Emprego Formal entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: ME (RAIS)/FAPESPA, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

PESSOAS ABAIXO DA LINHA DA POBREZA

A definição de população abaixo da linha de pobreza utilizada neste diagnóstico refere-se à população com renda domiciliar mensal *per capita* de até meio salário mínimo, em determinado espaço geográfico e no ano considerado, conforme determina a Lei Estadual nº 8.327/2015. O recorte é baseado na ideia de pobreza absoluta, na qual é fixado um nível mínimo ou suficiente para atender às necessidades básicas de uma pessoa. Desse modo, todas as pessoas que apresentam padrões inferiores a esse nível mínimo se encontram em situação abaixo da linha de pobreza.

A pobreza é uma situação social e econômica caracterizada por uma carência marcada na satisfação das necessidades básicas. As circunstâncias para especificar a qualidade de vida e determinar se um grupo em particular se classifica como pobre seria o acesso a recursos como: educação, moradia, água potável, assistência médica e outros; assim como são consideradas importantes as ocorrências de trabalho, nível de estudos e rendimento familiar.

Apesar do esforço de comissões intergovernamentais para se



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

definir uma linha absoluta, não existe oficialmente no Brasil uma linha de pobreza padronizada que possa ser replicada indistintamente à realidade de todos os estados da Federação, o que implica uma série de variações e ajustes conceituais de acordo com a linha de análise a que se recorre quando se procura mensurá-la, em geral, adaptando as estatísticas públicas sobre rendimento domiciliar e outros indicadores econômicos que equalizam o padrão de renda da população.

A série de informações sobre Rendimento Domiciliar *Per Capita*, que era divulgada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/IBGE, teve seu último ano disponível em 2015. Através dessa pesquisa, a FAPESPA calculava a Taxa de Pobreza, o que não foi mais possível a partir de 2016 devido à descontinuidade da informação. Contudo, é possível mensurar a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza a partir dos indivíduos cadastrados no CadÚnico que declararam ter renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo, ou seja, abaixo da linha da pobreza.

Ressalta-se que a metodologia da PNADC e do CadÚnico são distintas. Porém, tal mensuração pode ser considerada uma *proxy*

(representação) da Taxa de Pobreza. Por este motivo, os dados disponíveis e apresentados nesta versão do Mapa são oriundos do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), sistema do Governo Federal que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir daí, selecionar as famílias para diversos programas sociais. Dessa forma, utilizou-se essa *proxy* em substituição à série que sofreu descontinuidade por terem a mesma nomenclatura (“Proporção de Pessoas abaixo da linha da Pobreza”) do indicador exigido pela Lei nº 8.327/2015.

Neste Mapa de Exclusão Social, o indicador está apresentado para o Brasil, a Região Norte e o Pará, tendo sido observada uma série de quatro anos (2019 a 2022), como mostra o gráfico 7. De modo geral, os níveis de pobreza do Pará e Região Norte encontram-se bem elevados, se comparados à média nacional, e também é possível observar uma trajetória crescente desse indicador em todos os níveis territoriais.

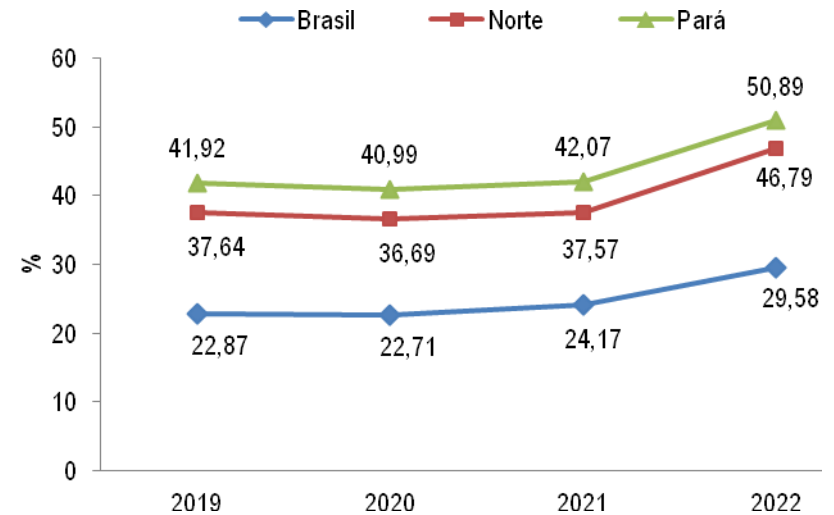
No Pará, a proporção de pessoas a baixo da linha da pobreza



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

passou de 41,92% para 50,89%, aumento de 8,97 p.p. Na Região Norte a pobreza aumentou em uma proporção maior (9,14 p.p.). Já no Brasil, a linha de pobreza cresceu a uma proporção menor (6,7 p.p.). Como resultado dessas variações, a taxa de pobreza do Pará se aproximou da Região Norte, porém se afastou da média nacional.

Gráfico 7: Proporção de Pessoas no CADUNICO em Famílias em Situação de Pobreza¹ (Proxy da Taxa de Pobreza). Brasil, Região Norte e Pará, 2019-2022.



Fonte: IBGE/MDS-VIS DATA/FAPESPA, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

1 Nota: ocorreram mudanças metodológicas no sistema VIS-DATA do MDS quanto às faixas de renda das Pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único. Para a faixa da Pobreza utilizou-se as faixas 1 e 2 (renda familiar per capita mensal de R\$ 0 até R\$ 210). Assim como, com o lançamento da prévia do Censo Demográfico 2022, a população 2022 teve uma retração em todas as abrangências observadas em relação à população estimada de 2021, de -4,8% no Brasil, no Pará de -7,5% e na Região Norte de -8,2%. Com a diminuição da população, a taxa de pobreza tende a subir, como se observa no gráfico.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Vale salientar que a taxa de pobreza é a relação entre a população pobre e a população total; neste sentido, se houver um aumento na diferença entre as duas variáveis a taxa de pobreza aumenta, e foi exatamente isso que ocorreu. A população pobre aumentou, enquanto que o contingente populacional reduziu de acordo com a prévia dos dados lançados pelo Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), o que explica o elevado crescimento da taxa no último ano da série.

Na tabela 6 é possível observar a evolução da população paraense por RI, entre 2021 e 2022, assim como a evolução da população abaixo da linha de pobreza, consequentemente, a taxa de pobreza nos dois últimos anos. Nesta tabela, fica evidente a redução da população paraense, sendo que a população de algumas regiões aumentou, por outro lado, a população pobre cresceu em todas as regiões do estado; como consequência, a taxa de pobreza também cresceu em todas as regiões.

A RI Marajó continuou com a maior taxa de pobreza do estado e, no ano de 2022, atingiu a taxa de 75,23%, bem acima da média estadual (50,89%). A região que auferiu a menor taxa em 2022 foi Carajás (34,6%),

ganhando a posição da RI Guajará que no ano anterior possuía a menor taxa (27,99%).

Tabela 6: Proporção de Pessoas no CADUNICO em Famílias em Situação de Pobreza¹ (Proxy da Taxa de Pobreza), por Região de Integração do estado do Pará 2021-2022.

Estado/RI	População ²		População Pobre		Taxa de Pobreza (%)	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Pará	8.777.124	8.116.132	3.692.257	4.130.439	42,07	50,89
Araguaia	583.777	454.710	168.212	186.022	28,81	40,91
Baixo Amazonas	750.258	785.818	401.490	448.626	53,51	57,09
Carajás	707.165	761.498	220.843	263.470	31,23	34,60
Guajará	2.269.233	1.977.338	635.251	770.681	27,99	38,98
Guamá	706.880	657.812	314.006	346.157	44,42	52,62
Lago de Tucuruí	436.351	325.444	157.848	171.439	36,17	52,68
Marajó	577.790	593.822	418.118	446.709	72,37	75,23
Rio Caeté	532.257	492.827	280.964	305.200	52,79	61,93
Rio Capim	711.361	619.373	312.120	334.224	43,88	53,96
Tapajós	222.500	250.293	105.312	119.418	47,33	47,71
Tocantins	889.678	805.178	472.240	514.148	53,08	63,86
Xingu	389.874	392.019	205.853	224.345	52,80	57,23

Fonte: IBGE/MDS-VIS DATA/FAPESPA, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

¹ Nota: ocorreram mudanças metodológicas no sistema VIS-DATA do MDS quanto às faixas de renda das Pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único. Para a faixa da Pobreza utilizou-se as



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

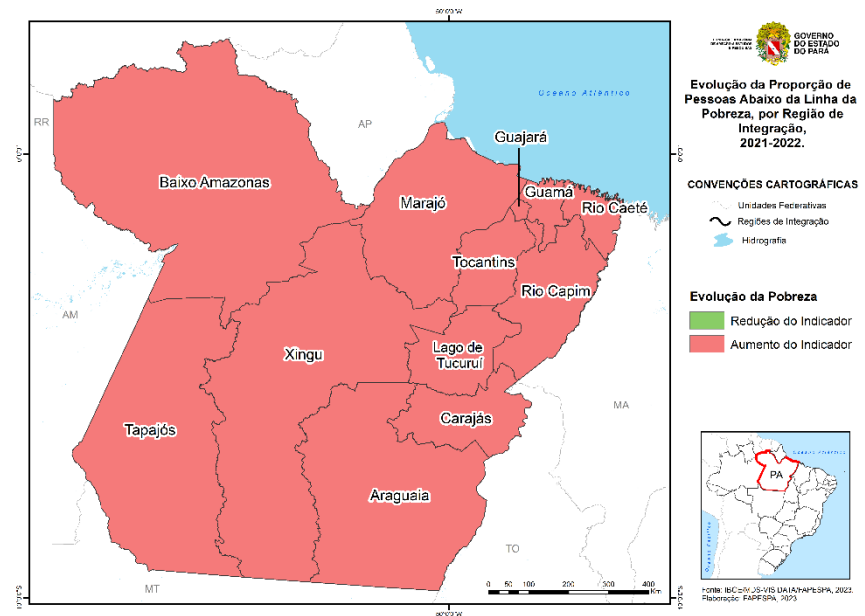
faixas 1 e 2 (renda familiar per capita mensal de R\$ 0 até R\$ 210). Assim como, com o lançamento da prévia do Censo Demográfico 2022, a população 2022 teve uma retração em todas as abrangências observadas em relação à população estimada de 2021, de -4,8% no Brasil, no Pará de -7,5% e na Região Norte de -8,2%. Com a diminuição da população, a taxa de pobreza tende a subir, como se observa no gráfico.

2 Nota: No ano de 2021 a população é estimada e em 2022 os dados são a prévia do censo.

Em uma análise cartográfica da evolução da taxa de pobreza no estado do Pará, entre 2021 e 2022, é possível observar de forma mais nítida o crescimento do indicador em todas as Regiões de Integração do estado, Figura 3.

Já no gráfico 8 é possível comparar o avanço da taxa de pobreza por RI entre 2021 e 2022. A região que mais aumentou o nível de pobreza entre os dois anos foi Lago de Tucuruí (16,5 p.p.) e a região que menos subiu no nível de pobreza foi Tapajós (0,4 p.p.).

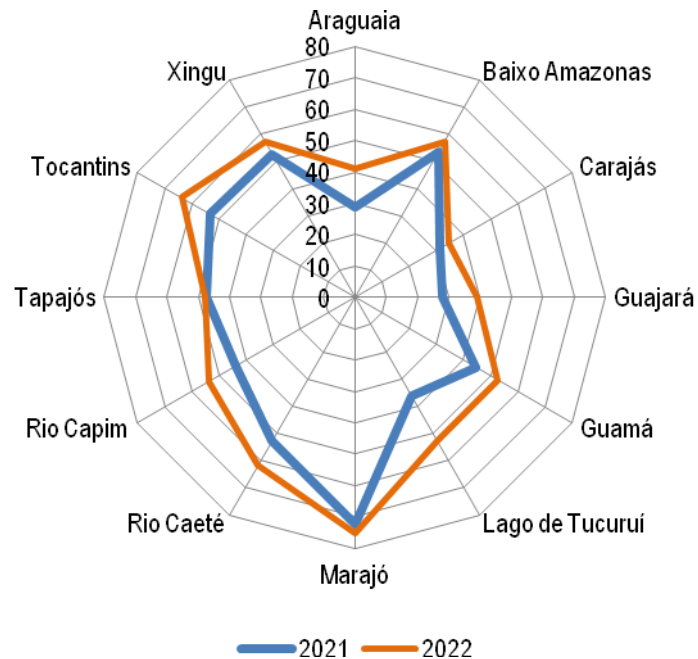
Figura 3: Evolução da Proporção de Pessoas abaixo da Linha da Pobreza, por Região de Integração, 2021–2022.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 8: Comparação da Taxa de Pobreza entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: IBGE/MDS-VIS DATA/FAPESPA, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

AÇÕES DO GOVERNO – Renda

Em 2022 a área social ainda sofreu os efeitos deletérios da pandemia. A determinação da gestão estadual foi dar continuidade a programas que minorassem esses reflexos na vida dos paraenses, como os de transferência de renda aos mais vulneráveis.

O Programa Estadual Renda Pará beneficiou cerca de 520 mil famílias, com investimento de R\$ 52 milhões. Houve também o Programa Vale Gás, que atendeu aproximadamente 50 mil famílias, inseridas no Cadastro Único, totalizando mais de R\$ 17 milhões. O Programa Água Pará quitou as contas de abastecimento de água de mais de 380 mil domicílios. O Programa de renda cidadã Bora Belém, cooperação entre o Governo do Pará e a Prefeitura de Belém, transferiu mais de R\$ 30 milhões a cerca de 16 mil famílias em situação de vulnerabilidade social. E o Programa Recomeçar disponibilizou um salário mínimo a 16 mil famílias que tiveram suas residências afetadas por situações de calamidade pública e outros riscos sociais.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Como forma de mitigar o aumento da evasão escolar no período pós-pandemia, o Programa Reencontro com a Escola destinou R\$ 108 milhões em incentivo financeiro a 121 mil alunos do 3º ano do ensino médio e a 474 mil das demais séries, além da concessão do vale alimentação a cada aluno matriculado.

O Programa Fundo Esperança beneficiou 114 mil empreendedores, entre 2020 e 2021, e no último ano 9.814 empreendedores formais foram atendidos com o auxílio de R\$ 2 mil no Programa Incentiva+Pará.

Destacam-se também os créditos concedidos a empreendedores pelo Banpará, como: Banpará Comunidade, Capital de Giro e Empodera; investimento da ordem de R\$ 374,4 milhões. Houve também feira estadual de artesanato em Belém, incentivando 3.545 empreendedores em economia solidária.

Os pequenos agricultores também foram fortalecidos com: 258.892 atendimentos realizados; 230.059 beneficiários atendidos; 23.354 Cadastros Ambientais Rurais (CARs); 68.208 Declarações de Aptidão ao PRONAF; 7.892 Projetos de Crédito Rural contratados; e R\$ 274.248

milhões em projetos de Crédito Contratados. Além disso, houve distribuição de sementes e mudas para os agricultores.

Outras estratégias que ajudaram a melhorar o rendimento da população paraense foi a concessão de 2.867 bolsas de pesquisas para iniciação científica em Belém, Marabá e Santarém, em parceria com UEPA, CNPQ, UFRA, FADESP, FAPESPA e UFOPA, com investimentos de R\$ 43 milhões.

Destaca-se também O reajuste salarial de 10,5% para 150 mil servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, e o reajuste do auxílio alimentação em mais de 66%, chegando no valor de R\$ 1 mil, entre outros reajustes específicos, que significaram um acréscimo de R\$ 134 milhões na folha de pagamento do funcionalismo, uma valorização do servidor público, permitida pelo equilíbrio fiscal alcançado pelo Governo do Pará.



4 EDUCAÇÃO

A temática da Educação relaciona-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODSs) da Agenda 2030, dentre os quais destaca-se o ODS 4, que objetiva assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas, por meio da implementação de suas 10 metas, que estão em acordo, direta ou indiretamente, com o Plano Nacional e Estadual de Educação, logo alinhados aos programas de gestão do Governo Estadual (PARÁ, 2021a).

Neste Mapa, essa temática é trabalhada a partir da análise dos seguintes indicadores: Taxa de Aprovação, Taxa de Reprovação, Taxa de Abandono e Taxa de Distorção Idade-Série, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio; Taxa de Alfabetização de Adultos e Incremento no Ensino Superior; com dados correspondentes aos anos de 2021 e 2022, os quais estão desagregados por estado do Pará e suas Regiões de Integração (RIs).

Destaca-se que as taxas referentes à aprovação, reprovação e abandono estão em conformidade com a metodologia proposta pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A taxa de alfabetização de adultos e o incremento no ensino superior consideram as informações da PNADC/IBGE; e, para o ano de 2021, estes dados foram estimados pela FAPESPA, bem como registram as unidades territoriais Brasil, Norte, Pará e Região Metropolitana de Belém-RMB, devido à não disponibilidade de dados que possibilite desagregar por RI.

Salienta-se que, para os dados do ano de 2021, é importante considerar os reflexos decorrentes de ações de mitigação das implicações decorrentes da pandemia de Covid-19 na educação, as quais refletem nos seus indicadores, especialmente nas taxas de aprovação, reprovação e abandono.

Neste contexto, é importante destacar que o Conselho Estadual de Educação do Pará – CEEPA, por meio da Resolução nº 20, de 18 de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

janeiro de 2021, definiu diretrizes estaduais orientadoras para a implementação do disposto na Lei nº 14.040/2020 e na Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020, adequando as atividades educacionais à situação excepcional em andamento (PARÁ, 2021b).

Dentre as providências admitidas para o reordenamento curricular estão: a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pela pandemia efetivado no ano subsequente, podendo utilizar avaliação diagnóstica e plano individualizado de estudo; regimes diferenciados e flexíveis, evitando a retenção de alunos. E, com a Resolução nº 131, de 24 de junho de 2021, mantém as prerrogativas excepcionais estabelecidas pela CEE/PA nº 20/2021, para o ano letivo de 2021 (PARÁ, 2021c).

Posto isso, para o ano de 2021, apesar do retorno das atividades presenciais, com a revogação do decreto estadual nº 800, de 31 de maio de 2020¹, é necessário considerar que os reflexos da Covid-19 foram diversificados na população, os quais refletem no campo educacional.

¹Decreto estadual nº 2044 de 03 de janeiro de 2021, o qual institui a Política Estadual de Incentivo à Vacinação contra a COVID-19; e revoga o Decreto Estadual nº 800, de 31 de maio de 2020 (PARÁ, 2021d).

TAXA DE APROVAÇÃO

A Taxa de aprovação, exposta na tabela 7, para o Ensino Fundamental e Médio, no estado e Regiões de Integração, para o período de 2021 a 2022, demonstra que no estado do Pará o Ensino Fundamental apresentou um decréscimo de -6,4 p.p. (93,10% para 86,70%) durante os anos. E, no Ensino Médio, diferentemente do ocorrido com o Fundamental, esta variação ocorreu de forma positiva, com um crescimento de 5,1 p.p. (73,30% para 78,40%).

Direcionando a análise para as RIs, no Fundamental, observa-se que todas apresentaram diminuição neste indicador, comportamento similar ao do estado, das quais destacam-se, no ranking das 3 RIs com as mais expressivas diminuições, Lago de Tucuruí (-11,79 p.p.), Tocantins (-11,76 p.p.) e Marajó (-10,47 p.p.).

Quanto às maiores taxas de aprovação no Ensino Fundamental, verifica-se que a RI Guajará se manteve com as maiores taxas (94,6% e 92,22%). Por outro lado, a RI Marajó permaneceu com as menores taxas de aprovação (87,33% e 78,86%), nos respectivos anos analisados.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

No que concerne ao Ensino Médio, observa-se na tabela, que 11 das 12 Regiões de Integração do estado demonstraram crescimento na taxa de aprovação, dentre as quais destacaram-se no ranking das 3 RIs com os maiores crescimentos: Xingu (14,29 p.p.), Carajás (12,48 p.p.) e Lago de Tucuruí (10,59 p.p.).

A RI Rio Caeté foi a única a demonstrar diminuição na sua taxa de aprovação, na etapa do Ensino Médio, com uma variação negativa de -0,33 p.p.; sendo assim, Rio Caeté foi a RI que apresentou diminuição neste indicador nas duas etapas de Ensino.

As maiores taxas de aprovação nas RIs, no Ensino Médio, em 2021 e 2022, verifica-se, assim como no Fundamental, foram apresentadas pela RI Guajará (78,24% e 82,28%). Já as RIs com as menores taxas de aprovação, nesta mesma etapa de ensino, foram as RIs Carajás, em 2021 (63,03%), e Tapajós, em 2022 (72,27%).

Tabela 7: Taxas de Aprovação (%) no Ensino Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2021–2022.

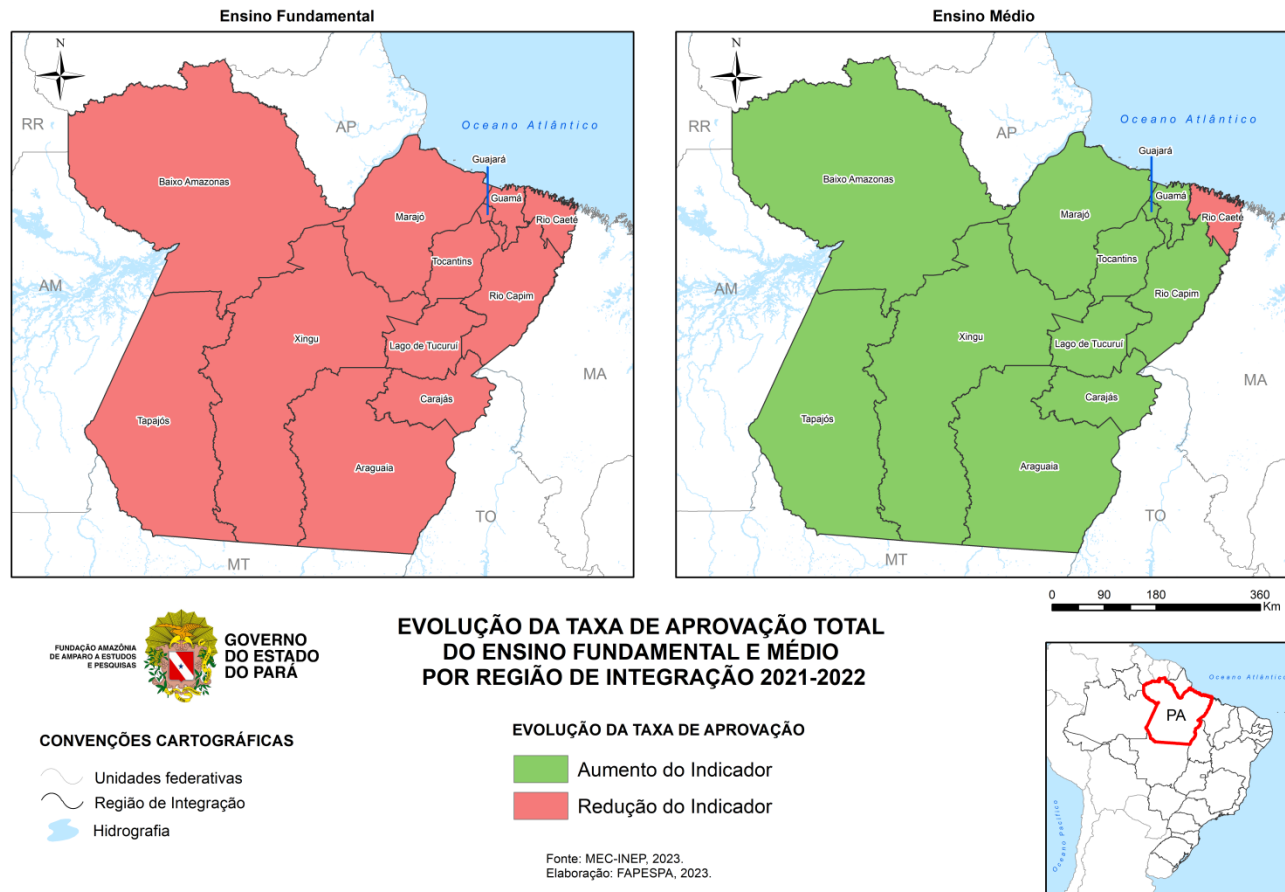
Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2021	2022	2021	2022
Pará	93,10	86,70	73,30	78,40
Araguaia	91,37	85,90	65,19	73,35
Baixo Amazonas	94,19	88,12	75,38	78,58
Carajás	94,19	88,64	63,03	75,52
Guajará	94,60	92,22	78,24	82,28
Guamá	91,91	85,98	73,67	74,94
Lago de Tucuruí	93,44	81,66	65,67	76,26
Marajó	87,33	76,86	71,03	76,04
Rio Caeté	94,37	85,65	74,56	74,23
Rio Capim	93,69	85,76	71,78	73,98
Tapajós	90,58	86,95	68,25	72,27
Tocantins	93,65	81,89	73,91	75,81
Xingu	92,23	86,70	65,00	79,29

Fonte: MEC-INEP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

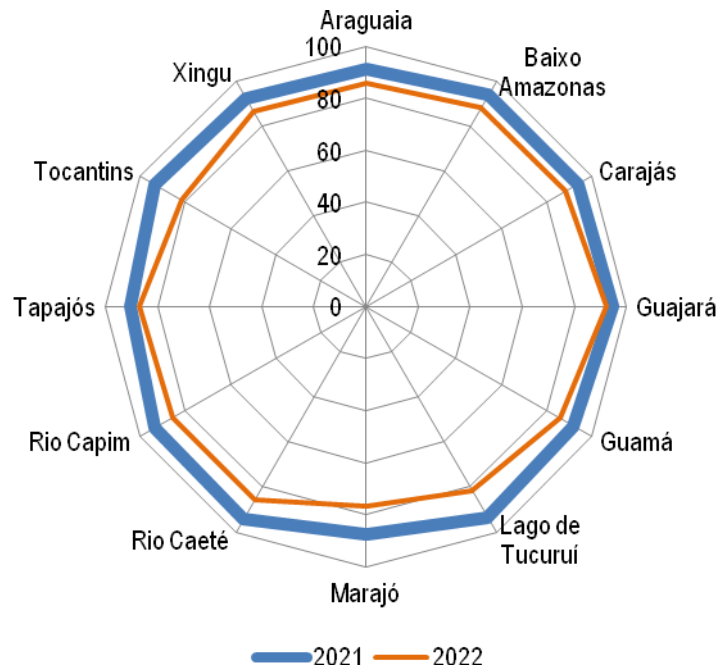
Figura 4: Evolução da Taxa de Aprovação Total do Ensino Fundamental e Médio por Região de Integração, 2021–2022.





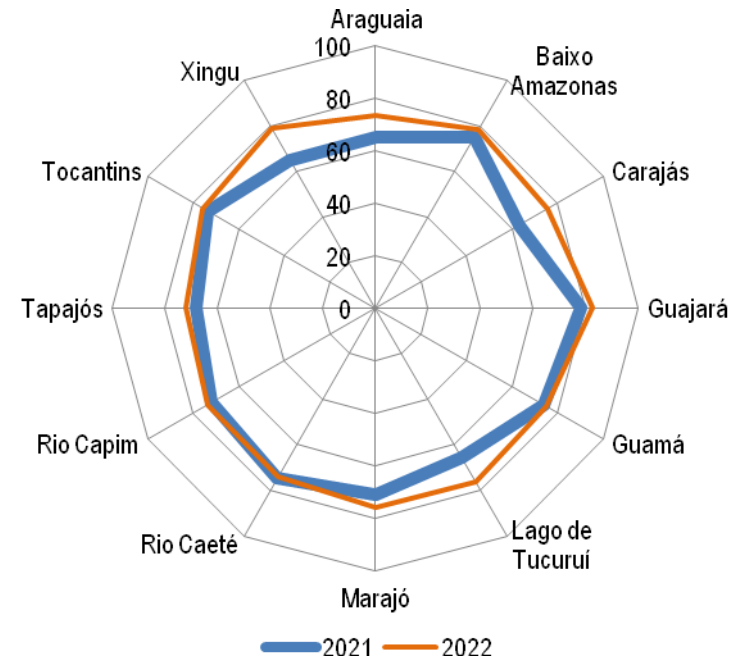
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 9: Comparação da Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: MEC-INEP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

Gráfico 10: Comparação da Taxa de Aprovação do Ensino Médio Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: MEC-INEP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE REPROVAÇÃO

A Taxa de reprovação dos Ensinos Fundamental e Médio, exposta na tabela 8, mostra que no estado do Pará, este indicador aumentou o seu índice no Fundamental (3,8% para 10,2%, com variação de 6,4 p.p.), e diminuiu no Ensino Médio (11,1% para 10,8%, com variação de -0,30 p.p.).

O comportamento das taxas de reprovação nas RIs, para a etapa do Fundamental, aponta que todas demonstraram crescimento neste indicador, em concordância com o comportamento de diminuição na taxa de aprovação. Entre estas regiões, destacaram-se no *ranking* das 3 RIs, com os maiores crescimentos na Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental: Lago de Tucuruí (11,39 p.p.), Tocantins (11,11 p.p.) e Marajó (9,39 p.p.).

A RI Marajó liderou com as maiores taxas de reprovação no Fundamental, em 2021 e 2022, com 8,06% e 17,45%, respectivamente. Enquanto as RIs com a menor taxa de reprovação foram: Lago de Tucuruí (2,54%, em 2021) e Guajará (6,70%, em 2022).

Observa-se que enquanto em 2021, a RI Lago de Tucuruí apresentava a menor taxa de reprovação do Ensino Fundamental, para o ano seguinte foi a RI que apresentou o maior crescimento, deste indicador.

Para o Ensino Médio, destacaram-se as RIs Marajó (3,88 p.p.), Tapajós (2,72 p.p.) e Baixo Amazonas (2,40 p.p.), com as 3 maiores variações positivas. E as RIs que demonstraram as maiores diminuições neste indicador foram: Carajás (-2,87 p.p.), Lago de Tucuruí (-2,39 p. p.) e Tocantins (-2,03 p.p.).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 8: Taxas de Reprovação (%) no Ensino Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2021–2022.

Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2021	2022	2021	2022
Pará	3,80	10,20	11,10	10,80
Araguaia	3,24	9,35	9,43	9,72
Baixo Amazonas	3,42	9,43	9,21	11,61
Carajás	2,76	8,84	12,41	9,54
Guajará	3,42	6,70	12,48	12,86
Guamá	4,75	11,08	10,99	12,81
Lago de Tucuruí	2,54	13,93	13,26	10,87
Marajó	8,06	17,45	8,53	12,41
Rio Caeté	3,47	11,34	10,22	11,07
Rio Capim	4,01	11,67	11,54	12,71
Tapajós	4,65	9,22	8,75	11,47
Tocantins	3,22	14,33	12,79	10,76
Xingu	3,52	9,23	7,75	7,10

Fonte: MEC-INEP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

Em conformidade com a tabela 8, afere-se que a RI com maior taxa de reprovação no Ensino Médio, no ano de 2021, ocorreu em Lago de Tucuruí (13,26%); enquanto em 2022, foi Guajará (12,86%). A RI que demonstrou menor taxa de reprovação foi a RI Xingu, 7,75% e 7,10%, nos respectivos anos.

Os gráficos 11 e 12 ilustram a comparação das taxas de reprovação no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, transparecendo a diferença nos índices entre essas etapas de ensino, bem como o movimento de baixo desempenho do ensino fundamental, sendo ainda reflexo da situação pandêmica que afetou o país e o sistema escolar.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 5: Evolução da Taxa de Reprovação Total do Ensino Fundamental e Médio por Região de Integração, 2021–2022.

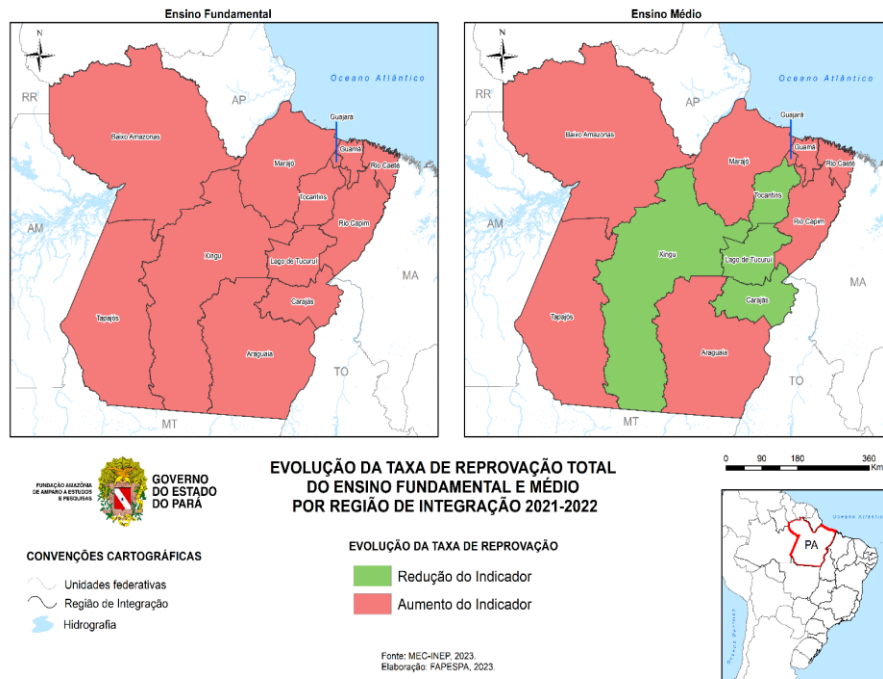
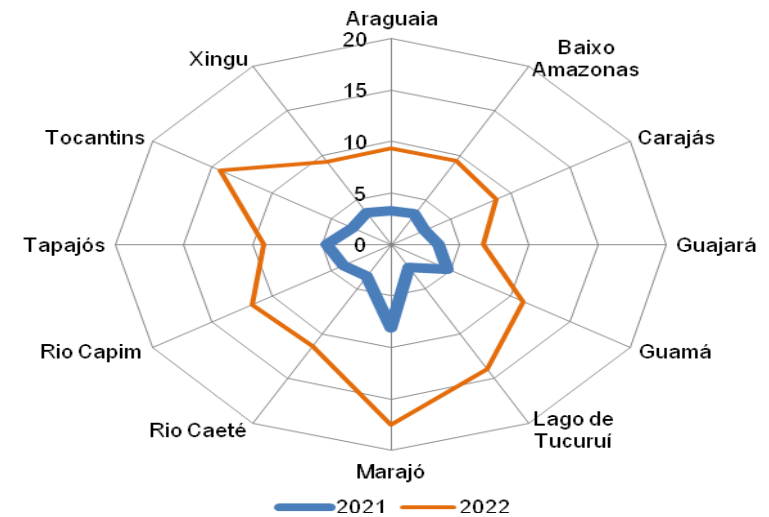


Gráfico 11: Comparação da Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.

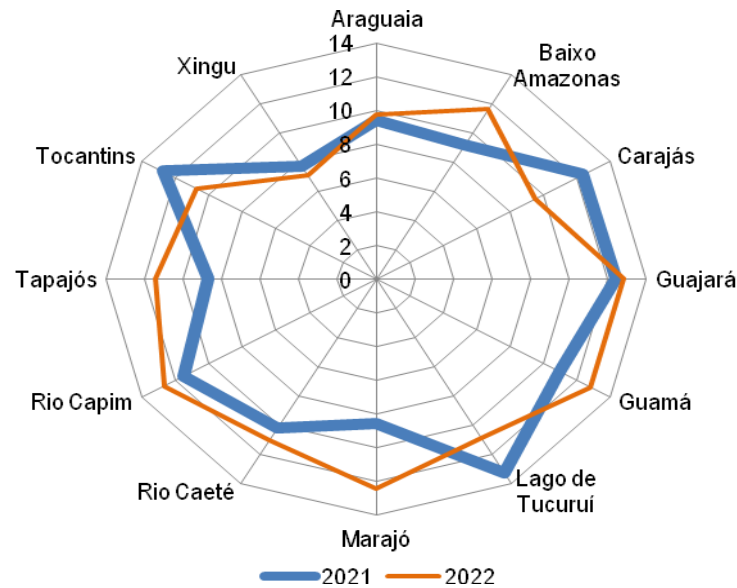


Fonte: MEC-INEP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 12: Comparação da Taxa de Reprovação do Ensino Médio Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: MEC-INEP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

TAXA DE ABANDONO

A Taxa de abandono no Pará, entre os anos 2021 e 2022, se manteve estável na etapa de Ensino Fundamental (3,10%) e decresceu no Ensino Médio (-4,80 p.p.), como demonstrado na tabela 9.

Direcionando a observação para as RIs, destacaram – se as RIs Marajó (1,09 p.p.), Rio Caeté (0,85 p.p.) e Tocantins (0,65 p.p.), com as maiores variações positivas. Enquanto as RIs que tiveram as maiores variações negativas, cita-se: Tapajós (-0,93 p.p.), Guajará (-0,90 p.p.) e Araguaia (-0,64 p.p.).

No ano de 2021, a RI com a maior taxa de abandono foi Araguaia, com 5,39%. Em 2022, a RI Marajó ocupou esta posição com 5,69%. De outro modo, a menor taxa de abandono esteve a RI Guajará, com 1,98% e 1,08%, para os respectivos anos.

Concernente ao Ensino Médio, 11 das 12 RIs acusaram variação negativa na taxa de abandono, a exceção foi a RI Tocantins com o comportamento de variação positiva (0,13 p.p.). Dentre as que



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

apresentaram as variações negativas com os maiores índices estão em Xingu (-13,64 p.p.), Carajás (-9,62 p.p.) e Marajó (-8,90 p.p.).

A RI Guajará, assim como no Fundamental, demonstrou a menor taxa de abandono do Ensino Médio, nos dois anos analisados (9,28% e 4,86%). E as maiores taxas de abandono, estiveram nas RIs Xingu (27,25% em 2021), e Araguaia (16,93% em 2022).

Tabela 9: Taxas de Abandono (%) do Ensino Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2021–2022.

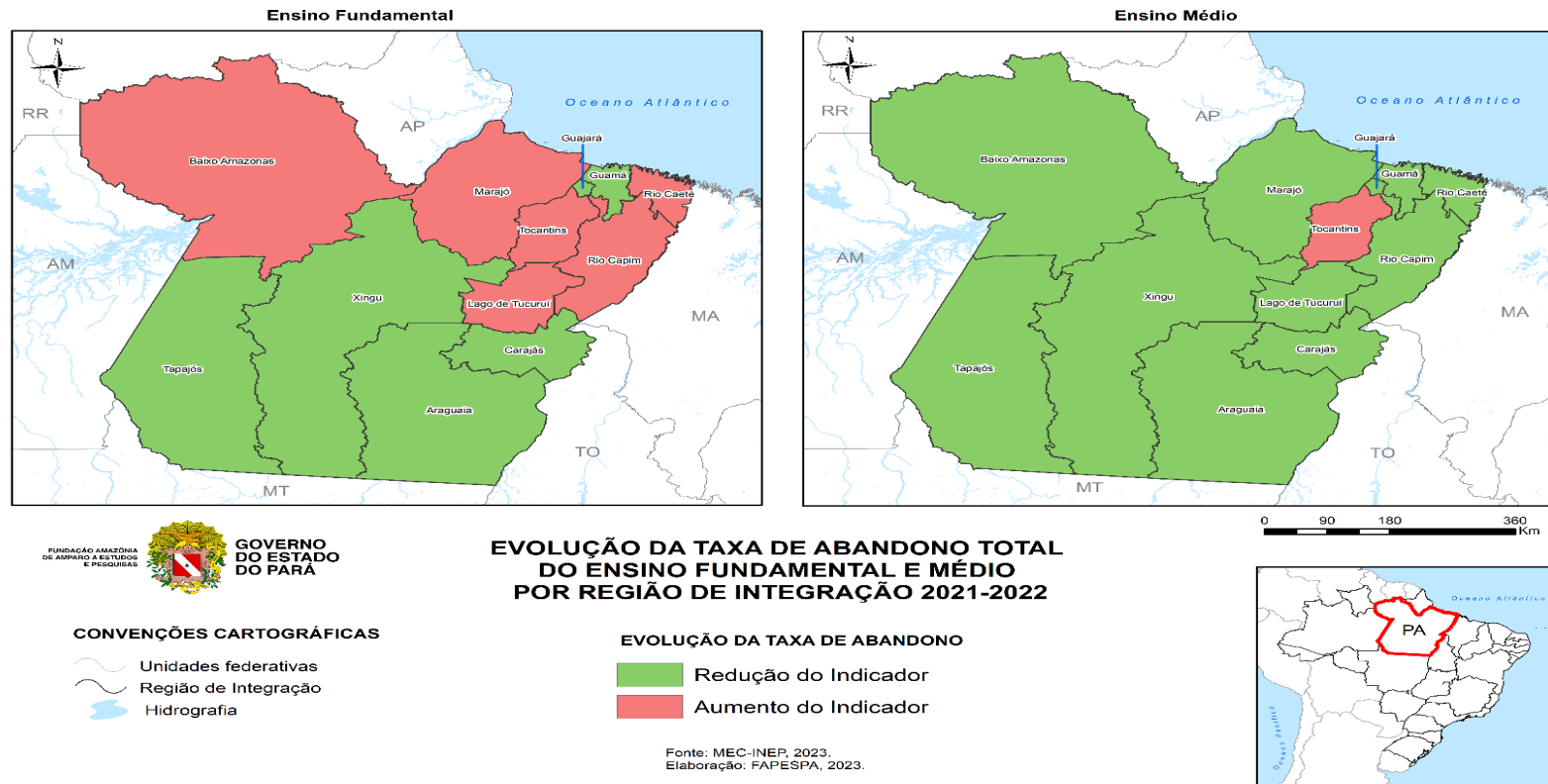
Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2021	2022	2021	2022
Pará	3,10	3,10	15,60	10,80
Araguaia	5,39	4,75	25,37	16,93
Baixo Amazonas	2,38	2,45	15,42	9,81
Carajás	3,05	2,52	24,56	14,94
Guajará	1,98	1,08	9,28	4,86
Guamá	3,34	2,94	15,34	12,24
Lago de Tucuruí	4,01	4,41	21,07	12,87
Marajó	4,61	5,69	20,44	11,55
Rio Caeté	2,16	3,01	15,22	14,70
Rio Capim	2,30	2,58	16,69	13,31
Tapajós	4,77	3,83	23,00	16,27
Tocantins	3,13	3,78	13,30	13,43
Xingu	4,25	4,07	27,25	13,61

Fonte: MEC-INEP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

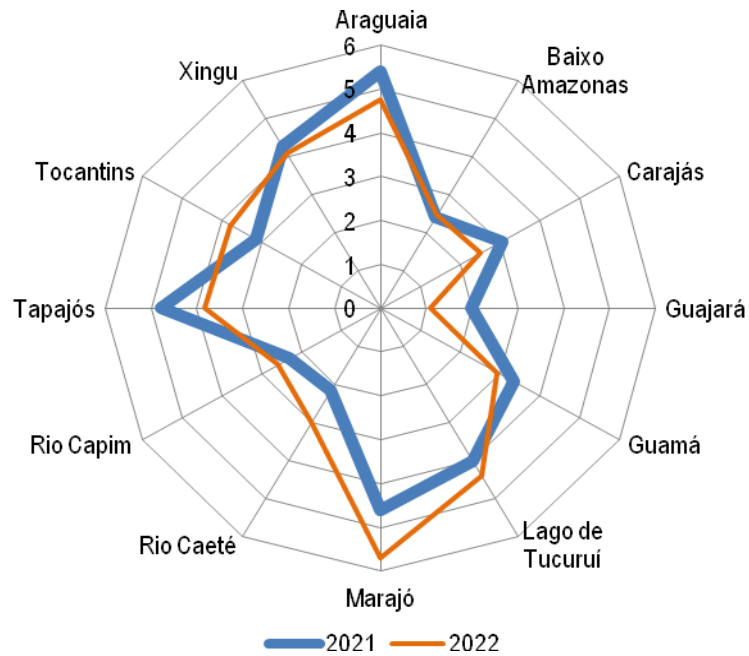
Figura 6: Evolução da Taxa de Abandono Total do Ensino Fundamental e Médio por Região de Integração, 2021–2022.





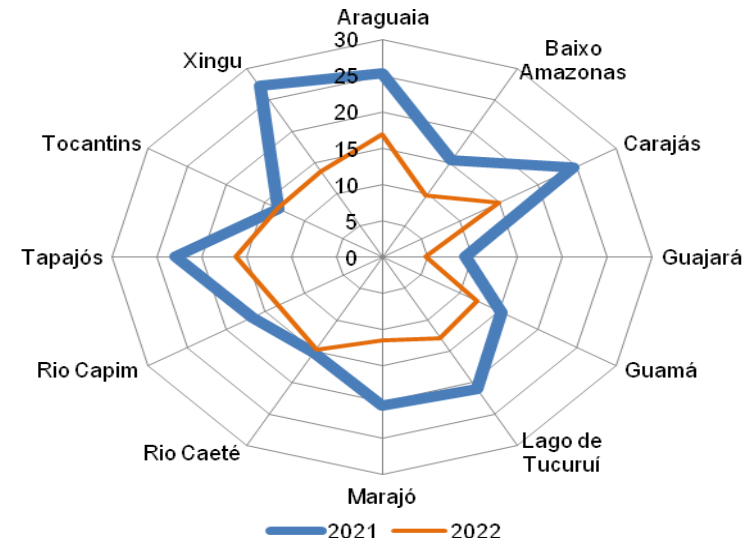
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 13: Comparação da Taxa de Abandono do Ensino Fundamental Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: MEC-INEP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

Gráfico 14: Comparação da Taxa de Abandono do Ensino Médio Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: MEC-INEP, 2023. - Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Analisando a Taxa de alfabetização de adultos com 18 anos ou mais (Tabela 10), afere-se que todas as regiões geográficas em destaque (Brasil, Pará e RMB) tiveram variações positivas neste indicador; e todas com o indicador acima de 90 p.p.

O Pará obteve menor crescimento (0,28 p.p.) e manteve sua taxa abaixo do demarcado para o Brasil, nos dois anos, bem como abaixo da RMB em 2022, fato que pressupõe que os números de analfabetos existentes no Pará são maioria em municípios que não compõem a região metropolitana de Belém; bem como que esta região obteve maior efetividade de ações de combate à analfabetização em detrimento às demais.

A RMB foi o território que demonstrou o maior crescimento deste indicador, conseguindo avanço de 5,97 p.p., saindo de uma taxa de 91,50 (2021) para 97,47 (2022) e ultrapassando a taxa do Brasil, que chegou a 94,38.

Tabela 10: Taxa de Alfabetização de Adultos com 18 anos de idade ou mais para Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2021–2022.

Nível Territorial	2021*	2022
Brasil	93,40	94,38
Pará	92,30	92,58
RM Belém	91,50	97,47

Fonte: IBGE-PNADC, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Nota: Valores de 2021 estimados pela FAPESPA, pois devido a pandemia, a PNADC módulo de Educação, não divulgou resultados para os anos de 2020 e 2021.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

O indicador distorção idade-série parte do pressuposto indicado na Lei 9.394, de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e, em seu Art. 32, recomenda que a criança ingresse aos seis anos de idade no 1º ano do ensino fundamental, a ser concluído aos 14 (quatorze) anos de idade (BRASIL, 1996). E, assim, na faixa entre os 15 (quinze) e 17 (dezessete) anos de idade o aluno deverá cursar o ensino médio. Logo, a defasagem entre a idade do aluno e a série recomendada



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

indica que o aluno está em situação de distorção idade-série, resultado do ingresso tardio do aluno na escola, da reprovação e/ou abandono escolar, que, entre os diversos fatores, pode-se destacar os socioeconômicos como influenciadores no desempenho do estudante.

Este indicador está apresentado para o Ensino Fundamental e Médio na tabela 11, onde o ensino médio apresenta taxa superior ao ensino fundamental nos dois anos analisados. O Pará demonstra diminuição da taxa em ambas as etapas de Ensino, com variação de -1,8 p.p. (Fundamental) e -3,80 p.p. (Médio).

Este mesmo comportamento de decréscimo se apresentou nas Regiões de Integração, para ambas as etapas de ensino. As RIs com maiores variações negativas no Ensino Fundamental foram: Tocantins (-3,78 p.p.), Rio Caeté (-3,27 p.p.) e Rio Capim (-2,90 p.p.). No Ensino Médio tem-se: Rio Caeté (-5,23 p.p.), Tapajós (-4,90 p.p.) e Guajará (-4,72 p.p.).

As maiores taxas de distorção idade-série estiveram na RI Marajó, em ambos os anos, tanto para o Fundamental quanto para o Médio; chegando a seu ápice a uma taxa de 57,23%, em 2021, enquanto as menores taxas se apresentaram na RI Guajará, para todos os anos e

etapas de ensino, alcançando 17,20%, em 2022, no Ensino Fundamental, a menor de todo o período.

Tabela 11: Taxa de Distorção Idade-Série (%) do Ensino do Fundamental e Médio para o Estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 – 2022.

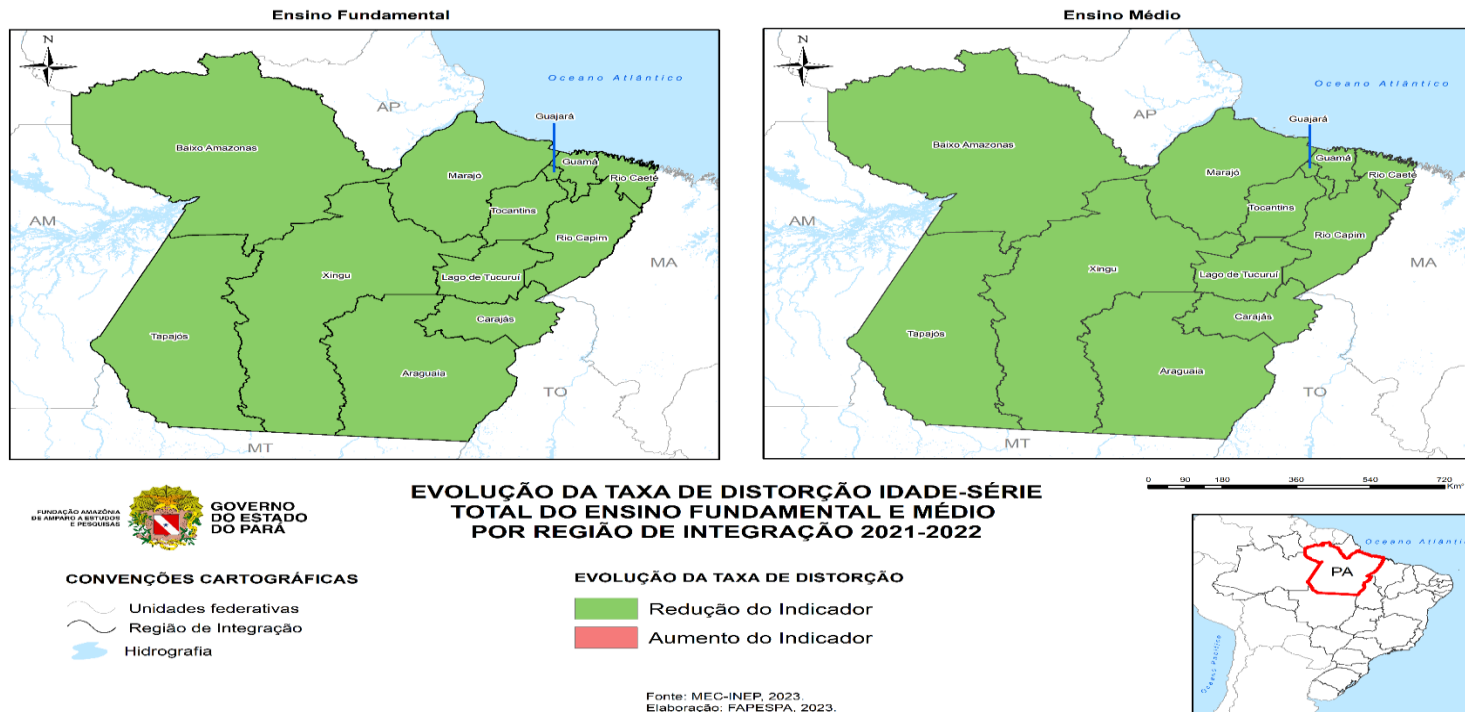
ESTADO/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2021	2022	2021	2022
Pará	25,00	23,20	44,70	40,90
Araguaia	26,17	24,85	46,07	43,01
Baixo Amazonas	22,64	20,39	43,92	39,85
Carajás	24,04	21,38	46,04	42,24
Guajará	18,32	17,20	40,48	35,76
Guamá	26,82	24,51	53,20	49,78
Lago Tucuruí	29,21	26,39	48,73	45,80
Marajó	36,06	34,59	57,23	53,09
Rio Caeté	26,35	23,09	55,40	50,17
Rio Capim	26,49	23,59	51,39	47,18
Tapajós	28,85	26,15	49,78	44,88
Tocantins	30,94	27,16	52,34	48,60
Xingu	27,60	25,26	46,08	41,77

Fonte: MEC-INEP, 2023. - Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

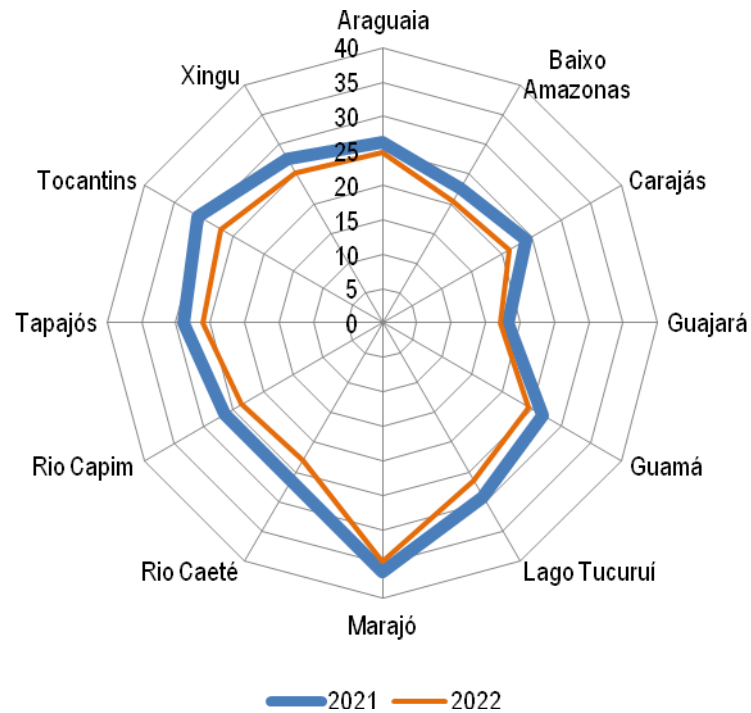
Figura 7: Evolução da Taxa de Distorção Idade-Série Total do Ensino Fundamental e Médio por Região de Integração, 2021–2022.





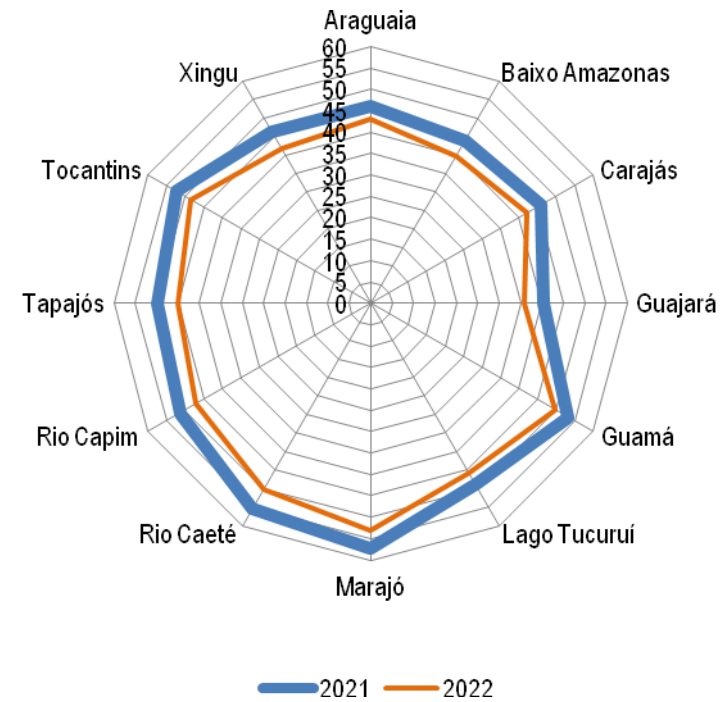
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 15: Comparação da Distorção Idade-série Total do Ensino Fundamental Total entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: MEC-INEP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

Gráfico 16: Comparação da Distorção Idade-série Total do Ensino Médio Total entre as Regiões de Integração 2021-2022.



Fonte: MEC-INEP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

INCREMENTO DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR

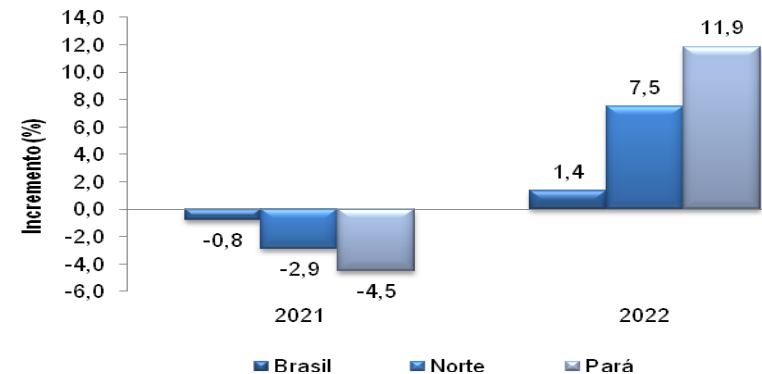
O incremento de estudantes no Ensino Superior demonstrou comportamento semelhante nas regiões geográficas estudadas (Brasil, Região Norte e Pará), nos anos 2021 e 2022, conforme mostra o gráfico 17. Nota-se diminuição desse incremento no primeiro ano, e evolução do mesmo no segundo.

Em 2021, o Pará obteve maior percentual (-4,5%), seguido da Região Norte (-2,9) e Brasil (-0,8%). Por outro lado, em 2022, o estado alcançou 11,9%, maior índice de todos os territórios, mais favorável do que o registrado na Região Norte (7,5%) e no Brasil (1,4%). Desse modo, pode-se inferir que o Pará apresentou menores dificuldades em manter alunos no Ensino Superior em detrimento de outros estados que compõem o Norte e o Brasil.

O ensino superior tem ganhado avanços quanto ao número de estudantes desde que ganhou a nova roupagem do modelo educacional EAD (Educação à Distância), que está cada vez mais abrangente e em expansão. Outro fator que ganhou relevância especificamente no Pará foi a

expansão de oferta de vagas em cursos de graduação em municípios distantes da capital e regiões metropolitanas a partir da implementação da Lei estadual nº 9.324/2021 (Programa Forma Pará), que possui como finalidade a expansão da oferta de cursos superiores no estado (PARÁ, 2021e), a partir de parcerias com universidades públicas, prefeituras e associações municipais.

Gráfico 17: Incremento (%) de Estudantes do Ensino Superior para o Brasil, Região Norte e Pará – 2021* a 2022.



Fonte: IBGE-PNADC/FAPESPA, 2022.

Elaboração: FAPESPA, 2022.

*Nota: Valores de 2020 e de 2021 estimados pela FAPESPA. Até julho/2022 a PNADC Módulo de Educação não havia sido divulgada.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Educação

No que concerne ao ano de 2022, o Governo do Pará investiu R\$ 4 bilhões na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e suas específicas modalidades (educação de jovens e adultos, profissional, indígena, especial, do campo e quilombola), investimento, que se dividiu entre pessoal e encargos sociais, despesas correntes e investimentos, conforme a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração — SEPLAD (PARÁ, 2023).

Compreendendo que a educação paraense, ainda sofre consequências da pandemia da Covid-19, como a evasão escolar, o Governo manteve o Programa Reencontro com a Escola, que estimula o retorno dos alunos ao ensino presencial, logo estimulando novas matrículas (PARÁ, 2023).

E, entre outras ações no ano de 2022, destacaram-se ações do Governo como: o Projeto Reforço Escolar (integra o Programa Todos Juntos pela Educação), que amplia de 4 para 7 horas o período de aulas (reforço de matemática e português) na TV Cultura e Tv aberta (alcançando os 144 municípios); o Polo Metropolitano Pré-Enem, que atendeu 3.500

alunos do 3º ano do Ensino Médio; o Enem Interativo, que abarcou os 144 municípios do estado; o Programa Trilhas do Pará (parceria com o Fundo das Nações Unidas para Infância — Unicef), que visa corrigir distorções entre idade e série até 2025, e atende 10 escolas da Região Metropolitana de Belém; o Busca Ativa Escolar (parceria com a Unicef), que objetiva identificar os alunos que não têm acompanhado as atividades escolares; o Programa Web Escola, visando a garantia do acesso à internet de qualidade na escolas (atingindo 541 escolas estaduais); e o TV Educativa do Pará, com a disponibilização de 15 horas de aulas exibidas diariamente (PARÁ, 2023).

No âmbito de educação musical e tecnológica, de acordo com a SEPLAD, o Governo disponibilizou, respectivamente, kits de banda para 48 escolas e 1.730 kits de robótica para 256 escolas estaduais (PARÁ, 2023).

Quanto à infraestrutura educacional, no ano de 2022, o Governo criou o Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE; reconstruiu 30 escolas (20 municípios de 11 Regiões de Integração); contemplou 58 unidades escolares com a modernização e aparelhamento com materiais permanentes diversos (33 municípios de 12 Regiões de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Integração); e entregou 31 ônibus escolares (6 urbanos e 31 rurais) viabilizando o transporte em 27 municípios (em 9 Regiões de Integração) (PARÁ, 2023).

Com o objetivo de reduzir o déficit de vagas na educação infantil, o estado conta ainda com o Programa Creches Por Todo o Pará, que visa garantir a criação de 30 mil novas vagas na educação infantil, com a construção de 149 creches. O Governo, conforme a SEPLAD (PARÁ, 2023), para o ano de 2022, autorizou a construção de aproximadamente 117 creches e entregou a primeira creche do Programa, “Centro de Referência em Educação Infantil Prof. Orlando Bitar”, localizada em Belém (atendendo 500 crianças).

Em relação à educação superior, ganha destaque o programa Forma Pará, criado em 2021 pela Lei estadual nº 9.324/2021, que alcançou os 144 municípios do Pará com oferta de cursos de graduação. Foram investidos recursos de R\$ 242 milhões, com alcance de 10 mil vagas.



5 SAÚDE

A temática da saúde se relaciona aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030, com destaque ao ODS 3, que preconiza assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas em todos os lugares. Dentre suas 13 metas (7 finalísticas e 3 de implementação), estabelecidas até 2030, estão: reduzir a taxa de mortalidade materna (Meta 1.1), acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos (Meta 1.2), atingir a cobertura universal de saúde (Meta 3.8), dentre outras (PARÁ, 2021a).

O Mapa da Exclusão Social do Pará traz dentre as suas abordagens a temática da saúde, contemplando os seguintes indicadores sociais: Taxa de cobertura populacional estimada por estratégia saúde da família²; Leitos de internação hospitalares por mil habitantes; Taxa de

mortalidade infantil; Taxa de mortalidade materna, e Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal; os quais, para o desenvolvimento de suas análises, serão referenciados ao Pará e suas Regiões de Integração (RIs), considerando os anos de 2021 a 2022.

É importante destacar que as políticas estaduais de saúde se caracterizam em concordância com as Regiões de Saúde³ do estado. O estado do Pará incorpora 13 Regiões de Saúde⁴ e 4 Macrorregiões de

muda com a Nota Técnica Nº 418/2021-CGGAP/DESF/SAPS/MS, modificando o indicador para Taxa de Cobertura Populacional da Atenção Primária.

³ Previstas na legislação nacional a partir do Decreto nº 7.508, assim como, na Resolução nº 1 de 2011, que define Região de saúde como “espaço geográfico contínuo constituído por agrupamento de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde”, devendo ser instituídos pelo Estado em articulação com os Municípios (BRASIL, 2011).

⁴ Resolução CIB/PA nº 90/2013, a qual repactua o desenho de Regionalização do estado do Pará (PARÁ, 2013).

² Até 2020, este cálculo era realizado considerando um valor estimado, no qual, o Programa Saúde da Família considera adequado haver pelo menos uma equipe de atenção básica à saúde para até 4.000 pessoas residentes; considerando, também, o grau de vulnerabilidade das famílias no território, onde quanto maior a vulnerabilidade menor deve ser a quantidade de pessoas por equipe (BRASIL, 2012), para 2021, este cálculo



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Saúde⁵, das quais, enfatiza-se, que as mesmas não possuem, fundamentalmente, delimitações geográficas equivalentes às das 12 Regiões de Integração⁶.

Contudo, para o desenvolvimento e a aplicabilidade do Plano Plurianual (PPA) e do Mapa da Exclusão Social do Estado, serão as 12 Regiões de Integração utilizadas como referência, salientando-se que, independente da delimitação geográfica utilizada, todas colaboram para a análise estatística de políticas e ações sociais executadas no estado, tendo em vista que convergem na intenção de redução das desigualdades e iniquidades sociais e regionais.

Para o período analisado neste Mapa (2021-2022), é necessário ponderar o contexto pandêmico promovido pela infecção do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), que refletiram os seus impactos nos anos de

2021 e 2022, como destaca o Boletim Observatório Covid-19⁷ (FIOCRUZ, 2022). Considera-se também que neste período o Brasil enfrentava as consequências das 4^o, 5^o e 6^o fases⁸ da pandemia, nas quais, dentro das suas características, está o aumento acentuado do número de casos; assim como, neste período, ocorreu o início da campanha de vacinação contra a Covid-19 no país (Janeiro de 2021); sendo, portanto, fatores que atingiram diretamente a sociedade, e refletiram na área da saúde.

COBERTURA POR EQUIPE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

O indicador Taxa de Cobertura Populacional Estimada por Estratégia Saúde da Família mede a cobertura das equipes da atenção básica à saúde para a população residente de um determinado território. No

⁵ Resolução CIB/PA nº 140/2018, aprova a criação de 4(quatro) Macrorregiões de Saúde: Macrorregião de Saúde I Macrorregião de Saúde II Macrorregião de Saúde III Macrorregião de Saúde IV (PARÁ, 2018)

⁶ Definidas, de acordo com o Decreto nº 1.066, como “espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais.”. (PARÁ, 2008).

⁷ Boletim Especial – Balanço de dois anos da pandemia Covid-19 (janeiro de 2020 a janeiro de 2022).

⁸ Sendo as seguintes fases: 1^o fase (Fevereiro a Maio de 2020) - Expansão da transmissão as capitais para as cidades menores; 2^o fase (Junho a Agosto de 2020) – Primeira onda e sincronização da transmissão no país; 3^o fase (Setembro a Novembro de 2020) – Período de transição entre primeira e segunda ondas; 4^o fase (Dezembro 2020 a Junho 2021) – Segunda onda; 5^o fase (Julho a Novembro de 2021) – Os impactos positivos da campanha da vacinação; e 6^o fase (Dezembro de 2021 a Janeiro de 2022) – A Ômicron e a terceira onda (FIOCRUZ, 2022).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

entanto, como já foi salientado, através da Nota Técnica Nº 418/2021-CGGAP/DESF/SAPS/MS⁹, o Ministério da Saúde informou mudança no cálculo de cobertura, pois, a partir de 2021 passou a considerar o quantitativo de população cadastrada pelas Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Atenção Primária (EAP) financiadas pelo Ministério da Saúde, portanto, sem determinar valor estimado de cobertura para cada equipe, mas sim, o valor real cadastrado, de cobertura.

Posto isso, a tabela 12 identifica a Taxa de cobertura populacional da atenção primária à saúde, nos anos de 2021 e 2022, no Pará e suas Regiões de Integração, onde essas regiões demonstraram um comportamento de aumento na taxa de cobertura.

O estado apresentou um crescimento de 12,52% na sua taxa de cobertura; e as RIs com os maiores crescimentos foram Araguaia (26,70), Lago de Tucuruí (26,55) e Guajará (16,95). As RIs que apresentaram o menor crescimento foram Baixo Amazonas (2,61), Carajás (3,94) e Xingu (5,39).

Destaca-se a RI Rio Caeté como a RI com a maior taxa de cobertura, em 2021, com 84,11%; e, em 2022 a RI Araguaia, com taxa de 96,47%. E, no que concerne à RI com a menor taxa de cobertura, destaca-se a RI Marajó com 28,57% e 34,09%, em 2021 e 2022, respectivamente.

⁹ Esta nota metodológica traz informações detalhadas referentes ao método de cálculo da meta do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2020-2023, cujo enunciado é ampliar para 59,54% [1] a cobertura da Atenção Primária à Saúde (APS), relativa ao Objetivo Estratégico - OE1: Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada. O método de cálculo dessa meta passou por alterações devido à necessidade de alinhamento às inovações instituídas pelo Programa Previne Brasil (Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019). O novo método de cálculo considera o quantitativo de população cadastrada pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) e Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde (MS) em relação à população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2021a).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 12: Taxa de Cobertura Populacional da Atenção Primária à Saúde (APS), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 – 2022.

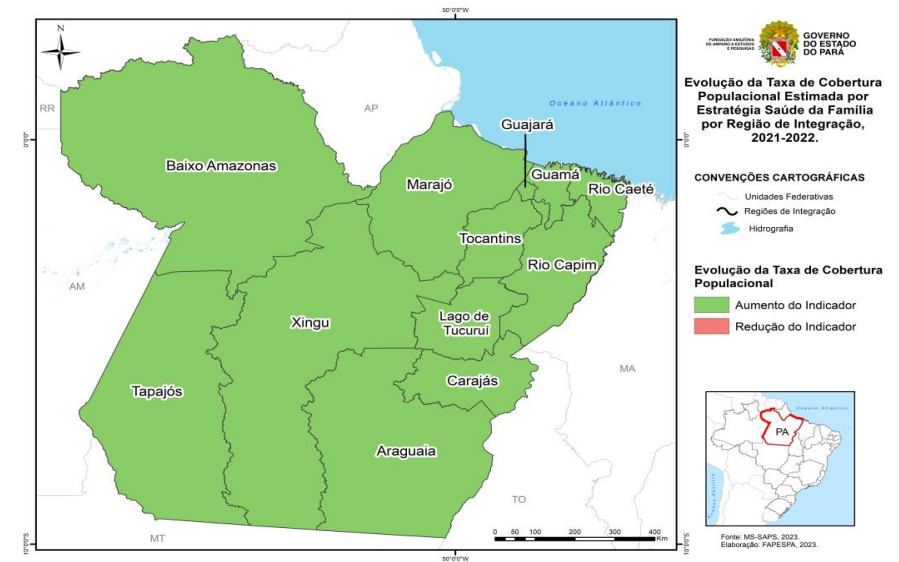
ESTADO/RI	Taxa de Cobertura (%)	
	2021	2022
Pará	55,95	68,47
Araguaia	69,77	96,47
Baixo Amazonas	61,11	63,72
Carajás	74,25	78,19
Guajará	33,95	50,90
Guamá	76,45	87,68
Lago de Tucuruí	53,88	80,43
Marajó	28,57	34,09
Rio Caeté	84,11	95,14
Rio Capim	63,91	80,80
Tapajós	65,39	73,68
Tocantins	57,16	67,04
Xingu	66,48	71,87

Fonte: MS-SAPS, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

Nota 1: A partir de 2021, utiliza-se nova metodologia, onde calcula-se a cobertura da Atenção Primária à Saúde (APS). Para o cálculo da cobertura da APS usa-se no numerador a população cadastrada pelas equipes da Estratégia de Saúde da Família (eSF) e da Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da saúde e no denominador, a estimativa populacional.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.

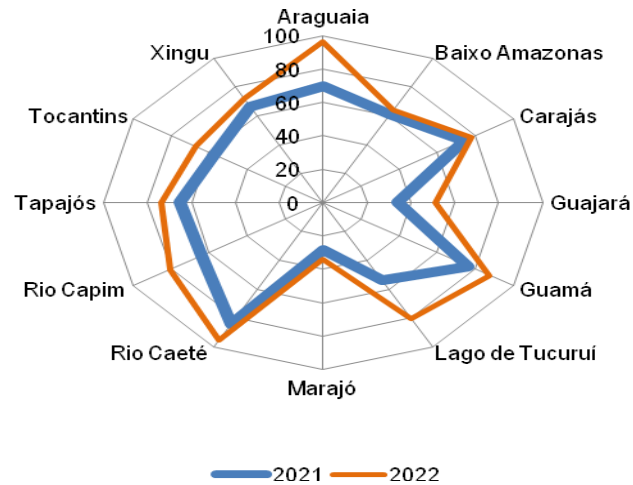
Figura 8: Evolução da Taxa de Cobertura Populacional da Atenção Primária à Saúde (APS) por Regiões de Integração 2021-2022.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 18: Comparação da Taxa de Cobertura Populacional da Atenção Primária à Saúde (APS) entre as Regiões de Integração 2021-2022.



Fonte: MS-SAPS, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

Nota 1: A partir de 2021, utiliza-se nova metodologia, onde calcula-se a cobertura da Atenção Primária à Saúde (APS). Para o cálculo da cobertura da APS usa-se no numerador a população cadastrada pelas equipes da Estratégia de Saúde da Família (eSF) e da Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da saúde e no denominador, a estimativa populacional.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.

LEITOS DE INTERNAÇÃO HOSPITALARES

O indicador social Leitos de Internação Hospitalar disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes, permite avaliar o acesso da população, usuária do SUS, aos serviços de internação nos estabelecimentos públicos de saúde no estado do Pará e suas Regiões de Integração (PARÁ, 2015).

Na tabela 13 é possível observar que no período de 2021 a 2022 o quantitativo de leitos de internação hospitalar do SUS aumentou no estado, saindo de 1,51 para 1,58 leitos, por mil habitantes.

Quanto às RIs, observa-se que oito demonstraram comportamento similar ao do estado, com crescimento; destacam-se as RIs com os maiores crescimentos: Araguaia (1,78 para 2,29), que teve um crescimento superior ao apresentado pelo estado; Lago de Tucuruí (1,21 para 1,61); e Rio Caeté (1,49 para 1,72), com variações positivas de 0,51; 0,40 e 0,23, respectivamente.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 13: Leitos de internação Hospitalares (por mil habitantes) do SUS, no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 – 2022.

ESTADO/RI	Leitos SUS por 1.000 habitantes	
	2021	2022
Pará	1,51	1,58
Araguaia	1,78	2,29
Baixo Amazonas	1,58	1,37
Carajás	1,36	1,17
Guajará	1,84	1,94
Guamá	1,33	1,54
Lago de Tucuruí	1,21	1,61
Marajó	1,00	1,01
Rio Caeté	1,49	1,72
Rio Capim	1,56	1,70
Tapajós	1,52	1,47
Tocantins	1,07	1,14
Xingu	1,75	1,69

Fonte: DATASUS/IBGE, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

Nota: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.

No entanto, quatro RIs demonstraram comportamento contrário, com diminuição no quantitativo de leitos: a RI Baixo Amazonas (1,58 para 1,37), que apresentou o maior decréscimo no número de leitos, demonstrando uma variação negativa de -0,21; seguida das RIs Carajás (1,36 para 1,17), Xingu (1,75 para 1,69) e Tapajós (1,52 para 1,47), com variações negativa de -0,19, -0,06 e -0,05, na mesma ordem.

É possível observar ainda que a RI Marajó obteve menor número de leitos do SUS nos dois anos analisados (cerca de 1 leito por mil habitantes). Quanto à RI com maior número de leitos do SUS, em 2021 a RI Guajará liderou em 2021, com 1,84 leito; e, em 2022, destaca-se a RI Araguaia, com 2,29 leitos.

Perante o exposto, observa-se que o número de leitos do SUS no estado apresentou comportamento de crescimento e, somente 4 das suas RIs que não desmontaram o mesmo comportamento. E, apesar da RI Marajó ter o menor quantitativo de leitos do SUS por mil habitantes, esse quantitativo apresentou discreto aumento no período analisado.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 9: Evolução dos Leitos de Internação Hospitalar SUS (Mil Hab.) por Região de Integração, 2021–2022.

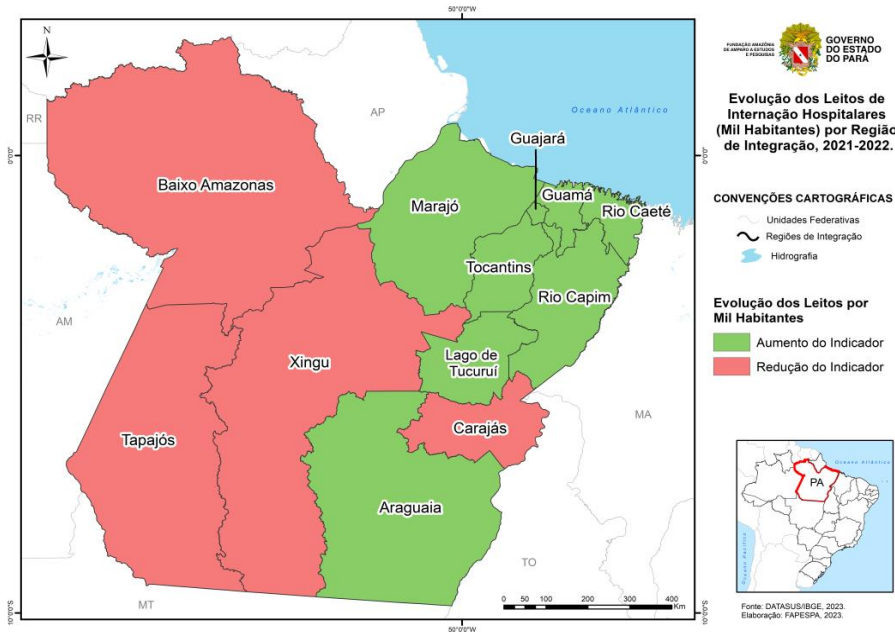
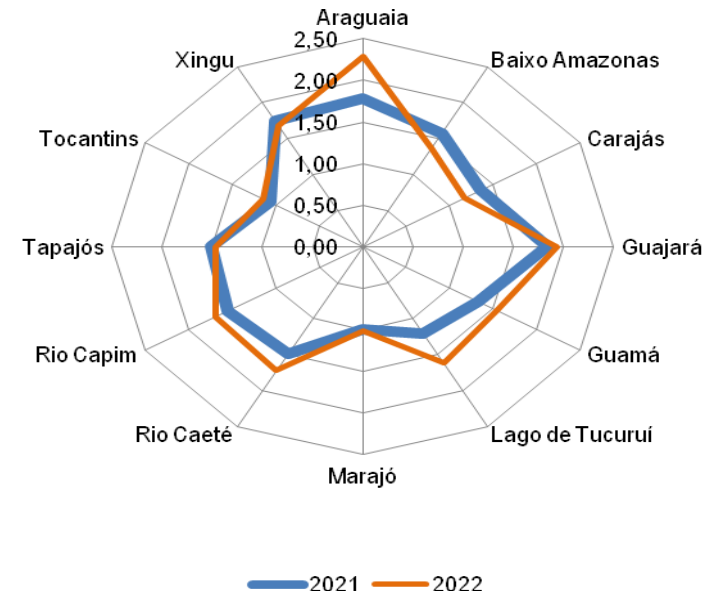


Gráfico 19: Comparação dos Leitos de Internação Hospitalares SUS (Mil Hab.) entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: DATASUS/IBGE, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

Nota: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

A Taxa de Mortalidade Infantil traz para análise a representatividade do risco de um nascido vivo morrer em seu primeiro ano de vida (PARÁ, 2015), cujo cálculo ocorre pelo número de óbitos de menores de um ano de vida, relativizados por mil nascidos vivos, em determinado ano.

O Ministério da Saúde¹⁰ (BRASIL, 2021b) ressalta que os valores elevados da Taxa de mortalidade infantil podem refletir a insegurança nas condições de vida e saúde, assim como, o baixo nível de desenvolvimento social e econômico. Desse modo, o acompanhamento desse índice é importante para subsidiar o planejamento de ações voltadas para a prevenção de novas ocorrências.

No ano de 2010, o Ministério da Saúde publicou a portaria nº 72 que determina como obrigatório nos serviços de saúde (públicos e privados) que integram o SUS, a vigilância do óbito infantil e fetal (BRASIL, 2010). E, ainda, de acordo com o Ministério da Saúde, esse

acompanhamento é importante para traçar o perfil da mortalidade, identificando as causas que levaram aos óbitos, para assim, orientar sobre as medidas de prevenção e controle (BRASIL, 2021b).

À vista disso, na tabela 14 tem-se a Taxa de Mortalidade Infantil, no período de 2021 a 2022, da qual, afere-se que no Pará a taxa manteve um comportamento estável, demonstrando uma estabilização de 14,65 mortes de crianças menores de um ano, por mil nascidos vivos.

Desagregando a análise para as Regiões de Integração, nota-se que sete RIs demonstraram diminuição na Taxa de Mortalidade Infantil, das quais, destaca-se a RI Lago de Tucuruí (14,54 para 11,35), Xingu (16,68 para 15,54) e Guajará (15,31 para 14,26), com variações negativas mais elevadas (-3,19, -1,14 e -1,05, respectivamente).

As outras cinco RIs que demonstraram aumento nessa taxa foram as RIs Guamá (aumento de 1,83), Tocantins (aumento de 1,56), Rio Caeté (aumento de 1,32), Marajó (aumento de 1,15) e Baixo Amazonas (aumento de 0,28), sendo as três primeiras a com as maiores variações.

A menor Taxa foi registrada na RI Rio Caeté, em 2021, mas apresentou comportamento de aumento (11,97 para 13,29), e a RI Lago de

¹⁰ Boletim Epidemiológico nº 37.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tucuruí, em 2022, que obteve comportamento de decréscimo, em relação ao ano anterior.

Tabela 14: Taxa de Mortalidade Infantil (menores de 01 ano por mil nascidos vivos), no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 – 2022.

ESTADO/RI	Taxa de Mortalidade Infantil	
	2021	2022*
Pará	14,65	14,65
Araguaia	16,12	15,52
Baixo Amazonas	15,83	16,11
Carajás	12,45	12,30
Guajará	15,31	14,26
Guamá	12,89	14,72
Lago de Tucuruí	14,54	11,35
Marajó	15,26	16,41
Rio Caeté	11,97	13,29
Rio Capim	12,12	11,38
Tapajós	20,05	19,01
Tocantins	14,76	16,32
Xingu	16,68	15,54

Fonte: SESP, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023. *Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2022. Sujeito a alterações. Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.

Outro dado notório é que a RI Tapajós apresentou a maior Taxa de Mortalidade Infantil nos dois anos destacados (20,05 e 19,01). Apesar da variação negativa, permaneceu com índice elevado em relação às demais RIs, superando, inclusive, a Taxa do estado (14,65).

Esse comportamento pode ser visualizado também na figura 10 e no gráfico 20, onde consta, na primeira, a evolução da taxa de mortalidade infantil por RI, a partir de ilustração cartográfica; e, na segunda, a comparação desta Taxa entre as RIs.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 10: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (por Mil Nascidos Vivos) por Região de Integração, 2021–2022.

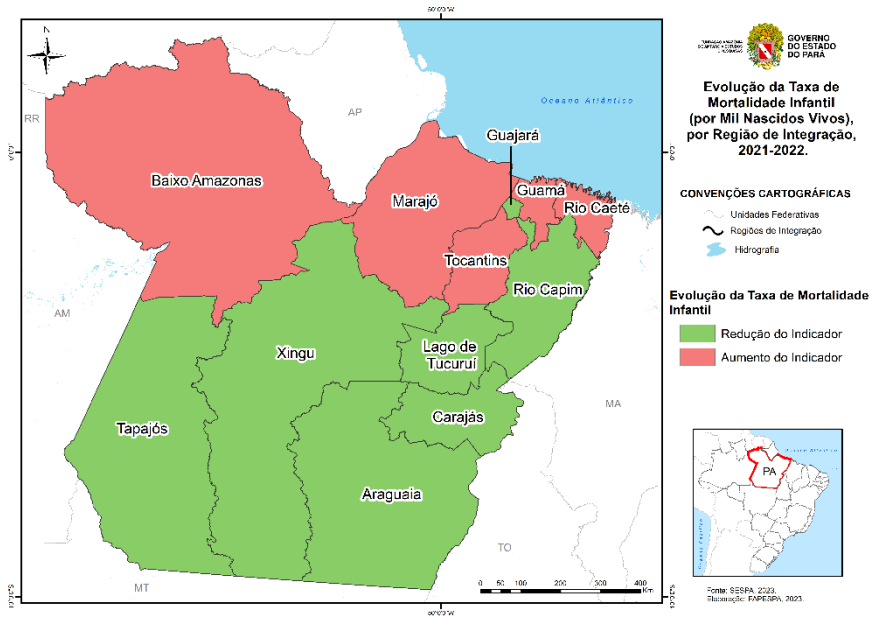
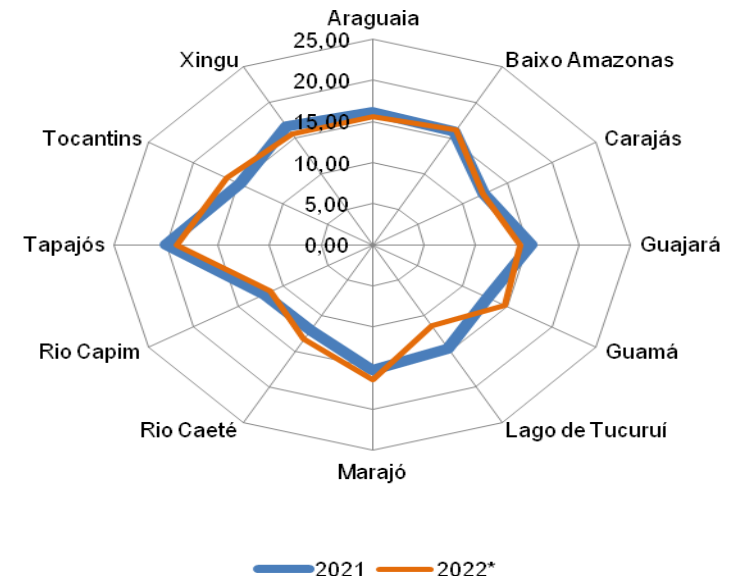


Gráfico 20: Comparação Taxa de Mortalidade Infantil entre as Regiões de Integração 2021-2022.



Fonte: SESPA, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2022. Sujeito a alterações.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do

Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

A Taxa de Mortalidade Materna é calculada pelo número de óbitos femininos por causas maternas, a cada cem mil nascidos vivos. Este indicador demonstra o nível de condições de saúde da mulher no período da gestação, parto e puerpério (PARÁ, 2015).

A Taxa de mortalidade materna está relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao Objetivo 3 (Saúde e Bem-estar), que busca “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” (PARÁ, 2021a), o qual, entre as suas metas, possui a de reduzir a Taxa de mortalidade materna. O Brasil comprometeu-se em reduzir para 30 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos até o ano 2030, e o estado do Pará projeta uma redução de 30% no índice até o ano de 2022.

A definição de óbito materno presente no CID 10¹¹ está como óbitos de mulheres “durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias

¹¹ Na 10ª revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e problemas Relacionados com a Saúde – CID 10, a Organização Mundial de Saúde (OMS) inseriu a definição de óbito materno (VIANA; NOAVES; CALDERON, 2011).

após o término da gravidez, devido a qualquer causa relacionada com, ou agravada pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela, porém não devido a causas acidentais ou incidentais” ¹², sendo esta definição utilizada pelas associações de ginecologia e obstetria, nacionais e internacionais, logo, também, é uma definição utilizada pelo Manual dos Comitês de Mortalidade Materna do Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2009).

De acordo com o Ministério da Saúde¹³, o indicador da mortalidade materna é importante para a identificação e compreensão do acesso das mulheres aos cuidados de saúde, uma vez que a maioria das mortes maternas podem ser evitadas através de uma atenção à saúde precoce e de qualidade (BRASIL, 2020).

Dessa maneira, o monitoramento deste indicador é importante por contribuir com ações direcionadas, como cuidados fornecidos à assistência à saúde da mulher, que permitirão a redução do quadro de Mortalidade Materna, assim como, fomentando qualidade de vida (BRASIL, 2022).

¹² Organização Mundial de Saúde (OMS). Classificação Internacional de Doenças: décima revisão (CID-10). 4ª ed. v.2. São Paulo: Edusp, 1998.

¹³ Boletim Epidemiológico nº 20.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Versando sobre essa temática, a tabela 15 expõe a Taxa de Mortalidade Materna, no período de 2021 a 2022, no estado e Regiões de Integração. Em que, para o estado, o indicador diminuiu -50,38 p.p., alcançando, em 2022, uma taxa de 65,16 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos.

Considerando apenas as RIs, dez demonstraram o mesmo comportamento de diminuição, das quais, destacam-se as maiores diminuições, ocorridas nas RIs Xingu (variação de -129,62), Baixo Amazonas (variação de -85,77), e Araguaia (variação de -84,22). A outras duas RIs acusaram aumento no indicador, quais sejam: RI Rio Caeté (variação de 28,05) e Lago de Tucuruí (variação de 12,08).

A maior Taxa de Mortalidade Materna, em 2021, ocorreu nas RIs Tapajós (174,33), Xingu (174,01) e Baixo Amazonas (160,22); enquanto em 2022, os maiores índices estiveram nas RIs Rio Caeté (138,47), RI Lago de Tucuruí (113,53), ambas com aumento em relação ao ano anterior, e RI Tapajós (110,50). No que se refere à menor Taxa de Mortalidade Materna, demonstrou-se em 2021, na RI Marajó (84,36) e, em 2022, na RI Guajará (36,16).

Tabela 15: Taxa de Mortalidade Materna (por 100 mil nascidos vivos), no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 – 2022.

ESTADO/RI	Óbito Materno por 100 mil Nascidos Vivos	
	2021	2022*
Pará	115,54	65,16
Araguaia	124,01	39,79
Baixo Amazonas	160,22	74,45
Carajás	130,33	53,49
Guajará	86,32	36,16
Guamá	91,38	43,60
Lago de Tucuruí	101,45	113,53
Marajó	84,36	74,97
Rio Caeté	109,97	138,47
Rio Capim	119,20	75,15
Tapajós	174,33	110,50
Tocantins	106,44	70,26
Xingu	174,01	44,39

Fonte: SESPA, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2022. Sujeito a alterações.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Considerando que um aspecto muito relacionado à mortalidade materna é o acesso e a disponibilidade de recursos assistenciais à saúde da mulher no pré-natal, parto e puerpério, do mesmo modo que a condição econômica na qual a grávida está inserida, gestantes e puérperas se mostraram como grupo de risco no período da pandemia (FIOCRUZ, 2021). Condição que também foi favorecida pelas mudanças fisiológicas e anatômicas próprias da gestação, representando um risco acentuado à Covid-19, uma doença que não se caracteriza como uma síndrome respiratória clássica, mas que possui efeitos sistêmicos no organismo, podendo evoluir na gestante para formas graves da doença¹⁴ (FIOCRUZ, 2021).

Ante o exposto, é necessário ressaltar que a alta taxa de mortalidade materna no ano de 2021 pode estar associada às

consequências da Covid- 19 nas gestantes (FIOCRUZ, 2021), que com a diminuição de acometimentos pela doença, vê-se igualmente os dados de mortalidade materna em declínio.

¹⁴ O Boletim a Fundação Oswaldo Cruz (2021), ressalta dados importantes sobre este indicador no Brasil. Salientando que a Organização Panamérica de Saúde (OPAS), publicou que de janeiro a abril de 2021 ocorreu considerável aumento nos casos de óbitos maternos por Covid-19, onde o Brasil é o país que apresentou o maior número de óbitos, e do mesmo modo, o Observatório Obstétrico Brasileiro Covid-19 (OOBr Covid-19) realizou uma análise prévia, a qual destacou que os óbitos maternos de 2021, já vinham superando as notificações de 2020.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 11: Evolução da Taxa de Mortalidade Materna por Região de Integração, 2021–2022.

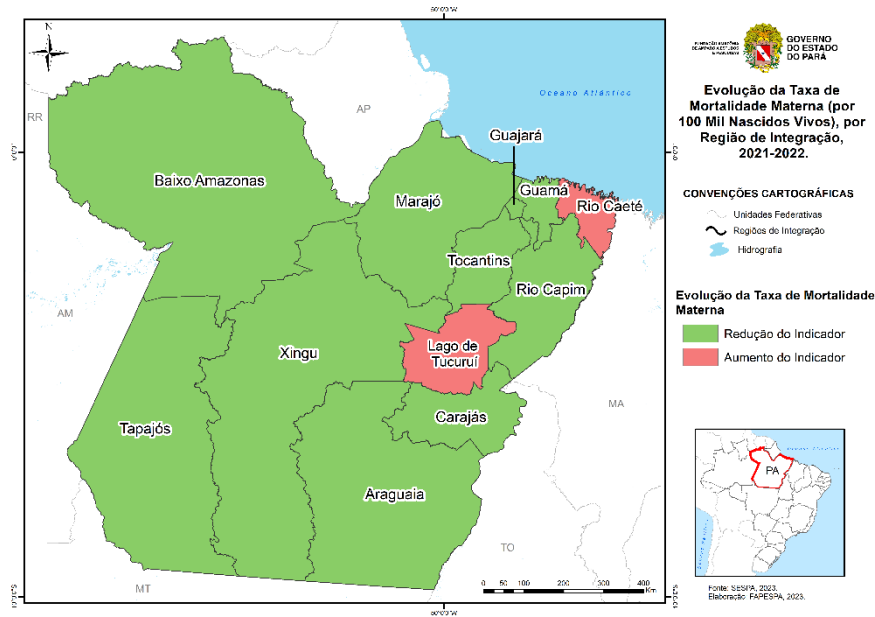
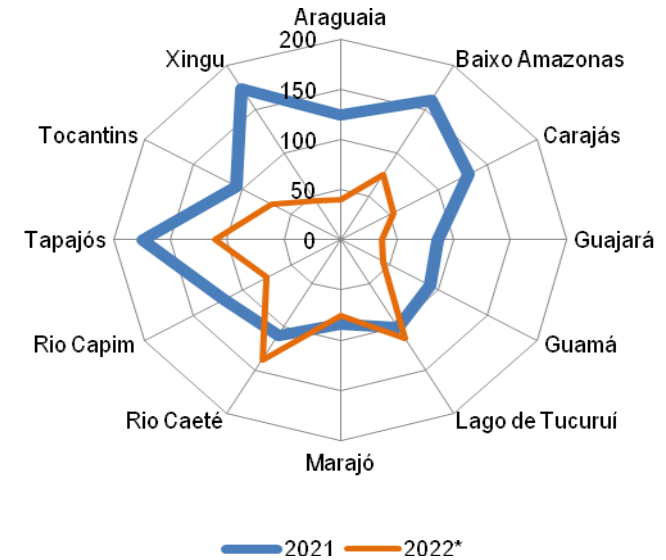


Gráfico 21: Comparação da Taxa de Mortalidade Materna entre as Regiões de Integração 2021-2022*.



Fonte: SESPA, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2022. Sujeito a alterações.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

PROPORÇÃO DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES COM SETE OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL

O indicador identificado como proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal é um dos indicadores responsáveis por medir a cobertura do atendimento pré-natal, o qual procura identificar as situações de desigualdades existentes e tendências que podem demandar ações e estudos específicos, e, ainda contribuir para uma análise das condições de acesso à assistência pré-natal (PARÁ, 2015).

Desse modo, está diretamente relacionado com a preocupação da Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁵, que, a partir do guia denominado “Recomendações da OMS sobre cuidados pré-natais para uma experiência positiva na gravidez” (OMS, 2016), orientou o mínimo de oito atendimentos pré-natais, com o objetivo de garantir a saúde materna e do bebê, além de

¹⁵Diminuir as mortes maternas e de bebês, uma vez que o aumento da mortalidade perinatal acompanha a de natimortos, e as mortes maternas, de modo geral, poderiam ser evitadas com o Atendimento Pré-natal (APN) de qualidade, devido a sua proporcionalidade com a diminuição de atendimento para até quatro APN, de acordo com a Maternal And Child Survivan Program (2018).

aprimorar a experiência das mulheres com os cuidados, sempre levando em consideração as peculiaridades de cada país ou território na instituição deste quantitativo de atendimentos. O Ministério da Saúde, através da Portaria nº569/2000, estabeleceu para o Brasil um quantitativo mínimo de seis consultas de atendimentos pré-natal.

Na tabela 16, tem-se a Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas pré-natal, no período de 2021 a 2022, onde o estado apresenta aumento nesta proporção, saindo de 52,97% pra 57,15%, tendo, assim, uma variação positiva de 4,18%.

Quanto às Regiões de Integração, onze demonstraram aumento no indicador, destacando-se as RIs com os maiores crescimentos: Xingu (52,49% para 59,47%), Carajás (60,63% para 66,94%) e Lago de Tucuruí (57,81% para 63,95%). A única RI que apresentou diminuição foi a RI Tapajós (57,66% para 57,55%), com variação negativa de -0,11.

A RI Araguaia obteve maior Proporção nos dois anos destacados, 63,54% e 69,58%, respectivamente. Já a RI com menor Proporção foi a RI Marajó, com 27,64% (2021) e 30,16% (2022).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 16: Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2021 - 2022.

ESTADO/RI	Mães com sete ou mais consultas de pré-natal (%)	
	2021	2022*
Pará	52,97	57,15
Araguaia	63,54	69,58
Baixo Amazonas	58,70	60,88
Carajás	60,63	66,94
Guajará	48,63	53,13
Guamá	58,98	62,21
Lago de Tucuruí	57,81	63,95
Marajó	27,64	30,16
Rio Caeté	57,81	61,17
Rio Capim	55,74	61,56
Tapajós	57,66	57,55
Tocantins	52,36	55,32
Xingu	52,49	59,47

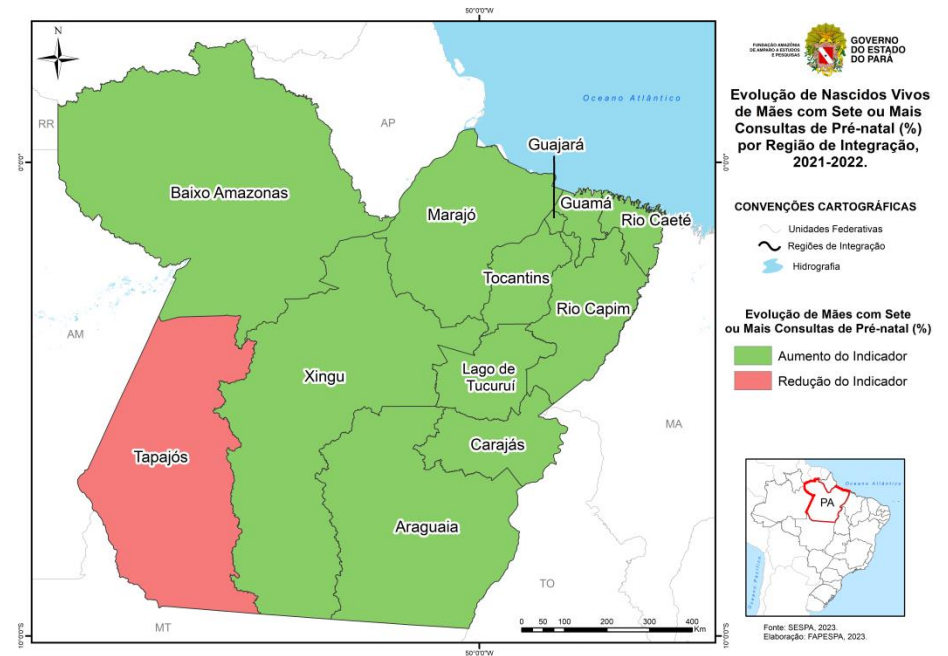
Fonte: SESP, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2022. Sujeito a alterações.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.

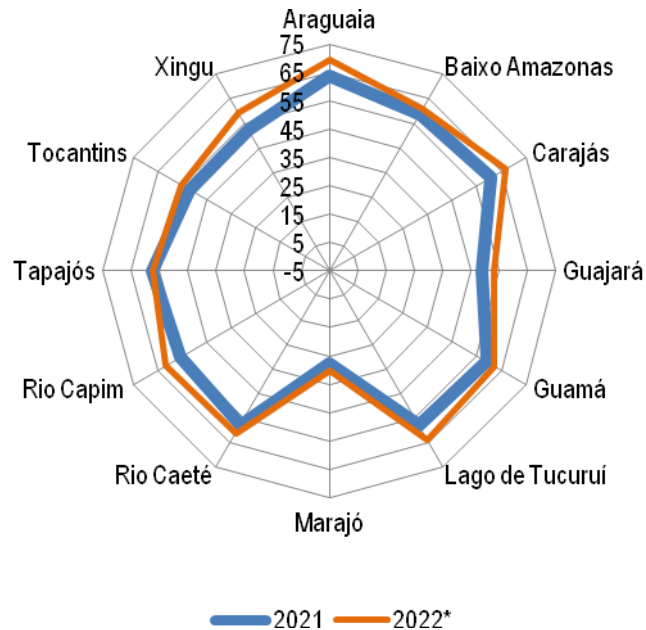
Figura 12: Evolução de Nascidos Vivos de Mães com Sete ou mais Consultas de Pré-natal (%) por Região de Integração, 2021–2022.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 22: Comparação da Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal entre as Regiões de Integração 2021-2022*.



Fonte: SESPA, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2022. Sujeito a alterações.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.

AÇÕES DO GOVERNO – Saúde

A saúde é um direito do cidadão (BRASIL, 1988) e está entre as prioridades das ações do Governo do Pará, que, em 2022, realizou ações de promoção à saúde, no qual, os seus investimentos chegaram a cerca de R\$ 5 bilhões, conforme destaca a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração — SEPLAD (PARÁ, 2023).

A partir desses investimentos, o Governo aumentou a capacidade de leitos no estado, com a criação de 617 leitos de UTI Adulto, 153 leitos de UTI Pediátrica, 184 leitos de UTI Neonatal e 235 leitos Pediátricos Cirúrgicos (através da ampliação e construção de estabelecimentos de saúde), assim como, com o objetivo de dinamizar a rede de atendimento de alta e média complexidade do estado, entregou o quantitativo de 10 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, no Hospital Regional de Conceição do Araguaia, atendendo, assim, o município de Conceição do Araguaia e demais municípios da Região Araguaia (PARÁ, 2023).

Quanto aos estabelecimentos de saúde, conforme destaca a SEPLAD (PARÁ, 2023), o Governo inaugurou a Central Estadual de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Transplantes do Pará (CET-PA), no município de Belém, responsável por organizar, coordenar e regular as atividades de doação e transplantes de órgãos no estado, assim como, entregou a nova enfermaria São José, para atendimento a pacientes masculinos, na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP), implantou, no Hospital Ophir Loyola (HOL), um sistema de comunicação e arquivamento de imagens integradas, possibilitando maior agilidade na liberação de laudos dos exames no serviço de diagnóstico por imagem.

Nos municípios de Tucuruí e Capanema, foram entregues policlínicas que irão propiciar o tratamento especializado à população dos municípios e regiões, através do atendimento por 36 especialidades médicas (PARÁ, 2023). E, com o objetivo de ampliar o Serviço de Terapia Renal Substitutiva, entregou o Centro de Hemodiálise no Hospital Regional do Baixo Tocantins Santa Rosa, beneficiando os 11 municípios da RI Tocantins (PARÁ, 2023).

No que concerne à mortalidade materna e infantil, o governo paraense, objetivando a redução de suas taxas, implementou um conjunto de ações; em destaque a instituição do Pacto pela Redução da Mortalidade

Materna, pactuado pelos municípios do estado e com aporte de R\$ 24 milhões, que busca diminuir o coeficiente da mortalidade em suas regiões, conforme a SEPLAD (PARÁ, 2020).

Dentre as ações desenvolvidas em prol da redução da mortalidade materna, no estado no ano de 2022, destacam-se: a atualização ao pré-natal, urgências obstétricas e intensificação da estratégia do Zero Morte Materna por Hemorragia, assim como, cursos profissionalizantes e oficinas presenciais, realizadas pela Escola Técnica do SUS-ETSUS, abrangendo as 12 Regiões de Integração do estado (PARÁ, 2023).

Referente às ações voltadas para a mitigação da Covid-19, no ano de 2022, o Governo reestruturou sua frente de trabalho na atenção primária e vigilância à saúde, intensificando ações de prevenção com a vacinação em massa, e no planejamento das diversas atividades e ações de saúde com foco na vigilância constante do vírus (SEPLAD, 2023).

E, ainda de acordo com a SEPLAD (PARÁ, 2023), a ampliação da rede de saúde estadual também foi favorecida pela implementação das Policlínicas Itinerantes (ação em parceria com “Saúde por Todo o Pará”), das quais, destacaram-se, em 2022, a realização de 320 mil procedimentos



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

de saúde, cerca de 50 mil testagens da Covid-19, e a aplicação de 16 mil doses de vacina contra o coronavírus.

O Governo do estado, através de suas ações em 2022, garantiu e ampliou a continuidade do atendimento à população com autismo, através da implantação Núcleo de Atendimento Transtorno do Espectro Autista – NATEA Caetés (Capanema) e NATEA Tucuruí; entregou o setor de Hemodinâmica do Hospital Regional do Sudeste do Pará “Dr. Geraldo Veloso”, em Marabá (beneficiando os municípios da RI Carajás); avançou na oferta do serviço de Telemedicina, implementando novos pontos de acesso em mais de 34 municípios do estado, registrando 18.519 teleconsultas (7 especialidades médicas); as equipes de saúde alcançaram presença em mais de 130 municípios, levando serviços de saúde à população, destacando-se o alcance entre os povos indígenas (no período de 2020- 2022, abrangendo 162 aldeias).

Também, em quarto ano consecutivo, o estado alcançou a diminuição dos casos de malária, através de ações de monitoramento e combate, além de realização de capacitação e treinamentos das equipes de Agentes de Combate as Endemias (PARÁ, 2023).



6 SANEAMENTO BÁSICO

O Saneamento Básico das cidades se constitui, em Rede de Abastecimento de Água, Esgoto Sanitário, Limpeza Urbana, Drenagem Urbana, Manejo de Resíduo e Águas Pluviais. Estes serviços estão diretamente relacionados ao desenvolvimento socioeconômico de uma localidade, pois algumas consequências geradas por um saneamento básico de baixa qualidade são: o alto índice de mortalidade infantil, internações por diarreia e outras doenças provocadas pelas carências desses serviços, um baixo nível de desempenho educacional e consequentemente uma economia afetada pelo absenteísmo nos postos de trabalho.

Dessa forma, os serviços de saneamento básico no estado do Pará serão levados em consideração no presente diagnóstico, através dos seguintes indicadores:

- “Percentual de Domicílios com Abastecimento de Água em Rede Geral”, que indica a proporção de domicílios abastecidos com água proveniente de uma rede geral de distribuição com canalização interna;

- “Percentual de Domicílios com Esgotamento Sanitário por Rede Coletora e Fossa Séptica”, que designa o percentual de domicílios que usufruem do sistema de esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica;
- “Percentual de Domicílios com Coleta de Lixo Direta”, que indica o valor percentual de domicílios atendidos pela coleta de lixo permanente de forma direta, ou seja, quando o lixo for coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atenda ao logradouro em que se situe o domicílio.

Esses indicadores serão os instrumentos norteadores para comparar e avaliar a qualidade do saneamento básico do estado do Pará em relação a sua região metropolitana e a região que não compõe a metropolitana, entre os anos de 2018 e 2022, como se observa na tabela. Os serviços de Coleta de Lixo são os de maior alcance de domicílios dentre os três indicadores que norteiam o setor de saneamento básico ilustrados na tabela. Isso ocorre tanto no Pará quanto dentro e Fora da RMB. Esse



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

indicador vem crescendo de maneira constante ao longo destes últimos cinco anos.

Tabela 17: Valores percentuais de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém e Fora da RMB, nos anos de 2018 a 2022.

Área Geográfica	Ano	Percentual de domicílios com água em rede geral	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo direta
Pará	2018	50,79	15,29	76,61
	2019	50,06	18,63	77,25
	2020*	49,05	21,92	77,81
	2021*	48,06	25,77	78,40
	2022	51,18	21,50	79,49
RM Belém	2018	62,65	32,94	94,04
	2019	63,51	46,31	96,19
	2020*	62,38	55,96	96,06
	2021*	61,24	67,55	95,89
	2022	63,58	53,23	98,25
Fora da RMB	2018	46,06	8,28	69,81
	2019	44,82	7,92	69,96
	2020*	43,92	8,83	70,78
	2021*	43,04	9,80	71,66
	2022	46,28	8,97	72,08

Fonte: IBGE-PNADC, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.*Nota: Os indicadores para os anos de 2020 e 2021 foram estimados pela FAPESPA, pois devido a pandemia, as pesquisas ainda não foram disponibilizadas para estes anos, conforme esclarecimento feito pela equipe da PNADC do IBGE.

Os serviços de coleta de lixo estão concentrados principalmente na RM de Belém, este fato se descreve da seguinte maneira: em 2018, a RM de Belém já apresentava um atendimento equivalente a 94,04% do total de seus domicílios, posteriormente em 2021 e 2022 chegou a alcançar, respectivamente 95,89% e 98,25%, ou seja, a RM de Belém está a 1,75 p.p da universalização do serviço. Entretanto, Fora da RM de Belém, este serviço apresentou um alcance equivalente a 71,66% em 2021 e 72,08% em 2022.

Logo, pode-se dizer que o percentual de domicílios que possuem coleta de lixo direta pode estar ligado ao fator urbanização, ou seja, como a RM de Belém é a área mais urbanizada do estado, maior foi a possibilidade do alcance do serviço de coleta de lixo, em contrapartida, as áreas Fora da RM de Belém, menos urbanizadas, possuem maiores dificuldades para o alcance do serviço.

A água em rede geral é o segundo serviço com maior alcance de domicílios pelo setor de saneamento básico do estado do Pará, porém, ao contrário dos percentuais alcançados pelos serviços de coleta de lixo, o



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

abastecimento de água em rede geral não chega a alcançar 64% de domicílios, em nenhuma das áreas geográficas destacadas na tabela.

O estado sofreu diminuições constantes neste serviço, no período de 2018 a 2021; neste primeiro ano, chegou a alcançar cerca de 50,79% de seus domicílios, porém em 2019, 2020 e 2021, os percentuais de alcance caíram, respectivamente, para 50,06%; 49,05% e 48,06%. Em 2022, houve um crescimento considerável de 3,12 p.p em relação ao ano de 2021, alcançando em 2022, 51,18% dos domicílios do estado.

Assim como os serviços de Coleta de lixo direta, os serviços de abastecimento de água em rede geral possuem maior cobertura dentro da RM de Belém, quando se observa que somente nesta área geográfica os percentuais chegaram a ultrapassar 60%. É importante ressaltar que no período de 2021 para 2022, a RM de Belém demonstrou um crescimento do serviço de 2,34 p.p; passando de um alcance domiciliar de 61,24%, em 2021 para 63,58%; todavia, Fora da RM de Belém os serviço de abastecimento de água em rede geral não ultrapassam os 46% ao longo dos últimos cinco anos; no entanto, de 2021 para 2022, esta área

geográfica, obteve um crescimento equivalente a 3,24 p.p, pois passou de uma cobertura domiciliar de 43,04% para 46,28%.

Os serviços de esgotamento sanitário continuam sendo o de maior precariedade no estado; apesar de, entre os anos de 2018 e 2021, ter obtido crescimento constante em praticamente todas as áreas geográficas descritas pela tabela 17. Somente de 2021 para 2022 ocorreram diminuições do indicador. Em 2021, o serviço chegou a um alcance de 25,77% dos domicílios do estado e 21,50% em 2022.

Esse fato, também pode ser observado na RM de Belém, que em 2021 apresentou um alcance domiciliar de cerca de 67,55%, mas em 2022 caiu para 53,23%. Em pontos percentuais, representa uma queda de -14,32 p.p. O mesmo ocorreu fora da RM de Belém, pois em 2021 esta área atendeu cerca de 9,80% de seus domicílios e em 2022 caiu para 8,97%.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Saneamento

Para esta área, o Governo do Estado do Pará vem adotando investimentos com o intuito de buscar contribuir, não somente, para a melhoria da qualidade de vida da população paraense, mais também promover o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Através da execução de ações de melhoria das condições de habitabilidade, saneamento básico e mobilidade urbana, busca também, o alcance das metas dos ODS 3 - Saúde e qualidade de vida e ODS 6 - Água potável e saneamento (PARÁ, 2021a).

No âmbito habitacional, por exemplo, o Governo do Estado do Pará, por meio do “Programa SUA CASA” (Lei 8.976/2019), em 2021, atendeu 15.709 famílias de 96 municípios, nas 12 Regiões de Integração, investimento de R\$ 130,3 milhões. Em 2022 atendeu mais 12.002 famílias, também distribuídas pelas 12 Regiões de Integração, promovendo a essas famílias moradias dignas, com saneamento básico adequado e infraestrutura urbana.

Já com relação aos melhoramentos de Infraestrutura urbana de todo o estado, com vistas para a melhoria da mobilidade da população, em 2021 foram entregues 994 km de asfalto, com investimento de R\$ 518,7 milhões, possibilitando mais desenvolvimento a 102 municípios, das 12 Regiões de Integração. Para os anos de 2022 e 2023, o Governo pretende dar continuidade ao programa Asfalto por Todo o Pará, um investimento de R\$ 183,5 milhões, para a pavimentação de 715 km de vias urbanas.

Outro projeto que o Governo do Estado vem dando ênfase, com o intuito de promover o desenvolvimento urbano, é o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, em Belém, que conta com um investimento de R\$ 140 milhões e tem o objetivo de englobar a retificação do igarapé do Tucunduba, o sistema de abastecimento de água, o sistema viário e os serviços de drenagem, de esgoto e água. Esse projeto esteve em sua terceira etapa em 2021, porém em 2022 e 2023 seu andamento continua. Essas ações do Governo do Pará, vem promovendo, não somente, melhores condições de moradia a população paraense, bem como uma oferta regular de abastecimento de água e um melhor tratamento de drenagem de água e esgoto em bairros periféricos.



7 HABITAÇÃO

A temática da habitação relaciona-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODSs) da Agenda 2030, destacando-se, principalmente, no ODS 11 que preconiza “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. E, entre as Metas estabelecidas pelo ODS 11, para implementação até 2030, destaca-se especialmente a esta temática, a Meta 11.1 que visa: garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade (PARÁ, 2021a).

Há um senso comum na literatura de que a falta de saneamento básico e más condições de moradia geram inúmeros problemas de saúde para as pessoas. E apesar de nas últimas décadas o Brasil ter avançado bastante nas medidas de saneamento e habitação, a falta desses recursos ainda é uma realidade em diversos territórios do país. Dessa forma, as

condições de habitação no estado do Pará será outro elemento levado em consideração no presente diagnóstico, através dos seguintes indicadores:

- Percentual de domicílios improvisados,
- Densidade excessiva de moradores por dormitório,
- Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo,
- Percentual de domicílios com paredes de material não durável;
- Percentual de domicílios sem iluminação elétrica.

DOMICÍLIOS IMPROVISADOS

De acordo com a tabela 18, observa-se que os percentuais de domicílios improvisados no estado do Pará não ultrapassaram 0,35% nos últimos cinco anos, no entanto entre os anos de 2021 e 2022 ocorreu um crescimento equivalente a 0,12 p.p, quando estes percentuais passaram de 0,22%, para 0,34%.

Outro dado relevante é o fato destes tipos de moradias estarem concentrados, principalmente na RM de Belém, na maioria dos anos, haja



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

vista que esta área geográfica foi a única que apresentou percentuais de domicílios improvisados acima de 0,40%, maior que as demais regiões, com exceção do ano de 2022 que apresentou um percentual equivalente a 0,27%.

Na RM de Belém, também se observou que os percentuais de domicílios improvisados decaíram entre os anos de 2020 a 2022, quando se verifica decréscimo de - 0,06 p.p, entre 2020 e 2021 e outro de -0,17 p.p entre 2021 e 2022.

Na área Fora da RM de Belém, o maior percentual de domicílios improvisados se deu em 2022 (0,37%), quando houve um acréscimo de 0,23 p.p em relação a 2021, índice acima do registrado para o Pará, no mesmo ano.

DENSIDADE EXCESSIVA DE MORADORES

A densidade excessiva de moradores, por dormitório, no Pará, fato que pode estar relacionado à baixa renda familiar, que dificulta o acesso à moradias, vem apresentando diminuição constante em todas as áreas geográficas descritas na tabela 18; no entanto, para este diagnóstico,

destaca-se principalmente o período de 2021 para 2022, no qual se observa que a densidade de moradores por domicílio decresceu.

No Pará, a retração no indicador ficou em -0,07 p.p, na RM de Belém foi de -0,15 p.p e Fora da RM de Belém em -0,04. Alguns fatos que podem refletir nesse indicador são o nível de instrução educacional das mulheres, atrelado à inserção delas no mercado de trabalho ao longo dos anos, e a redução nas taxas de fecundidade da região norte. Observa-se que a desaceleração populacional da região norte, está descrita nos primeiros resultados do Censo 2022 (IBGE, 2022), onde essa região apresentou a menor taxa populacional dos últimos três Censos, estando Belém entre as cidades com as maiores variações populacionais negativas do País.

A concentração do indicador é maior na RM Belém, onde tem alta concentração urbana e populacional, alcançando índices superiores aos registrados no estado. No entanto, se considerado o intervalo entre 2018 e 2022, a RM Belém acusou retração de 2,20 p.p., enquanto o estado diminuiu 0,9 p.p., retratando o resultado de ações de melhoria do indicador,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

seja em seu quantitativo ou em sua eficácia, o que é observado em menor impacto na região Fora da RMB.

Tabela 18: Percentual de Domicílios Improvisados e Densidade Excessiva de Moradores, por Dormitório, no Pará, RMB e Fora da RMB, 2018-2022.

Área Geográfica	Ano	Percentual de domicílios improvisados	Densidade excessiva de moradores por dormitório ¹
Pará	2018	0,35	5,66
	2019	0,20	5,44
	2020*	0,26	5,39
	2021*	0,22	4,83
	2022	0,34	4,76
RM Belém	2018	0,64	7,40
	2019	0,42	7,09
	2020*	0,50	5,14
	2021*	0,44	5,35
	2022	0,27	5,20
Fora da RMB	2018	0,24	4,99
	2019	0,11	4,43
	2020*	0,16	5,48
	2021*	0,14	4,63
	2022	0,37	4,59

Fonte: IBGE-PNADC, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

Nota1: Indicador estimado pela Fapespa, pois oficialmente foi divulgado pelo IBGE até o ano de 2015. *Nota2: Os indicadores para os anos de 2020 e 2021 foram estimados pela FAPESPA, pois devido a pandemia, a pesquisa ainda não foi disponibilizada para estes anos, conforme esclarecimento feito pela equipe da PNADC do IBGE.

DOMICÍLIOS SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO EXCLUSIVO

Conforme a Tabela 19, o estado do Pará demonstrou crescimentos constantes no percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo, entre os anos de 2018 e 2021. Esses crescimentos variaram entre 11,67%, em 2018 e chegou a alcançar 14,08% em 2021; porém no período de 2021 para 2022 ocorreu diminuição bastante expressiva de -4,38 p.p, quando passou de 14,08% para 9,70%.

Um dado importante para se destacar também é o fato destes domicílios estarem concentrados em maior percentual na área Fora da RMB, onde nos últimos cinco anos, os percentuais ficaram em torno de 13,16% e 18,34%, tendo um decréscimo significativo de -5,18 p.p entre os anos de 2021 para 2022. Entretanto, a RM de Belém é a área geográfica com menor percentual de domicílios nestas condições, variando entre 0,94% e 3,17%, tendo diminuído, entre 2021 e 2022, cerca de -2,23 p.p.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM PAREDES DE MATERIAL NÃO DURÁVEL

No que concerne ao percentual de domicílios com paredes de material não durável, o estado apresentou crescimentos constantes até 2021, em todas as áreas geográficas descritas pela tabela 19. Porém, no período de 2021 para 2022, este fato foi oposto, ou seja, ocorreram decréscimos em todas as áreas geográficas da tabela. De maneira geral, o estado diminuiu - 1,3 p.p, quando passou de 2,90% para 1,60%. Já Fora da RM de Belém, onde a proporção de domicílios com essas características é maior, a variação percentual foi de -1,77 p.p , saindo de 3,47% para 1,70% ; e na RM de Belém, esta variação foi de apenas 0,10 p.p.

DOMICÍLIOS SEM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA

Em relação ao indicador Domicílios sem Energia Elétrica, observa-se que ele apresenta os menores percentuais, ou seja, mais próximo de zero; logo, se deduz que os domicílios com esse tipo de necessidade estão cada vez mais próximos da inexistência. Os percentuais não chegam a 2%

em nenhuma das áreas geográficas descritas pela tabela 19, pois no Pará, de maneira geral, a variação foi em torno de 1,26% a 0,95% ao longo dos últimos cinco anos, sendo que de 2021 para 2022, apresentou diminuição de -0,25 p.p.

A RM Belém, é a área geográfica que se encontra cada vez mais próxima da universalização deste serviço, chegando a alcançar isso em 2019, porém em 2020 apresentou cerca de 0,73% de domicílios nestas condições; mas de 2021 para 2022, os percentuais de domicílios voltaram a diminuir em -0,46 p.p, passando de 0,59% para 0,13%.

Na área Fora da RM Belém, os percentuais de domicílios sem esse serviço ficaram em torno de 1,69% a 1,27%, sendo que de 2021 para 2022, houve decréscimo de -0,42 p.p.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 19: Percentual de Domicílios Sem Banheiro ou Sanitário Exclusivo, com Paredes de Material Não Durável e Sem Energia Elétrica no Pará, RMB e Fora da RMB, 2018-2022.

Área Geográfica	Ano	Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	Percentual de domicílios com paredes de material não durável	Percentual de domicílios sem energia elétrica
Pará	2018	11,67	1,84	1,10
	2019	12,87	2,51	1,26
	2020*	13,31	2,65	1,20
	2021*	14,08	2,90	1,20
	2022	9,70	1,60	0,95
RM Belém	2018	2,18	0,44	0,27
	2019	1,84	0,99	0,00
	2020*	1,60	1,20	0,73
	2021*	3,17	1,44	0,59
	2022	0,94	1,34	0,13
Fora da RMB	2018	15,38	2,38	1,43
	2019	17,11	3,10	1,79
	2020*	17,84	3,25	1,69
	2021*	18,34	3,47	1,69
	2022	13,16	1,70	1,27

Fonte: IBGE-PNADC, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

* Nota: Os indicadores para os anos de 2020 e 2021 foram estimados pela FAPESPA, pois devido a pandemia, as pesquisas ainda não foram disponibilizadas para estes anos, conforme esclarecimento feito pela equipe da PNADC do IBGE.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Habitação

O Governo do Estado do Pará, por meio de um conjunto de ações integradas, com o objetivo de priorizar à promoção da inclusão social e à redução das desigualdades sociais, fomentando a melhoria da qualidade de vida da população paraense, em especial, das famílias de baixa renda, através da garantia de uma moradia digna e de qualidade, investiu, em 2022, R\$ 1,1 bilhão em ações e projetos do desenvolvimento urbano, das quais, destacam-se as ações e os projetos habitacionais, conforme a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD (PARÁ, 2023).

No que concerne a esses investimentos, o governo continuou com a implementação do Programa Habitacional Sua Casa, através da Lei nº 8.976 de 30 de dezembro de 2019, visando a expansão do Programa Cheque Moradia, através da incorporação do auxílio-pecuniário para serviços como: construção, reforma, ampliação, melhoria e/ou adaptação da moradia, e a contratação e pagamento de mão de obra (PARÁ, 2019). E, por meio deste Programa Habitacional, a princípio objetivou-se apoiar

famílias em situação de vulnerabilidade social, atendendo, assim, mais de 12 mil domicílios no ano de 2022, nos 144 municípios do estado (PARÁ, 2023).

O Programa Habitacional Sua Casa, foi reconhecido com o recebimento da honraria, Selo de Mérito Especial, concedido pela Associação Brasileira de Cohabs, pelo reconhecimento ao trabalho social, que até o ano de 2022 havia beneficiado 33.974 famílias (PARÁ, 2023).

E, ainda conforme a SEPLAD (PARÁ, 2023), entre as ações realizadas pelo Governo, no âmbito habitacional, ocorreu a urbanização de 704 domicílios, objetivando a redução de residências em situação precárias e subnormais; realizou-se a regularização fundiária urbana, com a entrega de 1.083 títulos urbanos, correspondendo aos municípios de Castanhal, Marabá e Redenção; e, conclui-se a entrega das 448 unidades habitacionais do Conjunto Riacho Doce, entre 2021 a 2022, o qual, faz parte do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, empreendimento que objetiva garantir saneamento básico, mobilidade urbana e moradia digna.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Dessa maneira, através das ações e projetos o Governo do Estado propõe-se reduzir o déficit habitacional e promover a melhoria da habitabilidade social, visando a qualidade de vida da população paraense.

8 SEGURANÇA PÚBLICA

No âmbito de análise do presente Mapa de Exclusão social, as prerrogativas da Constituição Federal Brasileira de 1988, em especial no seu Art, 144, são basilares à efetivação da política de segurança pública, compreendendo-a como dever do Estado, direito, mas também responsabilidade de todos e todas, exercida na perspectiva de preservação da ordem pública e do bem-estar das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988).

O estado do Pará, operacionaliza a segurança pública a partir dos instrumentos legais como Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Lei nº 13.675/2018) e o Plano Estadual de Segurança Pública 2022-

2031 (PESPDS), presentes nos instrumentos de gestão como o Plano Plurianual – PPA, representando um esforço de encontrar mecanismos que superem os desafios e dilemas da sociedade contemporânea, com novos espaços de participação e de transparência na Administração Pública.

A superação do cenário e dos rumores de insegurança na sociedade, não diz respeito, unicamente, aos processos de aprimoramento de estratégias para identificação de crimes e apreensão de pessoas que cometem atos de crimes, mas se direcionam a construir e reconstituir procedimentos preventivos eficazes, em que as políticas sociais desempenham um papel importante na costura de uma nova conduta de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

alicerce da paz e equidade. Diante disso, os índices de educação, renda, emprego, saúde, assistência social, dentre outros, corroboram para a concretude da segurança pública, pois podem sinalizar a mitigação de expressões da questão social históricas que atravessam a região amazônica com desigualdades e vulnerabilidades¹⁶ dos povos nativos.

A diligência de efetivação da política de segurança pública no estado coaduna com o pacto global dos ODSs pelo desenvolvimento sustentável (IPEA, 2019), particularmente com o Objetivo 16, que dispõe propiciar territórios pacíficos e inclusivos, com o acesso à justiça para todos e todas, em instituições eficazes, transparentes e pautadas na equidade.

A partir dessas premissas aludidas anteriormente, a seguir se apresenta os indicadores que compõem o diagnóstico da área de segurança, que são: Taxa de Roubo, Taxa de Homicídio, Taxa de Homicídio no Trânsito, Percentual de Reincidentes e Não Reincidentes no

Pará e RIs, Taxa de Reincidência de Egressos Assistidos e Taxa de Reintegração Social de Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; com dados correspondentes aos anos de 2021 e 2022, considerando o estado do Pará e as Regiões de Integração (RI).

TAXA DE ROUBO

Para principiar a reflexão, apresenta-se o indicador de roubo, em que se mensura o número de roubos ocorridos no município para cada 100 mil habitantes. O estado do Pará, no biênio dos anos de 2021 a 2022, registrou as taxas de 778,67 e 677,58, sequencialmente. Quando verificado a variação da taxa, identificou-se uma redução de – 12,98%, demonstrando diminuição do número de episódios de roubo no estado.

¹⁶ Conforme expostos no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a vulnerabilidade é compreendida como – “todos aqueles que sofrem violações ou restrições a seus direitos, sobretudo, em razão de raça, gênero, idade, deficiência, condições de mobilidade, orientação sexual, nacionalidade, religião, territorialidade, cultura, privação de liberdade e situação econômica, não excluindo outras potenciais situações de vulnerabilidade verificadas empiricamente” (IPEA, 2019).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 20: Taxa de Roubo, por 100 Mil Habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2021 a 2022.

Estado/RI	2021	2022	Var. % (2021-2022)
Pará	778,67	677,58	- 12,98
Araguaia	225,26	279,08	19,29
Baixo Amazonas	302,43	238,73	- 26,68
Carajás	731,65	569,40	- 28,49
Guajará	1.829,74	1.681,25	- 8,83
Guamá	738,88	629,82	- 17,32
Lago de Tucuruí	267,67	298,36	10,29
Marajó	210,32	151,56	- 38,77
Rio Caeté	356,78	309,03	- 15,45
Rio Capim	278,90	239,27	- 16,56
Tapajós	175,85	184,18	4,52
Tocantins	612,61	496,54	- 23,38
Xingu	276,24	201,52	- 37,08

Fonte: IBGE/SEGUP, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Dados coletados até maio/2023.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.

Outro elemento para maior detalhamento do processo é a verificação da taxa de roubo por RIs do estado, constatando-se, conforme tabela 20, que 75% das RIs apresentaram uma redução na taxa de roubo em seus respectivos territórios. Em 2021, as maiores taxas estiveram na RI Guajará¹⁷ (1.829,74), seguida da RI Guamá (738,88), RI Carajás (731,65). No ano de 2022, o comportamento do indicador foi sinalizar as maiores taxas ainda na RI do Guajará (1.681,25), na sequência a RI Guamá (629,82) e RI Carajás com 569,40.

Concernente a variação percentual entre os anos 2021 e 2022, e o movimento do indicador nas RIs, foi possível observar que somente três RIs tiveram aumento na taxa de roubo, como a RI Araguaia (19,29%), a RI Lago Tucuruí (10,29%) e a RI Tapajós com 4,52% de variação.

¹⁷ Conforme as informações disponibilizadas pelo Agência Pará, a Região de Integração Guajará é composta por cinco municípios – Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará. Agrega 25% da população do Estado (2.269.233 habitantes) (ABREU, 2022).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 13: Evolução da Taxa de Roubo (100 Mil Habitantes) por Região de Integração, 2021–2022.

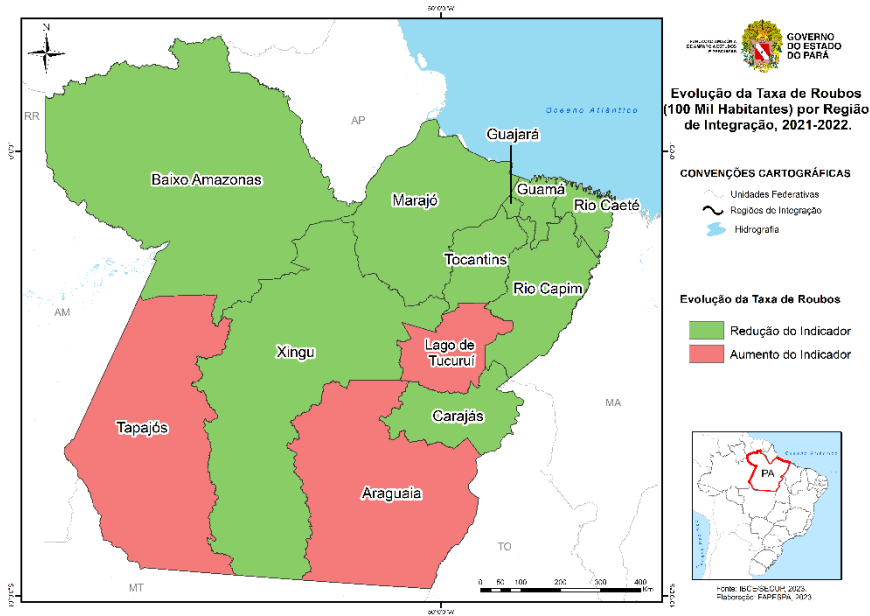
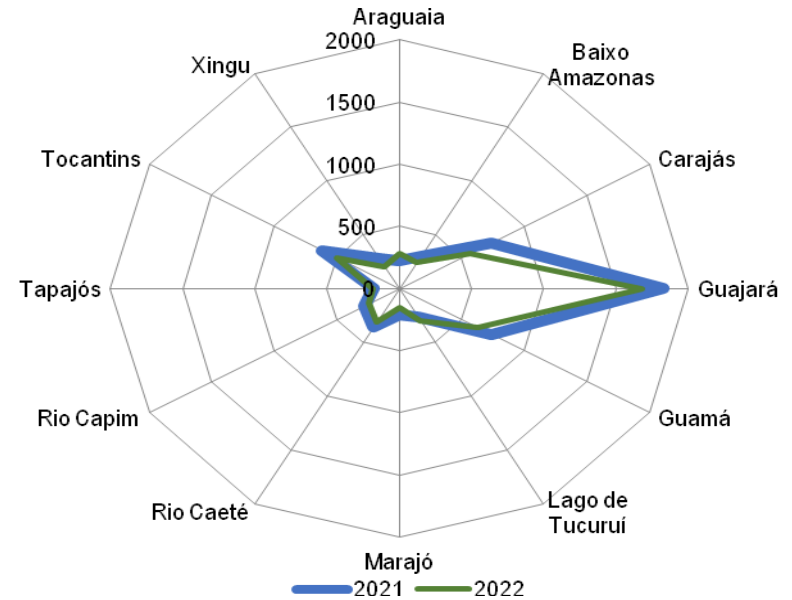


Gráfico 23 – Comparação da Taxa de Roubo (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Dados coletados até maio/2023

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE HOMICÍDIO

Quando se analisa a taxa de homicídio no estado do Pará, calcula-se por 100 mil habitantes, aqui considerado o corte temporal dos anos de 2021 e 2022, em que se encontra uma taxa de 25,85, seguido de 27,85, no ano subsequente, com uma variação de 7,16% de acréscimo, conforme a tabela 21.

Observando o indicador por RIs, percebe-se que as maiores taxas estão centralizadas na RI Xingu, com 48,73 (2021), subindo para 51,27 (2022); na RI Araguaia com 44,02 (2021) e 55,20 (2022); depois se observa a RI Carajás com 39,59 (2021) e tem uma pequena redução para 39,40 (2022), representando - 0,50% de variação. Na sequência, se destaca a RI Tapajós que apresentou, em 2021, uma taxa de 36,57 e no ano subsequente subiu para 48,74, com uma variação de 24,97 % de aumento.

Analizando a dinâmica do indicador entre as RIs, a partir da tabela 21 e gráfico 24, fica explícito que a maioria das variações da taxa de homicídio tiveram alta, exceto nas RIs do Marajó (- 21,49%), Guamá (- 18,62%), Carajás (- 0,50) e Baixo Amazonas (- 7,95%).

Tabela 21: Taxa de Homicídio, por 100 Mil Habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2021 a 2022.

Estado/RI	2021	2022	Var. % (2021-2022)
Pará	25,85	27,85	7,16
Araguaia	44,02	55,20	20,25
Baixo Amazonas	13,46	12,47	- 7,95
Carajás	39,59	39,40	- 0,50
Guajará	17,94	19,27	6,92
Guamá	25,61	21,59	- 18,62
Lago de Tucuruí	30,02	42,40	29,20
Marajó	12,28	10,10	- 21,49
Rio Caeté	16,72	23,33	28,34
Rio Capim	35,85	37,46	4,30
Tapajós	36,57	48,74	24,97
Tocantins	25,45	27,32	6,85
Xingu	48,73	51,27	4,95

Fonte: IBGE/SEGUP, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Dados coletados até maio/2023

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 14: Evolução da Taxa de Homicídio (100 Mil Habitantes) por Região de Integração, 2021–2022.

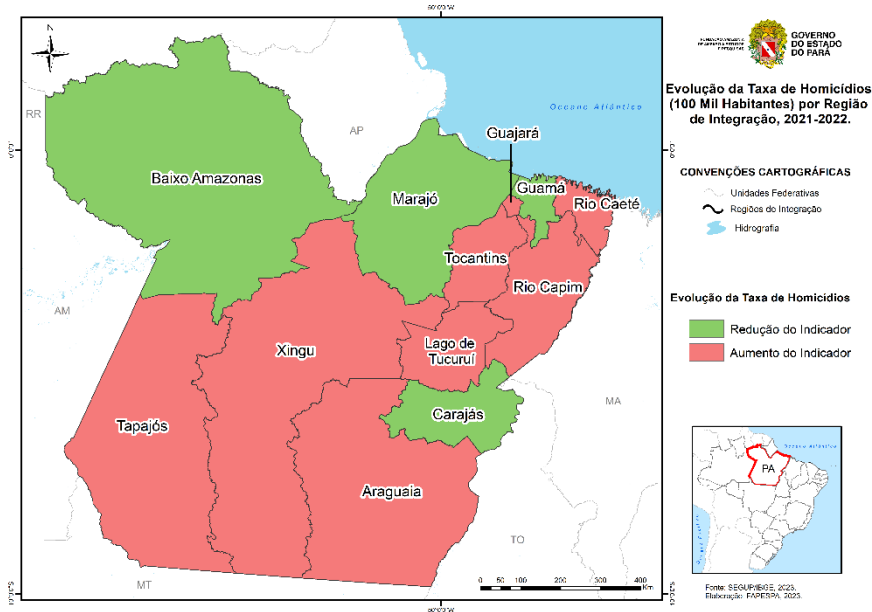
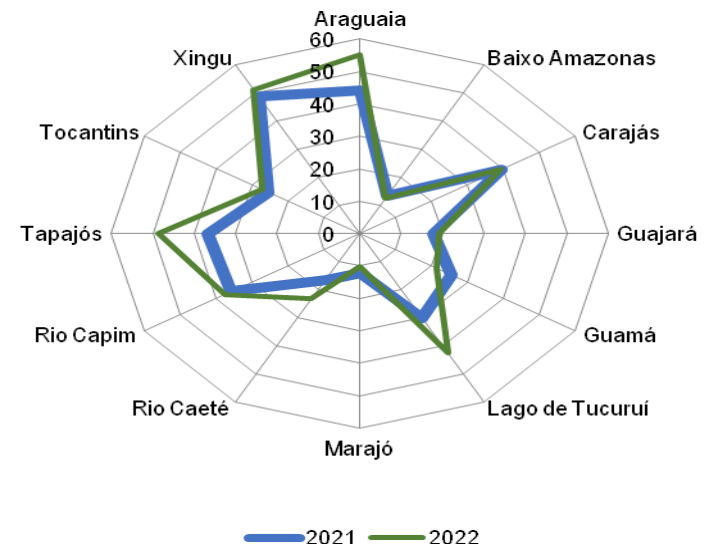


Gráfico 24: Comparação da Taxa de Homicídio (por 100 Mil hab.) entre as Regiões de Integração 2021-2022.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Dados coletados até maio/2023.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Ressalta-se que os territórios de maiores incidências do indicador da taxa de homicídio corroboram com análises recentes realizadas por Soares e Guimarães (2023) referente a “Dinâmicas da violência das regiões brasileiras estado do Pará”, a respeito das áreas de conflito no estado, destacando os municípios com maior atividade garimpeira no Brasil, Itaituba (44.854 ha) e Jacareacanga (9.450 ha) localizados na RI Tapajós e o município de São Félix do Xingu (5.934 ha) na RI Araguaia. Assim, as ocorrências de conflitos no campo podem ser um elemento mobilizador pelo movimento de aumento da taxa de homicídio no estado.

TAXA DE HOMICÍDIO NO TRÂNSITO

Pertinente à taxa de homicídio no trânsito, por 100 mil habitantes, o estado do Pará no ano de 2021 registrou taxa de 12,05 e no ano de 2022 apresentou uma taxa de 13,65; destacando nos dois anos uma variação de 11,72%, de acordo com a tabela 22. Em observação mais acurada, nesse momento tomando as Regiões de Integração do estado, é importante

salientar que nos dois anos em destaque, as maiores taxas estiveram superiores a do estado.

Identifica-se que a taxa de homicídio no trânsito nos anos de 2021 e 2022, conduzem o seguinte movimento: as maiores taxas no ano de 2021 estiveram na RI Tapajós 24,51, seguida da RI Carajás, com 20,08 e Araguaia com 19,70. Quando verificadas as menores taxas, no mesmo ano, tem-se a RI Marajó com 1,47, RI Baixo Amazonas com 7,33 e RI Guajará com 7,40.

No ano de 2022, vamos observar alguns comportamentos de mudança no indicador com adição nas taxas da RI Araguaia, com 25,51, seguida da RI Tapajós, com 23,17 e RI Carajás com 19,44, enquanto as que obtiveram maiores taxa. Todavia, quanto às taxas menores, verificou-se a RI Marajó (2,69), RI Guajará (10,11) e a RI Lago do Tucuruí (10,45).

No biênio 2021 a 2022, a variação da taxa de homicídio do trânsito registrou incremento na RI Marajó (45,33%), RI Baixo Amazonas (35,99%), RI Guajará (26,81%), RI Araguaia (22,78%), RI Rio Caeté (12,62%), RI Tocantins (8,10%), Lago de Tucuruí (3,48%) e RI Rio (0,49%). As variações



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

que demonstraram diminuição da taxa estiveram na RI Xingu (- 6,83%), RI Tapajós (5,77%), RI Guamá (5,89%) e a RI Carajás (3,32%).

Tabela 22: Taxa de Homicídio no Trânsito, por 100 mil habitantes, para o estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2021 a 2022.

Estado/RI	2021	2022	Var. % (2021-2022)
Pará	12,05	13,65	11,72
Araguaia	19,70	25,51	22,78
Baixo Amazonas	7,33	11,45	35,99
Carajás	20,08	19,44	-3,32
Guajará	7,40	10,11	26,81
Guamá	18,67	17,63	-5,89
Lago de Tucuruí	10,08	10,45	3,48
Marajó	1,47	2,69	45,33
Rio Caeté	12,59	14,41	12,62
Rio Capim	16,87	16,95	0,49
Tapajós	24,51	23,17	-5,77
Tocantins	10,16	11,05	8,10
Xingu	13,08	12,24	-6,83

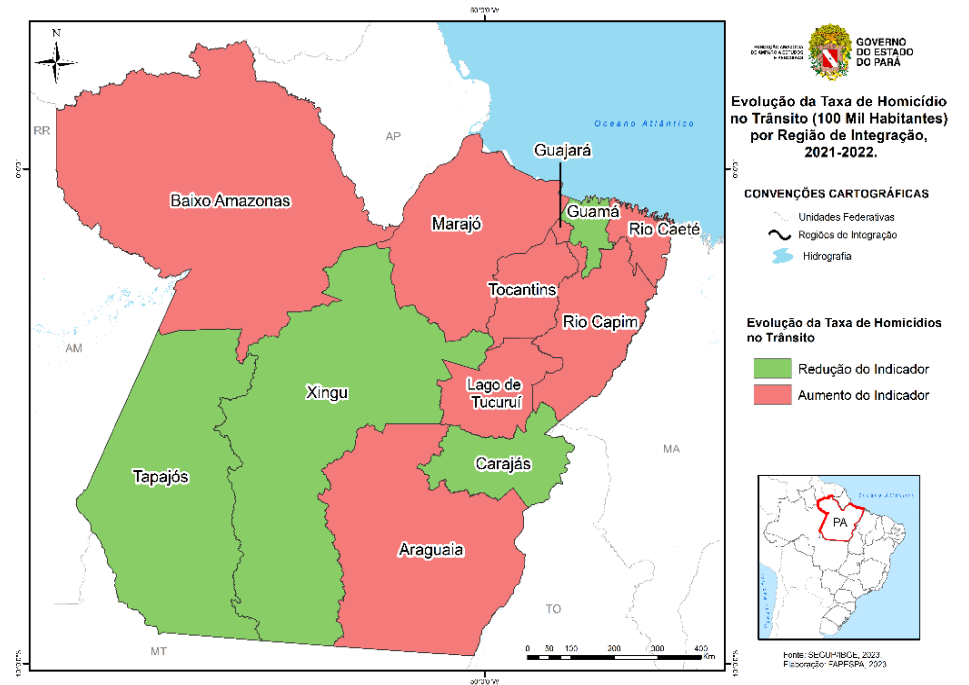
Fonte: IBGE/SEGUP, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Dados coletados até maio/2023.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.

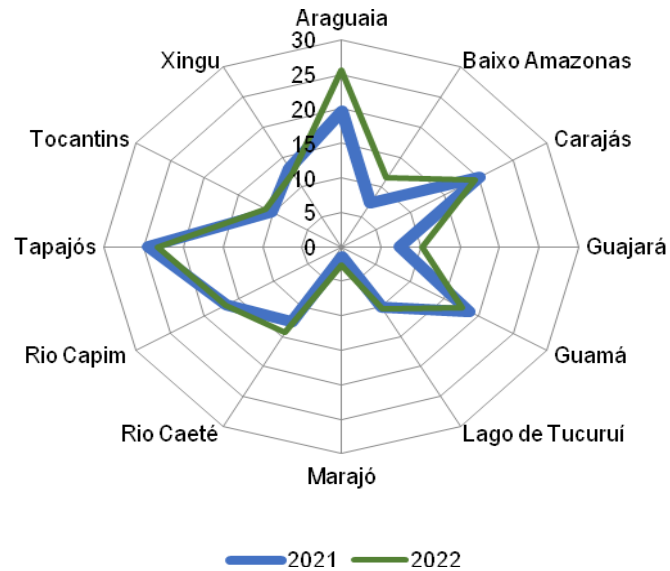
Figura 15: Evolução da Taxa de Homicídio no Trânsito (100 Mil Habitantes) por Região de Integração, 2021–2022.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 25: Comparação da Taxa de Homicídio no Trânsito (por 100 Mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2021-2022.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2023.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Dados coletados até maio/2023.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.

TAXA DE REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS ASSISTIDOS

Com relação às pessoas privadas de liberdade do sistema penitenciário no estado do Pará, em 2021, a população foi de 19.007 pessoas e no ano de 2022, houve um acréscimo percentual de 1,42% (19.281) de condenados em cumprimento de pena.

Nesse contexto de análise de pessoas privadas de liberdade, verificou-se a taxa de reincidência de egressos assistidos. Quando tratamos sobre o termo egressos¹⁸ assistidos, diz-se respeito ao acompanhamento das ocorrências de crimes cometidos por pessoas que cumpriram pena judicial em algum momento. Desse modo, os reincidentes e os não reincidentes em delitos, de acordo com os artigos 63 e 64 do Código Penal Brasileiro, está relacionado àqueles que cometem um crime e, posteriormente, são condenados por um novo crime, de modo que a média temporal entre o cumprimento ou extinção de uma pena e a determinação de uma nova sentença seja inferior a cinco anos.

No cenário paraense, em 2021, em relação aos condenados

¹⁸ Considera-se egresso conforme definição constante na lei nº 7.210/1984.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

reincidentes, registrou-se um percentual de 59,70% e os não reincidentes, 40,30%. Quando examinado o processo, no referente ano, nas Regiões de Integração (RI), identifica-se um destaque de altos percentuais de reincidentes na RI Guamá (72,52%) e RI Guajará (62,83%), inclusive superiores ao percentual do estado. Nas situações de não reincidentes, os percentuais inferiores ao do estado, estavam concentrados nas RI Guamá (27,48%) e RI Guajará (37,17%).

Outro contexto de análise do percentual de reincidentes e não reincidente foi o ano de 2022, em que se apresentou um comportamento diferenciado do ano de 2021, pois houve nos reincidentes um percentual menor de 49,53% em comparação com aos não reincidentes, que registrou no referido ano 50,47%.

Quanto às RIs, acerca da situação de reincidência, permaneceram os maiores percentuais novamente em 2022, semelhante ao ano de 2021, na RI do Guamá, com 67,10% dos casos e na RI Guajará, com 50,56% das situações, apesar de ambas terem demarcado diminuição nesse percentual.

Agora relativo às ocorrências de não reincidentes, em 2022,

tivemos os menores percentuais, em comparação ao do estado na RI Guajará (49,44 %) e RI Guamá (32,90%).

Tabela 23: Percentual de detentos reincidentes e não reincidentes, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2021-2022.

Estado/RI	% Reincidentes		% Não reincidentes	
	2021	2022	2021	2022
Pará	59,70	49,53	40,30	50,47
Araguaia	31,46	19,88	68,54	80,12
Baixo Amazonas	47,19	38,18	52,81	61,82
Carajás	40,41	33,04	59,59	66,96
Guajará	62,83	50,56	37,17	49,44
Guamá	72,52	67,10	27,48	32,90
Lago de Tucuruí	33,77	24,69	66,23	75,31
Marajó	43,56	29,93	56,44	70,07
Rio Caeté	53,50	37,60	46,50	62,40
Rio Capim	47,24	35,42	52,76	64,58
Tapajós	42,19	29,25	57,81	70,75
Tocantins	58,22	46,19	41,78	53,81
Xingu	38,66	25,05	61,34	74,95

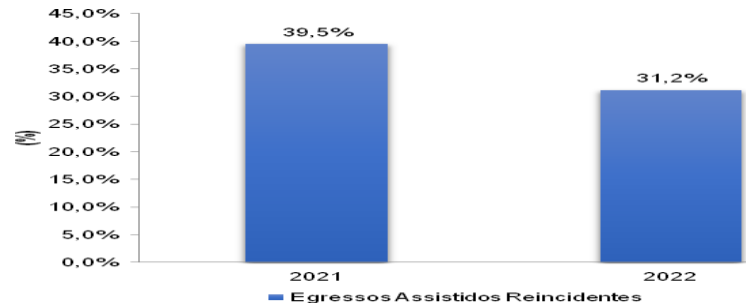
Fonte: SEAP, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

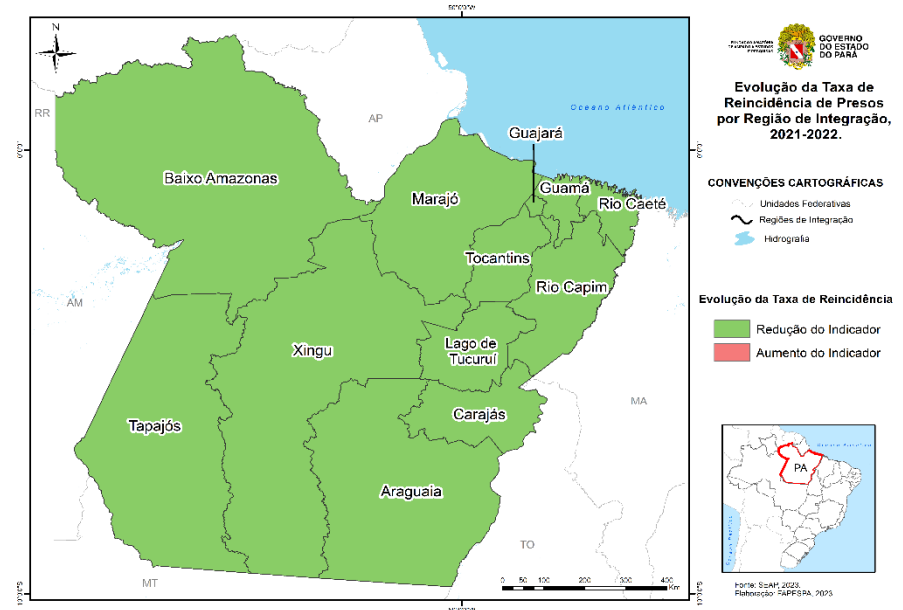
Outro ângulo de análise no Pará, do indicador de reincidência de pessoas privadas de liberdade, se efetiva a partir dos cidadãos egressos do sistema penitenciário. Desse modo, a taxa de reincidência de egressos assistidos no estado do Pará, no biênio dos anos de 2021 e 2022, foram, na mesma ordem, de 39,5% e 31,2%, conforme ilustrado no gráfico 26.

Gráfico 26: Taxa de Reincidência de egressos assistidos no estado do Pará, 2021-2022.



Fonte: SEAP-CAEF, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.
Obs.: Os atendimentos aos egressos ocorrem na CAEF (Coordenadoria de Assistência ao Egresso e Família) que fica em Belém/PA.

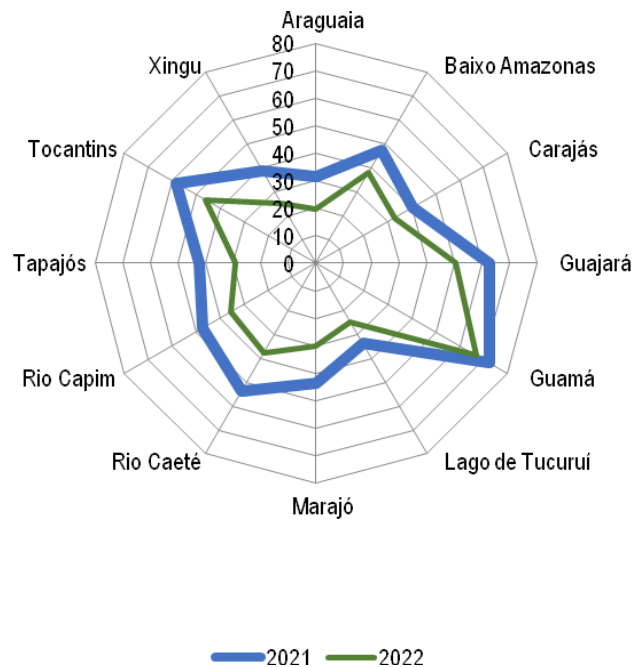
Figura 16: Evolução da Taxa de Reincidência de Presos por Região de Integração, 2021–2022.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 27: Comparação do Percentual de Detentos Reincidentes entre as Regiões de Integração 2021-2022.



Fonte: SEAP-CAEF, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

TAXA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Concernente a pessoas em privação de liberdade, a análise também se estende aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, custodiados pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Elucida-se que os delitos cometidos por adolescentes são responsabilizados a partir das prerrogativas legais do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), operacionalizados no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

A respeito dos números de adolescentes que passaram pelo sistema, registrou-se, no ano de 2021, a entrada de 479 adolescentes e a saída de 249. No ano de 2022, a entrada foi um pouco menor, de 427, e a saída de 124, em comparação ao ano anterior.

Nesse rol também se examina a taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, no estado do Pará e por RI, no biênio 2021 e 2022, que se encontra de acordo com a Lei



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

nº 8.327/2015 e compreendendo que a reintegração se aplica aos adolescentes que cometeram ato infracional, ingressaram no sistema socioeducativo para cumprimento de medida, saíram da medida, mas não reincidiram na infração. Desse modo, verificou-se uma taxa de reintegração social de 51,98, em 2021, e de 50,12 no ano de 2022.

Tabela 24: Taxa de Reintegração Social de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2021-2022.

Estado/RI	2021	2022
Pará	51,98	50,12
Araguaia	53,33	66,67
Baixo Amazonas	37,50	27,27
Carajás	52,38	62,16
Guajará	44,29	50,41
Guamá	60,71	41,18
Lago de Tucuruí	56,00	78,95
Marajó	77,27	42,11
Rio Caeté	52,38	46,43
Rio Capim	56,76	63,89
Tapajós	25,00	33,33
Tocantins	65,22	52,17
Xingu	76,92	42,86

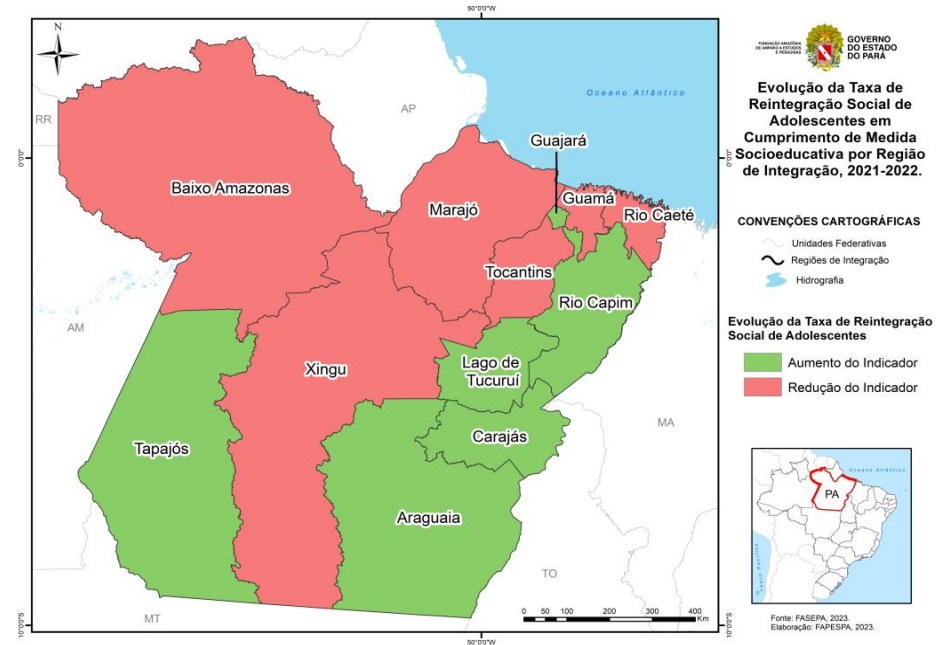
Fonte: FASEPA, 2023.
Elaboração: FAPESPA, 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Observando a taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas por RI, identificam-se, no ano de 2021, as taxas inferiores à do estado na RI Guajará (44,29), RI Baixo Amazonas (37,50) e RI Tapajós (25,00). Agora no ano 2022, as RIs com taxas menores que a do estado foram identificadas na RI Rio Caeté com a taxa de 46,43, RI Xingu com 42,86, RI Marajó com 42,11, RI Guajará com 41,18, RI Tapajós com 33,33 e RI Baixo Amazonas com 27,27.

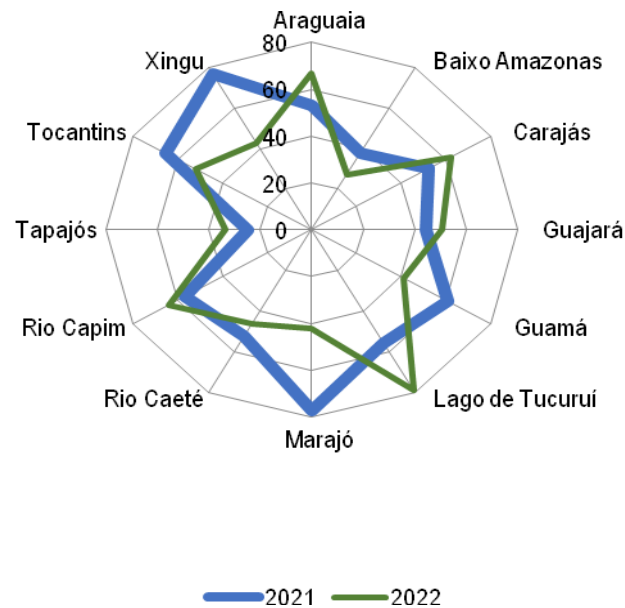
Figura 17: Evolução da Taxa de Reintegração Social de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, por Região de Integração, 2021–2022.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 28: Comparação Taxa de Reintegração Social de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, por Região de Integração do Estado do Pará, 2021-2022.



Fonte: FASEPA, 2022.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

AÇÕES DO GOVERNO – Segurança pública

A política de segurança pública no estado do Pará, no biênio 2021 – 2022, materializou-se a partir de serviços, planos, programas, projetos e ações desenvolvidas nas Regiões de Integração, tomando como estratégias processos integrados, articulando a trilogia justiça, direitos humanos e cidadania, com a finalidade de prevenir delitos, tal qual a efetivação de resolutividade das investigações, podendo, de alguma forma, contribuir na diminuição dos índices de violência no estado.

Como política estratégica na segurança pública, destaca-se o Programa Territórios Pela Paz (TerPaz), implantado em 2019, objetivando a inserção de obras e serviços, a partir de territórios prioritários que apresentavam altos índices de vulnerabilidade social, violência e criminalidade (a chamada “mancha” do crime organizado) na Região Metropolitana de Belém, hoje avançando para outras regiões do estado. Ressalta-se que o Programa tem como foco ser catalizador de ações integradas entre secretarias, autarquias e fundações do Pará, na perspectiva de efetivação de políticas de inclusão social e segurança



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

pública, com investimento em equipamentos, estratégia para minar o poder das milícias, entre outros (SOARES; GUMARÃES, 2023).

Quanto à cobertura do Programa Territórios pela Paz, destaca-se, na RI Guajará, o município de Belém, nos bairros da Cabanagem, Bengui, Jurunas, Condor e Terra Firme; o município de Ananindeua, no bairro do Icuí-Guajará; e o município de Marituba, no bairro Nova União. Também o Programa tem avançado a RI Carajás, no município de Canaã dos Carajás, e no município de Parauapebas (PARÁ, 2023).

Como política de estado, a segurança pública está entre as prioridades; no ano de 2022, foi registrada a aplicação de investimento de 4 bilhões nesta área. Na RI Tocantins, houve a implantação do Serviço 190/193 no município de Abaetetuba, sabendo que no ano de 2022 foi também instalado a ferramenta “Black List¹⁹”, que contribuiu para redução de cerca de 80% da quantidade de trotes, em comparação ao mesmo período de 2021 (PARÁ, 2023).

Quanto as estratégias de garantia dos direitos humanos, destacou-

19 “Trata-se de uma lista de e-mails, domínios ou endereços IP, reconhecidamente fontes de spam. Geralmente, utiliza-se este recurso (blacklist) para bloquear os e-mails suspeitos de serem spam, no servidor de e-mails” (<https://atendimentosti.usp.br/>).

se as ações de enfrentamento a violência contra a mulher, em que se registrou no serviço de 190/193 (2022), 15.691 denúncias de violência doméstica, sendo que 1.400 ocorreram no âmbito da violência contra a mulher.

Outra ação do estado foi a inauguração do Programa Pró-Mulher, em março de 2022, desenvolvendo ações preventivas em parceria com as polícias civil, militar e as guardas municipais, em dez municípios das RIs Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Lago de Tucuruí, Rio Caeté, Tocantins e Xingu. Salienta-se também que em 2022 mais um serviço de retaguarda de defesa do direito da mulher foi implantado com a instalação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Icoaraci (PARÁ, 2023).

Na região insular do estado, as medidas de segurança pública estiveram presentes, por exemplo, pelo Grupamento Fluvial de Segurança Pública (GFLU) que desenvolveu suas ações de prevenção e apreensão nas águas das regiões. Esse serviço recebeu um investimento de 5 milhões, inaugurando na RI Marajó, no município de Breves, a Base Fluvial Antônio Lemos, sendo a primeira base flutuante integrada de segurança



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

pública e defesa social do Pará.

Concernente a pessoas privadas de liberdade, no sistema penitenciário paraense houve o incremento de 431 vagas, em 2022, a partir da implantação de quatro unidades prisionais nas seguintes RIs: a Central de Passagem para Presos de Baixa Relevância Criminal (CPPBRC), em Altamira, na RI Xingu, gerando 146 novas vagas; Centro de Recuperação Regional de São Félix do Xingu, na RI Araguaia, com 128 vagas, além de uma Unidade Semiaberto e uma CPPBRC, ambas em Paragominas, na RI Rio Capim, com 72 e 85 novas vagas, respectivamente.

Quanto aos egressos assistidos através dos serviços disponibilizados pela Coordenadoria de Assistência ao Egresso e Família (CAEF), vinculada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), destacou-se em 2021, 727 egressos assistidos e, em 2022, 555 egressos.



REFERÊNCIAS

ABRE. Giovanna. **Divisão do estado em 'Regiões de Integração' auxilia no planejamento de ações governamentais.** Agencia Pará. Secretária de Comunicação (SECOM), 01 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/34603/divisao-do-estado-em-regioes-de-integracao-auxilia-no-planejamento-de-acoes-governamentais>. Acesso em: 05 de jul. 2023.

BRASIL. República Federativa Do Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 de jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000.** Institui o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual dos Comitês de Mortalidade Materna.** Série A. Normas e Manuais Técnicos. 3º ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 72, de 11 de janeiro de 2010.** Estabelece que a vigilância do óbito infantil e fetal é obrigatória nos serviços de saúde (públicos e privados) que integram o Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.** Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm. Acesso em: 10 de jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico 20.** Vol. 51/maio 2020. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

BRASIL. Ministério da Saúde. **NOTA TÉCNICA Nº 418/2021- CCGAP/DESF/SAPS/MS**. Apresenta a Nota Metodológica da Cobertura da Atenção Primária à Saúde das equipes financiadas pelo Ministério da Saúde. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico 37**. Vol. 53/outubro 2021. Brasília: Ministério da Saúde, 2021b.

BRASIL. Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico 20**. Vol. 53/maio 2022. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

FIOCRUZ- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Boletim do Observatório Covid-19** – semanas epidemiológicas 20 e 21 de maio 2021. FIOCRUZ, 2021.

BRASIL. **Boletim do Observatório Covid-19** – Balanço de dois anos da pandemia Covid-19, janeiro de 2020 a janeiro de 2022. FIOCRUZ, 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022** – Primeiros Resultados. 28 de junho de 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/2f5fc0ea039546721af0eacafc748718.pdf. Acesso em: 12 de jul. 2023.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: ODS**. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods16.html>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

MATERNAL AND CHILD SURVIVAN PROGRAM (MCSP). **Recomendações da OMS sobre atendimento pré-natal para uma experiência gestacional positiva**: Resumo Destaques e mensagens principais da Recomendação Global para Atendimento Pré-natal de Rotina de 2016 da Organização Mundial de Saúde. MCSP, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Doenças**: décima revisão (CID-10). 4ª ed. v.2. São Paulo: Edusp, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Recomendações da OMS sobre cuidados pré-natais para uma experiência positiva na gravidez**. OMS, 2016.

PARÁ. **Decreto nº 1.066, 19 de junho de 2008**. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Belém, 2008. Disponível em: https://www.ioepa.com.br/pages/2008/06/20/2008.06.20.DOE_8.pdf. Acesso em: 10 de jul. 2023.

PARÁ. Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde. Secretaria de Estado de Saúde Pública- SESPA. Colegiado de Secretários



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Municipais de Saúde do Estado do Pará – COSEMS/PA. **Resolução nº 90, de 12 de junho de 2013**. CIB-PARÁ, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-do-us/articulacao->. Acesso em: 10 de jul. 2023.

PARÁ. **Lei Ordinária nº 8.327, de 22 de dezembro de 2015**. Altera dispositivos da Lei nº 6.836, de 13 de fevereiro de 2006, que institui o mapa da Exclusão Social no âmbito do Estado do Pará. Diário Oficial do Estado, de 28/12/2015.

PARÁ. Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde – CIB/SUS-PA. Secretaria de Estado de Saúde Pública- SESPA. **Resolução nº 140, de 09 de agosto de 2018**. CIB-SUS-PA, 2018. Disponível em: https://www.ioepa.com.br/pages /2018/08/20/2018.08 .20.DOE_20.pdf . Acesso em: 10 de jul. 2023.

PARÁ. **Lei nº 8.976 de 30 de dezembro de 2019**. Institui o Programa Sua Casa. Pará: Belém, 2019. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=388393#:~:text=Institui%20o%20Programa%20SUA%20CASA,Art>. Acesso em: 27 de jun. 2023.

PARÁ. **Mensagem do Governador do Pará à Assembleia Legislativa Ano 2020**. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), 2020. Disponível em: <http://seplad.pa.gov.br/wp-/02/Mensagem-do-Governador-do-ia-Legislatipdf>. Acesso em: 27 de jun. 2023.

PARÁ. **Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará, 2021**. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), 2021a, 218 p. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/Relatorio_ODS_2021.pdf . Acesso em: 27 de jun. 2023.

PARÁ. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ. **Resolução nº 20, de 18 de janeiro de 2021**. CEE-PARA, 2021b Disponível em: http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%202021%20CEEPA_0.pdf . Acesso em: 12 de jul. 2023.

PARÁ. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ. **Resolução nº 131, 24 de junho de 2021**. CEE-PA, 2021c. Disponível em: <http://www.cee.pa.gov.br/?q=system/files/Resoluc%C3%A7%C3%A3o%20131.2021%20indicac%C3%A7%C3%A3o%202021.%20normas%20>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

PARÁ. **Decreto estadual nº 2044, de 03 de janeiro de 2021**. Institui a Política Estadual de Incentivo à Vacinação contra a COVID-19; e revoga o Decreto Estadual nº 800, de 31 de maio de 2020. Pará, 2021d. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=423836#:~:Pol%C3%93%20de%20maio%20de%202020.&tex>. Acesso em: 12 de jul. 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

PARÁ. **Lei estadual nº 9.234, de 7 de outubro de 2021.** Cria o Programa de Educação e Formação Superior, no âmbito do Estado do Pará, denominado “Forma Pará”. Pará: Belém, 2021e. Disponível em: <https://www.sectet.pa.gov.br/sites/default/files/LEI%20N%C2%BA%209.324%20Forma%20Par%C3%A1.pdf>. Acesso em: 25 de jul. 2023.

PARÁ. **Mensagem do Governador do Pará à Assembleia Legislativa Ano 2023.** Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), 2023. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Mensagem-do-Governador-2023-Alepa.pdf>. Acesso em: 27 de jun. 2023.

SOARES, Milena Karla; GUIMARÃES, Ryanny Bezerra. **Dinâmicas da violência das Regiões brasileiras** - estado do Pará (Publicação Preliminar). Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11987/1/RI_Din%c3%a2micas_viol%c3%aancia_PA_. Acesso em: 25 de jul. 2023.

VIANA, Rosane da Costa; NOVAES, Maria Ria C. G.; CALDERON, Iracema M. P. **Mortalidade materna: uma abordagem atualizada.** In: Com. Ciências Saúde. 22 Sup. 1, 2011, p. 141-152.